UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CELSIANE ALINE VIEIRA ARAÚJO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO:
DESAFIOS DO SERVIDOR PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Belo Horizonte
2018

CELSIANE ALINE VIEIRA ARAÚJO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO:
DESAFIOS DO SERVIDOR PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Documento apresentado à banca de defesa de dissertação no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito normativo para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Organização do Conhecimento

Orientador: Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira

BELO HORIZONTE

2018

Araújo, Celsiane Aline Vieira.

A663g Gestão da informação [recurso eletrônico] : desafios do servidor público na implementação da transparência ativa na região metropolitana de Belo Horizonte / Celsiane Aline Vieira Araújo. ï 2018.

1 recurso online (144 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Dalgiza Andrade Oliveira

Dissertação (mestrado) ï Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 125-135.

Apêndice: f. 136-144.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação ï Teses. 2. Gerenciamento da informação ï Teses. 3. Gestão do conhecimento ï Teses. 4. Brasil. [Lei de acesso à informação (2011)] ï Teses. 5. Servidores públicos municipais ï Teses. I. Título. II. Oliveira, Dalgiza Andrade. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 659.2

Ficha catalográfica: Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG.

FOLHA DE APROVAÇÃO

GESTÃO DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS DO SERVIDOR PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

CELSIANE ALINE VIEIRA ARAÚJO

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, área de concentração CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, linha de pesquisa Arquitetura e Organização do Conhecimento.

Aprovada em 21 de setembro de 2018, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira (Orientadora)
ECI/UFMG

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette
ECI/UFMG

Prof(a). Ricardo Rodrigues Barbosa
ECI/UFMG

Belo Horizonte, 21 de setembro de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA
CELSIANE ALINE VIEIRA ARAÚJO

Realizou-se, no dia 21 de setembro de 2018, às 14:00 horas, Sala 1000 - ECI/UFMG, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *GESTÃO DA INFORMAÇÃO: DESAFIOS DO SERVIDOR PÚBLICO NA IMPLEMENTAÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE*, apresentada por CELSIANE ALINE VIEIRA ARAÚJO, número de registro 2016662268, graduada no curso de CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira - ECI/UFMG (Orientadora), Prof(a). Elisângela Cristina Aganette - ECI/UFMG, Prof(a). Ricardo Rodrigues Barbosa - ECI/UFMG.

A Comissão considerou a dissertação:

(X) Aprovada

( ) Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.
Belo Horizonte, 21 de setembro de 2018.

Prof(a). Dalgiza Andrade Oliveira

Prof(a). Elisângela Cristina Aganette

Prof(a). Ricardo Rodrigues Barbosa

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa

A Deus, por me fazer crer acima de tudo.

À Profa. Dra. Ana Maria Cardoso, por me inserir no contexto da Ciência da Informação e me apoiar no processo do mestrado desde a seleção, fazendo com que acreditasse que este era o meu caminho.

À Profa. Dra. Cléia Amaral, pela inspiração e torcida e por acreditar no meu perfil para a pesquisa e docência.

À Carla Andrea Ribeiro, mestre em Ciência da Informação, amiga e minha referência pessoal e profissional. Sei que esteve sempre na torcida.

Ao Prof. Dr. Maurício Barcellos, que me acompanhou desde a graduação (PUC Minas), me orientou na especialização (NITEG-ECI-UFMG) e, agora, meu professor na pós-graduação (PPGGOC-UFMG). Um longo percurso de referência.

AGRADECIMENTOS

Superar medos, inseguranças e preconcepções é uma luta contra as próprias limitações. Questionar padrões para buscar conhecimento é uma luta contra o senso comum. A batalha é dura, é contra si mesmo, mas fiz o que me foi possível, mesmo por vezes indo contra algumas orientações, mas fazendo o que eu era capaz e acreditava. E tudo só foi possível com parcerias às quais agradeço.

Agradeço ao exército de gigantes pesquisadores, cientistas, filósofos... todos os que lutaram e lutam para expandir as fronteiras do conhecimento.

Agradeço a Deus, principalmente por não me deixar desistir quando parecia um sonho impossível ou uma realidade dura e difícil.

Agradeço a minha mãe, Maria dos Anjos (Morena), companheira em muitas madrugadas enquanto eu escrevia, pois, segundo ela, não queria me deixar sozinha. Amanhecíamos juntas – claro, ela cochilando.

A minha orientadora, Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira, pelos ensinamentos com suas brilhantes colocações e exemplos sobre a temática da pesquisa, pelo apoio diante dos meus anseios e adversidades e pela confiança desde a minha seleção.

Aos professores Ricardo Rodrigues Barbosa, Gercina Ângela de Lima e Elisângela Cristina Aganette, pelas valiosas sugestões no processo de qualificação da pesquisa.

Agradeço à turma do mestrado, que compartilhou ansiedades e conquistas. Uma turma muito conectada entre si e animada com os encontros juninos. Alison, Andreza, César, Luciana, Flavinha, Juliana, André, Bruno, Carol, Eliane, Vinicius, Maíra, em especial à Elaine e Maianna, da Biblioteca Profa. Etelvina Lima, pela generosidade.

Agradeço ao meu irmão Beckembauer pelos mapas, mesmo contrariando sua ética como geógrafo quanto às cores utilizadas (só por causa do meu mapa roxo), à minha irmã Mônica pelos exemplos, e ao meu pai, Domingos, pela torcida.

Agradeço aos amigos da Prefeitura de Belo Horizonte, onde tive a inspiração para a temática em questão. Minha história com vocês se fez pesquisa.

Agradeço ao Diego de Pádua, meu companheiro, pela paciência diante das lutas diárias e ausências necessárias. E por me apoiar e acreditar em mim, às vezes mais do que eu mesma.

A todos os amigos que viveram esta fase sempre torcendo pelo meu sucesso e minha felicidade, em especial José Maria, Valdeline, Lilian Amaral, Lucineia, Luiz Carlos, Andréia, Denise Amaral, Manoela, Kenia Amaral, Daiana, Raquel Moçambique, Renato, Marcos Vinicius, Debora e Bárbara e os meus afilhados Naina e Victor.

Agradeço aos colegas instrutores de Zumba, em especial Andreza e David, e minhas alunas, que mal sabiam o quanto me ajudavam me fazendo sorrir quando eu estava desesperada com a pesquisa e escrita.

Agradeço aos alunos do meu estágio docente, por me motivarem a cada reencontro mesmo ao fim do estágio, nos corredores da ECI.

Agradeço à turma do DA Gestão Incluir, que acreditou, apoiou e torceu por mim, em especial à Fernanda Brito, uma militante do bem e pessoa linda.

Agradeço ao Grupo RECRI, na figura das professoras Benildes, Célia, Elisângela, Gercina e Cíntia, por todas as oportunidades que me fizeram crescer como pesquisadora e discente. Com o projeto PIFD “cresci 50 anos em 5”, e ampliei meus conhecimentos para docência superior em atividades junto à equipe do CAED e GIZ.

Agradeço ao Grupo de Pesquisa MHTX, em especial à coordenadora, Profa. Gercina, pelo acolhimento, generosidade e contribuições à minha caminhada.

Agradeço à equipe do projeto Periódicos de Minas, principalmente pelos abraços revigorantes de Renata e Marcela para a retomada da escrita, em tão curto tempo de convívio e tanto significado. Agradeço também ao Projeto Periódicos de Alagoas, na pessoa do Prof. Dr. Ronaldo, pela oportunidade de aprendizado e exemplo admirável: “Nós, da Ciência da Informação PUC Minas, existimos”.

Agradeço a todos os servidores das prefeituras que responderam ao meu questionário, principalmente a aqueles que me receberam com tanta receptividade e presteza, em especial ao Diretor de Transparência da PBH, Virgílio Queiroz de Paula,

e sua equipe. Que trabalho inspirador eles fazem! Este é o trabalho e a imagem que o cidadão espera do servidor público.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da UFMG, por ter acolhido minha pesquisa na fase inicial. Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento (PPGGOC) da UFMG e aos professores, pelos ensinamentos. Quanta riqueza de conhecimento, saberes de gigantes! Aos funcionários da Escola de Ciência da Informação e dos Programas de Pós-Graduação da Escola de Ciência da Informação da UFMG, pela constante atenção.

À Ana Ribeiro, pelas trocas de experiência de forma tão generosa para meu processo de seleção e torcida.

À colega doutoranda e amiga Graciane Bruzinga, um anjo que me iniciou e me orientou no trato com a UFMG, com a pesquisa e com Deus. Quanto profissionalismo e generosidade! Mais uma referência pessoal e profissional que levo para a vida.

Agradeço também ao apoio das agências de fomento: CAPES, FAPEMIG e CNPq/Brasil.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que, ainda que de forma indireta, contribuíram para esta pesquisa.

É inútil queremos ser bons o tempo
todo e fazer tudo certo – o que
importa é estarmos dispostos a fazer
um pouco melhor hoje do que
fizemos ontem.

Allan Percy

A escrita é um ato solitário, e por vezes tão difícil que parecia impossível, mas tudo superável por um boa noite de sono, uma aula de dança, um chá quentinho, um chocolate, uma mensagem de otimismo, uma brincadeira de criança, uma oração e então era tomada por *insights*.

Celsiane Aline Vieira Araújo (adaptado de autor desconhecido)

RESUMO

O acesso à informação pública, regulamentado pela Lei n. 12.527/11, demanda uma série de ações que podem contribuir para sua implementação nas três esferas de governo. Observa-se internamente nas instituições a adoção de uma nova cultura informacional que tem como protagonista o servidor público. Mas quem é esse servidor? Qual é a sua apropriação acerca da lei? Com quais critérios esse profissional trabalha a informação pública? É preciso compreender as barreiras estabelecidas nas instituições a fim de se dispor de subsídios que contribuam para a efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação. O estudo teve como objetivo conhecer a organização da informação pública no contexto da transparência ativa na esfera municipal sob a perspectiva do servidor. Realizou-se uma análise do perfil do servidor público, responsável pela gestão das informações institucionais; do mesmo modo buscou-se conhecer, sob sua perspectiva, a gestão da informação pública diante da implementação da referida lei na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A pesquisa caracterizou-se pela abordagem qualitativa, valendo-se também de instrumentos quantitativos, e classificou-se como pesquisa exploratória de natureza aplicada. Aplicou-se um questionário, via web, nos 25 municípios dos 34 que compõem a região metropolitana de Belo Horizonte, por estarem de acordo com o estabelecido pela lei quanto à obrigatoriedade da existência de um portal de transparência nos municípios com mais de 10 mil habitantes. Dos 25 municípios, 20 responderam ao questionário, totalizando um percentual de 80% de retorno. A análise apontou que o perfil dos servidores é composto em sua maioria por homens, graduados e com especialização, com idade entre 31 e 40 anos. Estes pertencem a áreas e cargos distintos nas prefeituras, com destaque para dois cargos específicos na temática. A maioria compreende a lei, mas não tem o domínio de seu texto. Há pouco conhecimento sobre dados abertos, mas entendem a importância da transparência ativa, bem como a necessidade de se qualificarem para implementar o acesso à informação pública via transparência ativa e adequarem seus municípios à lei. Considera-se que a lei é um modus operandi da Ciência da Informação e que muitos dos profissionais que hoje atuam na gestão da informação pública ainda se encontram despreparados, o que vem apontar a necessidade e possibilidade de profissionais da informação atuando na área da gestão da informação pública. Espera-se, com este estudo, abrir espaço para a prática da ciência da informação na gestão da informação pública.

Palavras-chave: Lei de Acesso à Informação Pública. Servidor Público. Região Metropolitana de Belo Horizonte. Transparência Ativa. Gestão da Informação Pública.

ABSTRACT

Access to public information, regulated by Act number 12527/2011, requires a series of actions that can contribute to its implementation in the three spheres of government. It is observed internally in the institutions the adoption of a new information culture that has as protagonist the public servant. However, who is this servant? What is your appropriation of the act? By what criteria does this professional work out the public information? It is necessary to understand the barriers established in the institutions in order to have subsidies to contribute to the effective implementation of the Access to Information Act. The study aimed to get to know the organization of public information in the context of active transparency in the municipal sphere from the perspective of the servant. A profile analysis of the public servant, responsible for the institutional information management, was carried out; in the same way, it was sought to know, from its perspective, the public information management regarding the implementation of said act in the Metropolitan Region of Belo Horizonte. The research was characterized by the qualitative approach, also using quantitative instruments, and was classified as exploratory research of an applied nature. A web-based questionnaire was applied in the 25 municipalities of the 34 that compose the metropolitan area of Belo Horizonte, because they are in accordance with the established by the act regarding the requirement of a transparency portal in municipalities with more than 10 thousand inhabitants. Of the 25 municipalities, 20 answered the questionnaire, totaling a percentage of 80% return. The analysis showed that the profile of the servants is composed mostly of men, graduates and with specialization, aged between 31 and 40 years. These belong to different areas and positions in the prefectures, with two specific positions in the subject. Most understand about the act, but do not have the mastery of their text. There is little knowledge about open data, but they understand the importance of active transparency, as well as the need to qualify to implement access to public information through active transparency and to adapt their municipalities to the act. It is considered that the act is a "modus operandi" of Information Science and that many of the professionals who now work with public information management are still unprepared, which points out the need and possibility of information professionals working in this area: public information management. This study is expected to make room for the practice of information science in the public information management.

Keywords: Access to Public Information Act. Public servant. Metropolitan Region of Belo Horizonte. Active Transparency. Public Information Management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo informacional 21
Figura 2 – Usuários de Informação Interna na SMAAS 26
Figura 3 – Estruturação do Serviço Interno de Informação 27
Figura 4 – Estruturas legais basilares para transparência no Brasil 36
Figura 5 – Controles da Lei de Responsabilidade Fiscal 38
Figura 6 – Índice global de direito à informação nas Américas 40
Figura 7 – Lei de acesso *versus* lei modelo nas Américas 43
Figura 8 – Evolução da LAI nas Américas 45
Figura 9 – Retrospectiva das fases da gestão pública 47
Figura 10 – Linha do tempo da transparência 50
Figura 11 – A desinformação funcional 56
Figura 12 – Estratégia para Governança Digital 62
Figura 13 – Mapa de Belo Horizonte 74
Figura 14 – Municípios da RMBH e Colar Metropolitano 76
Figura 15 – Posicionamento organizacional da agência RMBH 77
Figura 16 – Municípios da Região Metropolitana por população e PIB 80
Figura 17 – Municípios da Região Metropolitana com mais de 10 mil habitantes (recorte da pesquisa) 83
Figura 18 – Planilha de controle da etapa 1 86
Figura 19 – Questionário em Formulário Google 86
Figura 20 – Respostas e controle via Formulário Google 87
Figura 21 – Controle de visita aos municípios da RMBH 87
Figura 22 – Rota de visita aos municípios da RMBH 89
Figura 23 – Municípios que tiveram respondentes à pesquisa 94

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo 96
Gráfico 2 – Idade 96
Gráfico 3 – Faixa salarial referente ao cargo 101
Gráfico 4 – Tempo para Estudo no Local de Trabalho 102
Gráfico 5 – Acesso às Informações produzidas pela instituição 104
Gráfico 6 – Acesso às informações produzidas externamente à instituição 104
Gráfico 7 – Grau de dificuldade para obter informação fora da instituição 106
Gráfico 8 – Grau de conhecimento sobre a Lei de Acesso a Informação (LAI) 107
Gráfico 9 – Diferença entre transparência ativa e transparência passiva no contexto da LAI 108
Gráfico 10 – Objetivo de um portal da transparência 108
Gráfico 11 – Utilização de algum portal da transparência 109
Gráfico 12 – Recebimento de capacitação para exercer as funções que desempenha 109
Gráfico 13 – Existência de equipe de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) na sua instituição 111
Gráfico 14 – Membros da equipe do SIC 112
Gráfico 15 – Conhecimento sobre dados abertos 113
Gráfico 16 – Publicação de bases de dados em transparência ativa 114
Gráfico 17 – Anos em que a instituição publicou base de dados 115
Gráfico 18 – Divulgação das informações no *site* observa o Modelo de Acessibilidade do Governo Federal 116
Gráfico 19 – Inclusão de informações na Seção de Acesso à Informação do *site* em 2017 118
Gráfico 20 – A instituição fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos (para as quais repassa recursos públicos) divulgam as informações listadas no art. 63 do Decreto nº 7.724/2012 119

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação de instrumentos para o controle social 61
Quadro 2 – Incidência dos termos sigilo e informação nos códigos de ética 69
Quadro 3 – Grau de integração à dinâmica Metropolitana dos Municípios da RMBH e Colar Metropolitano 79
Quadro 4 – Cursos e Instituição de Ensino 97
Quadro 5 – Local de exercício e Cargo 99
Quadro 6 – Nível de Conhecimento em Informática 101
Quadro 7 – Capacitações realizadas 110
Quadro 8 – Considerações 121

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Escolaridade 97
Tabela 2 – Natureza do Vínculo 100
Tabela 3 – Temas de Interesse 103
Tabela 4 – Formas para obter informações 105
Tabela 5 – Política de acesso à informação 112
Tabela 6 – Sítio eletrônico da instituição 117
Tabela 7 – Rotina de atualização de itens de acesso à informação 118
Tabela 8 – Principais desafios para implementação da LAI 120

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTAI	Autoridade Nacional de Transparência e Acesso à Informação
APF	Administração Pública Federal
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BH	Belo Horizonte
CGU	Controladoria-Geral da União
CI	Ciência da Informação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CMI	Conselho Municipal do Idoso
EGD	Estratégia de Governança Digital
e-GOV	Governo Eletrônico
e-MAG	Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico
e-OUV	Ouvidoria Eletrônica
EUUMC	Estudo de Uso e Usuários e Mapeamento do Conhecimento
GBH	Grande Belo Horizonte
GEIMA	Gerência de Informação Monitoramento e Avaliação
GESPÚBLICA	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
GI	Gestão da Informação
GRI	Gerências de Recursos Informacionais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAI	Lei de Acesso a Informação
LEC	Lei Estadual Complementar
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MG	Minas Gerais
MIC	Marco Civil da Internet
OEA	Organização dos Estados Americanos
OGU	Ouvidoria Geral da União
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PIB	Produto Interno Bruto
PPBE	Procedimento de Pesquisa Bibliográfica Estruturado
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
RTA	Rede de Transparência e Acesso à Informação
SII	Serviço Interno de Informação
SMAAS	Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17

1.1 Problema de pesquisa 23

1.2 Justificativa 24

1.2.1 Experiência profissional 25

1.2.2 Apropriação dos instrumentos de controle e gestão da informação de natureza pública 29

1.3 Objetivo 33

1.3.1 Objetivo geral 34

1.3.2 Objetivos Específicos 34

1.3.3 Estrutura da dissertação 34

2 INFORMAÇÃO PÚBLICA 36

2.1 Origem do acesso à informação pública no Brasil: lei de responsabilidade fiscal 36

2.1.1 Contexto internacional: as convenções internacionais 38

2.1.2 Contexto latino americano: a Rede de Transparência e Acesso a Informação 41

2.1.3 Contexto nacional: do Ministério da Desburocratização às bases legais 45

2.2 Informação pública e gestão da informação: teorias e correlações 52

2.2.1 Informação e desinformação no contexto social 55

2.2.2 Informação Pública como fomento à cidadania 57

2.2.3 Controle Social: do e-GOV à governança digital 60

2.3 O servidor público e a LAI 64

2.3.1 Perspectivas de uma nova cultura informacional 66

2.3.2 LAI – Alguns dilemas da sua implementação 69

3 METODOLOGIA 72

3.1 Tipologia da pesquisa 72

3.2 Contextualização: a região metropolitana de Belo Horizonte 73

3.3 Recorte da pesquisa 78

3.4 Procedimentos de coleta de dados 84

3.5 Organização dos dados 85

3.6 Limitações da coleta de dados 87

3.7 Procedimentos de análise de dados 90

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....93
4.1 Perfil.....95
4.2 Trajetória profissional.....97
4.3 Informática.....100
4.4 Demandas informacionais.....101
4.5 Gestão da informação pública.....105
4.6 Dados abertos.....112
4.7 Transparência ativa.....114

5 CONSIDERAÇOES FINAIS.....121
5.1 Sugestão para estudos futuros.....124

REFERÊNCIAS.....125

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (FORMULÁRIO GOOGLE).....136

1 INTRODUÇÃO

Em 2014, no Brasil, acompanhou-se a promulgação da Lei n. 12.965/2014, popularmente conhecida como a lei do Marco Civil da Internet (MCI). Trata-se de um marco regulatório para a promoção e proteção de vários direitos no contexto digital, garantindo a liberdade de expressão e privacidade, e o desenvolvimento da internet com responsabilidade dos provedores, bem como o estímulo às práticas de inclusão digital e ampliação do Governo Eletrônico (e-GOV) (BRASIL, 2014).

Desse modo, o acesso à informação vem se caracterizando cada vez mais pelas diversas possibilidades, ou seja, questões que são consideradas barreiras podem ser transpostas tanto no aspecto geográfico quanto no aspecto tecnológico. No que tange ao aspecto geográfico, pode-se pensar nos meios de comunicação de massa e principalmente na rede mundial: a internet. Em relação ao aspecto tecnológico, os recursos informacionais podem ser disponibilizados por meio de diversos dispositivos, todavia, não basta estar acessível. Independentemente dos aspectos geográficos e tecnológicos, entende-se que a informação tem de estar organizada para ser disponibilizada.

Dessa forma, as informações devem estar estruturadas para atender às demandas de públicos específicos. Considerando as informações públicas, estas deveriam passar por padrões para sua disponibilização, observando acolher com precisão uma busca, atendendo de forma mais assertiva o público-alvo para qual as demandas se voltam. Apropriando-se dessas novas possibilidades, diante da informação pública, muitos países, como Estados Unidos, Canadá, Espanha, México, Índia, Reino Unido e Argentina, entre mais de 100 outros, têm adotado junto à sociedade a aplicação de leis que garantam o acesso à informação produzida em seus órgãos públicos, ou seja, as informações de natureza pública. Neste sentido, é pertinente compreender que a

> [...] informação pública pode ser de natureza jurídica, administrativa, estatística, legislativa, jornalística, financeira, técnica, política etc., sendo estruturada de diferentes formas, como gráficos, quadros sinóticos, tabelas, resumos, índices, metadados, hipertextos e outras espécies de texto (GUEDES, 2014, p. 63).

Nessa direção, o Brasil não está fora dessa perspectiva. A Lei n. 12.527/2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação Pública (LAI), foi regulamentada tendo

como premissa o que já era garantido no inciso XXXIII do art. 5º[1], no § 2º do art. 216[2] e no inciso II do § 3º do art. 37[3] da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), que é o acesso à informação pública produzida ou guardada pelos órgãos públicos. O acesso não se restringe a documentos, mas a toda e qualquer informação registrada nos mais diversos formatos, incluindo todos os suportes, como impressos e eletrônicos.

De acordo com a LAI (BRASIL, 2011), entende-se como informação os dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão do conhecimento contido em qualquer meio, suporte ou formato. Portanto, a regulamentação abrange o acesso a documentos e registros caracterizados como informação pública. Cabe ressaltar que o poder público atua em nome da sociedade e todas as informações por ele produzidas são para atender às demandas dessa mesma sociedade. Assim, compreende-se que essa produção é de interesse público. Dessa forma, o poder público não é o proprietário dessas informações, mas seu guardião e, como tal, deve tornar esse bem público acessível a todas as pessoas. Compreende-se que a sociedade é a verdadeira proprietária dessas informações e seu direito está agora fortalecido e garantido por lei.

Considerando a importância e repercussão do acesso à informação pública no Brasil e em outros países, a aplicação da LAI nos órgãos públicos pode convergir para um modelo de administração pública menos burocrática, na perspectiva da gestão da informação, campo que se inscreve no âmbito da Ciência da Informação (CI). Portanto, a gestão da informação apontada como um guia para mapear e implementar formatos específicos, categorias e relacionamentos das informações organizacionais de forma estruturada (DAVENPORT, 1998) é caracterizada pelas aferições qualitativas e quantitativas, em que

> [...] aferições quantitativas de gestão da informação tendem a incluir conectividade e transações: quantas contas de ou usuários de Lotus Notes nós temos? Quantas mensagens enviamos num dado período? Aferições qualitativas medem a “informatividade” e a utilidade: a mensagem me trouxe um novo insight? Ela me ajuda a extrair significado de uma situação e

[1] Inciso XXXIII do art. 5º: Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo I – dos Direitos e Deveres individuais e Coletivos.

[2] § 2º do art. 216: Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação.

[3] Inciso II do § 3º do art. 37: A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente.

> contribui para decisão ou solução de um problema? (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 4).

A despeito dessa “informatividade” e utilidade, para os conteúdos informacionais devem ser considerados os fatores que envolvem o ciclo informacional de recuperação, análise, tratamento, organização, disseminação e uso. Associando-se esses fatores, observa-se uma sociedade que progressivamente acessa as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tornando-se substancialmente mais usuária de informações públicas.

Compreende-se, diante disso, que vem sendo apontada a necessidade de novas perspectivas para o cumprimento do fluxo da informação pública, a partir de uma cultura que priorize o poder de comunicação dos sujeitos inseridos nas instituições: os servidores públicos. Essa prática poderá possibilitar e qualificar a produção institucional, bem como as fontes de informação. Em consonância com a LAI, é importante ater-se ao fato de que existem as informações para as quais deve ser garantido o sigilo e essas devem ser tratadas sob essa ótica. Analisando por esse ponto de vista, desde sua concepção ou aquisição, toda informação pública deve ser tratada para atender às demandas da sociedade, porém identificando os conteúdos que fazem parte da exceção.

Assim, a lei orienta a aplicação de análise e indica os responsáveis por definir o tempo e grau de sigilo de determinadas informações, uma vez que as informações públicas são classificadas como sigilosas quando consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência) (ESCOLA VIRTUAL CGU, 2011).

Em face do exposto, destaca-se que nem toda produção dos servidores é informação pública: a regra é o acesso e o sigilo é a exceção, mas para classificá-la é muito importante a efetivação do processo de organização com fins públicos desde sua concepção ou aquisição. Dessa forma, o servidor poderá contribuir para o atendimento às demandas do cidadão, tornando a instituição eficaz e qualificada tanto no que tange à transparência pública quanto à aplicação da lei, por conseguinte, podendo colaborar para a promoção da democracia e da cidadania.

Neste contexto, a organização da informação pública na perspectiva do servidor é o que interessa a este trabalho. Parte-se do entendimento de que, para o poder público cumprir seu papel com maior transparência, necessitará promover ações que visem melhorar os processos de recuperação, análise, tratamento, organização, disseminação e uso da informação. Tal implementação poderá permitir o atendimento às demandas de acesso à informação pública pelo cidadão.

Mesmo a LAI dispondo de critérios estabelecidos de classificação das informações públicas e sigilosas, bem como todo processo de gestão do acesso para atender às solicitações da sociedade, a temática ainda carece de estudos. Ademais, a classificação das informações refletirá sincronicamente a transparência ativa no qual se baseia o art. 8 da LAI (BRASIL, 2011), regulando que é

> [...] dever dos órgãos e entidades públicas promover, independente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas e custodiadas (BRASIL, 2011, p. 1).

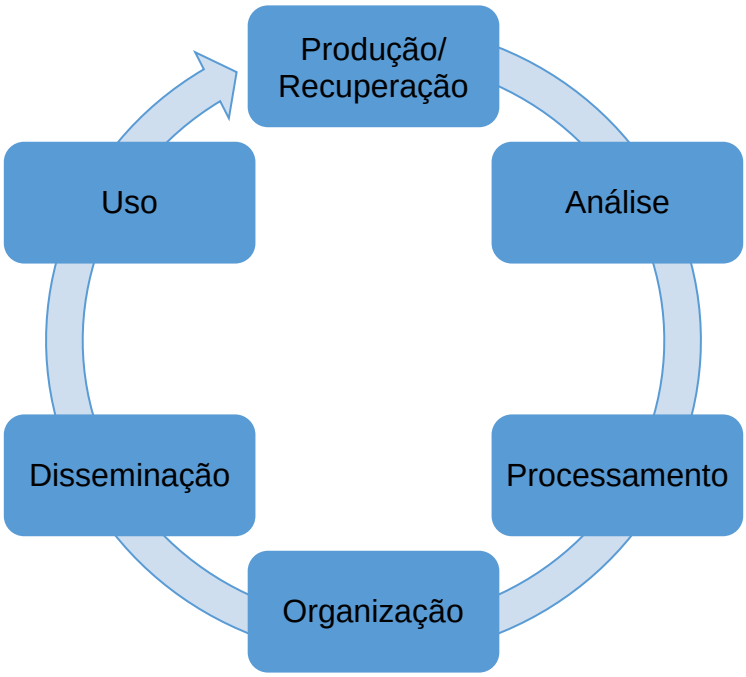
Nesta direção, em recente estudo sobre a LAI e portais de transparência governamentais brasileiros, Resende (2014) aponta para a necessidade de mais pesquisas sobre o processo de organização da informação pública, em um contexto de atendimento ativo e sua divulgação em sítios de órgãos nos quais se encontra de forma bem estruturada. Nessa perspectiva, esta pesquisa parte do entendimento da necessidade de avançar as discussões visando melhorar o acesso público à informação no Brasil, com a adoção de processos de gestão da informação, a partir da análise dos servidores públicos[4]. Espera-se refletir sobre a LAI, de modo a contribuir, nestes aspectos, para uma administração pública menos burocrática e mais centrada no cumprimento democrático e social de suas finalidades.

Entende-se que, nessa orientação, o servidor público cumpre um papel de destaque, sobretudo aquele que concentra entre suas atividades a tarefa de possibilitar ao cidadão o acesso à informação. A gestão da informação poderá contribuir, por meio do ciclo informacional, conforme Figura 1, para facilitar o referido acesso. Assim, compreende-se que a organização da informação requer o exercício da gestão da

[4] Adota-se aqui a nomenclatura em consonância com a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais.

informação ao mesmo tempo que se entende ser o servidor público o representante do conhecimento institucional. Isto sugere que esse servidor tenha conhecimento de causa da instituição, das informações que somente ela produz e das formas de disseminação e acesso a seu conteúdo ao usuário demandante, no contexto da informação pública: o cidadão.

Figura 1 – Ciclo informacional



Fonte: elaborado pela autora, baseado em Ponjuán Dante (1998).

Inferindo-se que o servidor público, na condição de gestor das informações públicas, preconiza o cumprimento da transparência ativa, ou seja, informação disponibilizada de forma proativa, observa-se um aspecto que deve ser considerado: o usuário da informação no contexto digital, mais precisamente nos portais de transparência. A esse respeito, as TIC estabeleceram um novo trato para a relação recuperação e organização da informação, revolucionando as formas e os métodos de geração, processamento, armazenamento e transmissão da informação, podendo impactar de forma relevante na gestão da informação pública (LIMA, 2016).

Ainda dentro do contexto digital, existem outros aspectos complementares que também devem ser considerados, envolvendo a transmissão e a apresentação da informação. Assim, a informação pública, como toda fonte de informação, exige dentro do fator da representação, mais precisamente, sua organização e visualização, de forma que o uso daquele recurso informacional seja agradável principalmente no

âmbito da internet (TOMAÉL, 2004). Diante deste cenário e similarmente aos estudos de Tomaél (2004), Silva, Eirão e Cavalcanti (2013, p. 13) elucidam que

> [...] a transparência ativa definida pela LAI reconhece a internet como fonte de informação relevante para a sociedade contemporânea, além de ir ao encontro de iniciativas internacionais como a Dados Abertos Governamentais, que defende a disponibilização de dados eletrônicos emanados dos governos, sob formatos abertos para a livre utilização pelos cidadãos.

Considerando diversos desafios para aplicabilidade da LAI, compreende-se que, à luz da CI, deve-se avaliar a aplicação da gestão da informação nos órgãos públicos, como ferramenta fortalecedora e de qualificação dos objetivos da referida lei. A pesquisa poderá proporcionar um melhor entendimento quanto ao ciclo das informações públicas sob o ponto de vista do servidor público, e a percepção de quanto esse servidor tem se apropriado da LAI e dos processos de atendimento às demandas informacionais.

A pesquisa também poderá orientar a aplicação do ciclo informacional no contexto digital na perspectiva do cumprimento da transparência ativa nos portais de transparência. A prática de implementação da LAI em convergência com a equidade dos direitos do cidadão por meio do acesso público à informação poderá ser capaz de contribuir para maior efetividade no processo de democratização da informação pública, ademais como ferramenta de governança informacional (RIBEIRO, 2003).

Apresentam-se como condicionantes da governança informacional as noções de transparência, convergência e as articulações das relações de informação e comunicação entre o Estado e a sociedade civil. O princípio do conceito de governança informacional é o reconhecimento do direito e do acesso à informação pública e governamental pelo cidadão e, consequentemente, a radicalização e consolidação da democracia (RIBEIRO, 2003, p. 15).

Dessa forma, projeta-se a demanda de estruturação de um modelo pragmático de produção/recuperação, análise, processamento, organização, disseminação e uso da informação pública que permitirá por parte do governo a prestação de contas à sociedade, e poderá ainda possibilitar o controle social por parte do cidadão congregando com o exercício da cidadania. “Assim a relação entre informação e cidadania não é algo gerado a partir do simples acesso/uso de informação” (ARAÚJO,

1999, p. 166), pois a informação pública, uma vez acessada, fará parte do processo de apropriação ressignificado pela transferência e socialização da informação.

Araújo (1999) buscou, em sua abordagem, ampliar a conceituação do termo transferência de informação. Neste sentido, adota-se o conceito de transferência de informação como uma prática informacional que trata da socialização da informação, em que, com um acordo entre produtores e usuários, definem-se as necessidades informacionais e as metodologias mais adequadas para atendê-los. “A socialização da informação tem por base a criação de um contexto comunicativo no qual estejam presentes de forma ativa e igualitária, tanto os produtores, como os usuários de informação (ARAÚJO, 1999, p. 162-163)”.

Considerando a perspectiva de apropriação da informação, a mesma autora elucida que, juntamente ao processo comunicacional, existe a reapropriação da informação que tem uma relação direta com o valor agregado a essa informação. Esse aspecto parte do pressuposto da carga cultural do cidadão e da relação da informação acessada com sua realidade cotidiana (ARAÚJO, 1999).

Portanto, considerando a apropriação da informação pública para atingir todo e qualquer cidadão após seu uso, essa informação demanda previamente uma organização, além dos trâmites legais já definidos na LAI quanto a sua classificação em relação ao grau de sigilo. Esses aspectos associados a esta pesquisa levam a explanar sobre a prática da gestão da informação na perspectiva do servidor público. Parte-se do pressuposto que existe um profissional responsável pela gestão da informação pública, que mantém uma relação dialógica no processo comunicacional com o cidadão, podendo ser peça fundamental na prática da transparência ativa.

1.1 Problema de pesquisa

Reconhecido como direito fundamental amparado por importantes órgãos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), o acesso à informação pública representa nas instituições públicas uma nova prática de administração, pleiteando de forma emergencial, visto que a LAI vigora desde 2011, o trato sistematizado dessas informações.

A máquina pública constitui-se como uma grande produtora e consumidora de informação disposta nos mais diversos formatos e suportes, mas entende-se que o acesso não era tratado como um direito a todos (seja interno, seja externo à instituição), mesmo sendo disposto na Constituição Federal de 1988, até a promulgação da LAI, em 2011. Considerando que a LAI estabelece que o sigilo é exceção e que a regra é cumprir a publicidade máxima, compreende-se como necessária nesse processo a primordialidade iminente de apropriação e implementação dessa lei por parte do servidor público, uma vez que este é quem opera diretamente as informações públicas.

Mas quem é esse profissional que se tornou peça fundamental no processo democrático de transparência informacional no governo? Qual é seu conhecimento acerca da LAI? Com quais critérios esse profissional trabalha a informação pública? É preciso compreender as barreiras estabelecidas nas instituições a fim de se dispor de subsídios que contribuam para a efetiva implementação da LAI. Assim, com este estudo pretendeu-se voltar para reflexões tais como se estrutura na instituição o ciclo da informação pública, se existe dificuldade no processo de recuperação da informação para atendimento à transparência ativa e qual é o perfil do servidor público responsável pela gestão dessa informação. Entretanto, mais precisamente interessa a esta investigação compreender como a LAI tem sido implementada nos portais de transparência dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

1.2 Justificativa

Diante da compreensão de que a informação é poder e analisando o fenômeno da informação de origem pública, sua abundância não significa atendimento qualificado de um segmento específico. A aplicação da LAI, nas instituições públicas, está ainda muito incipiente, demandando, além de mais discussões empíricas, um melhor direcionamento para que efetivamente se cumpra seu dever como ferramenta de transparência pública e promoção da democracia e controle social junto ao cidadão.

A aplicação da referida lei pode trazer várias implicações aos órgãos públicos, que podem ser analisadas de maneira mais científica e reflexiva. Desse modo, a motivação dessa investigação decorre de dois aspectos: experiência profissional na

administração pública em período recente e o entendimento da importância acerca da apropriação dos instrumentos de controle da gestão pública.

1.2.1 Experiência profissional

Diante de um cenário de precariedade de acesso informacional às ações profissionais realizadas internamente na Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS) da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), avaliou-se implantar um Serviço Interno de Informação (SII), sob coordenação da Gerência de Informação Monitoramento e Avaliação (GEIMA), no período de 2004 a 2010. Essa gerência foi criada na reforma administrativa de 2000 e cumpria com

> [...] o papel de fornecimento e tratamento de informações. Visando acatar esta demanda a GEIMA, adotou como foco de atuação o desenvolvimento de atividades integradas a Política Municipal de Assistência Social – PMAS, em consonância com Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (ARAÚJO et al., 2007, p. 3).

A proposta de trabalho da GEIMA tinha como foco o atendimento às demandas informacionais dos servidores da SMAAS tanto no âmbito central quanto regional[5], conforme Figura 2, tendo como atribuições, entre outras,

> [...] coordenar a organização das informações desta Secretaria, organizar os projetos e documentos da execução dos trabalhos da SMAAS com o objetivo de preservação da memória institucional e manter um acervo bibliográfico de referência sobre a área da assistência social (ARAUJO et al., 2007, p. 4).

[5] A PBH é dividida em nove regionais administrativas de forma a cobrir seu território.

Figura 2 – Usuários de Informação Interna na SMAAS



Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social (2007, p. 3).

Isto posto, compreende-se que a falta de transparência em que muitas instituições públicas se encontram revela um estado de opacidade informacional evidenciado já na estrutura interna, permitindo observar que “a classificação do grau de transparência deve ser estabelecida em um ponto entre dois extremos: o da translucidez e o da opacidade” (RIBEIRO, 2003, p. 76). Existem graus entre opacidade e transparência (JARDIM, 1999), partindo da percepção do quanto se tem disponibilizado as informações congregando com a ideia dicotômica em que o que não está transparente é opaco (RESENDE, 2014). Neste sentido, destaca-se que

> [...] a transparência designa, inicialmente, a propriedade de um corpo que se deixa atravessar pela luz e permite distinguir, através de sua espessura, os objetos que se encontram atrás. Falar, neste sentido, de transparência administrativa significa que atrás do invólucro formal de uma instituição se perfilam relações concretas entre indivíduos e grupos percebidos pelo observador. Mas a transparência é suscetível de graus: um corpo pode ser realmente transparente, ou seja, límpido e fazer aparecer com nitidez os objetos que recobre, ou somente translúcido, se ele não permite, ainda que seja permeável à luz, distinguir nitidamente esses objetos, ou ainda diáfano, se a luz que ele deixa filtrar não permite distinguir a forma desses objetos. Por extensão, a transparência designará o que se deixa penetrar, alcançar levemente, o sentido escondido que aparece facilmente, o que pode ser visto, conhecido de todos ou ainda que permite mostrar a realidade inteira, o que exprime a verdade sem alterá-la (JARDIM, 1999, p. 51).

O SII, com sua estruturação apresentada na Figura 3, foi implantado diante da percepção da GEIMA, dentro de suas atribuições, de que a estrutura institucional estava inclusa em um contexto de opacidade informacional, em que havia muitas informações dispersas e divergentes e que o cenário dos processos de geração, processamento, armazenamento e disseminação das informações necessárias às ações de publicidades e gerenciais eram desestruturados. Neste aspecto, quando demandadas mobilizavam vários trabalhadores em “força-tarefa” para coletar dados de forma manual, processar com recursos precários e produzir peças de disseminação em formato limitado em relação à sua abrangência (público, locais de acesso etc.) (ARAÚJO et al., 2007).

Figura 3 – Estruturação do Serviço Interno de Informação



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Dessa forma, seria possível atender às demandas informacionais internas (servidores públicos), que refletiria concomitantemente no atendimento às demandas externas (sinalização de prática de transparência), que por vezes partiam dos meios de comunicação de massa (rádio e televisão), pesquisadores e cidadãos. O projeto incluía, a priori, uma mudança na cultura informacional na instituição. Logo, foi realizado um Estudo de Uso e Usuários e Mapeamento do Conhecimento (EUUMC), que, por meio de questionário aplicado no nível central da SMAAS e nas nove regionais (em que são ofertados serviços das políticas públicas sociais), possibilitou conhecer o servidor público e o usuário, bem como o produtor de informações públicas, de forma a contribuir para "a integridade do ciclo informacional, visando à produção do conhecimento individual e organizacional e a disseminação da informação oficial/formal aos trabalhadores da assistência social – SMAAS e Regionais" (ARAÚJO et al., 2007, p. 2).

Compreender a temática da ação do Estado dentro do aspecto público fica de certa forma mais coerente quando se entende que política pública é distinta a partir da dualidade pública e privada, entendendo política como "designação de propósitos das autoridades públicas" (ROTH, 2002, p. 25-26). A distinção entre bem público (disponível para todos) e bem privado (de uso depois de pago), assim como a distinção entre serviço público (para quem necessitar e que não é pago diretamente) e serviço privado (para quem escolher e pagar) contribui para o abarcamento do aspecto público e, conseguintemente, para o conceito de política pública. O mesmo autor versa claramente o que outras conceituações a definem, ponderando que a política pública é

> [...] um conjunto formado por um ou mais objetivos coletivos considerados necessários e desejados, aos meios e as ações que são utilizados na implementação, pelo menos parcialmente, por uma instituição ou organização governamental com a finalidade de orientar o comportamento de atores individuais ou coletivos para modificar uma situação percebida como insatisfatória ou problemática (ROTH, 2002, p. 27).

Todavia, desde o início do projeto do SII foi observado que sua viabilidade demandava recursos humanos qualificados em diversas áreas, como TIC, sociologia, psicologia, serviço social, biblioteconomia e gestão da informação. Logo, a implantação contou com uma equipe multidisciplinar que trabalhou tanto reconhecendo a importância da prática de uma nova cultura informacional quanto em sua implantação. Dessa maneira, conhecendo seu usuário e implementando ações que foram sinalizadas no

EUUMC, possibilitou um trabalho de atendimento ativo e estruturado para atendimento passivo com desdobramentos como:

> a) articulação entre informação e comunicação;
> b) gestão de pessoas centrada na subjetividade e produção de conhecimento;
> c) gestão de documentos – arquivos de memória institucional e outros acervos;
> d) intranet como ferramenta de integração organizacional e comunicação (ARAÚJO et al., 2007, p. 3-4).

Para além da implantação do projeto SII, contribuiu-se para a implantação das páginas institucionais (websites) do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) e do Conselho Municipal do Idoso (CMI). Ressalta-se que o público dessas informações era o cidadão, sobretudo conselheiros para controle social. Ainda dentro desse cenário relativo ao cidadão, fomentavam-se as discussões nas Conferências Regionais de Assistência Social com vistas à disponibilização e ao uso das informações públicas na forma ativa, via website, e na forma de publicidade e campanhas educativas.

1.2.2 Apropriação dos instrumentos de controle e gestão da informação de natureza pública

O Estado democrático parte da premissa da transparência, o que se permite inferir que um governo aberto possibilita ao cidadão participação política e também o exercício de seus direitos. “As leis de liberdade de informação representam um meio para um fim; que é um governo aberto” (ARTICLE 19, 2011, p. 23). Desse modo, apropriar-se de instrumentos de controle para participação política e exercício dos direitos pressupõe a prática por parte do cidadão, a qual é uma questão educacional, que pode acontecer na formação do indivíduo, ou é uma questão de socialização, podendo ser resultante da cultura do meio em que se vive.

Em face de esclarecimentos entre as questões educacional e cultural da prática do cidadão, considera-se pertinente compreender que cultura informacional tem uma relação direta com o conceito de cultura, e neste trabalho adotar-se-á o conceito proposto por Geertz (2008, p. 4), o qual

> [...] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise; portanto, não como

> uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

O mesmo autor também pondera que

> [...] a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade (GEERTZ, 2008, p. 10).

Fundamentando-se que a questão cultural dentro das instituições parte do sujeito que a compõe, parte-se do entendimento que nas instituições públicas por muito tempo prevaleceu a cultura do segredo (informação como favor), que versa na questão em que “a gestão pública é pautada pelo princípio de que a circulação de informações representa riscos. Isto favorece a criação de obstáculos para que as informações sejam disponibilizadas” (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2011, p. 12). Contrária a essa questão tem-se hoje a cultura do acesso (informação como bem público), que pode provocar no servidor público a “consciência de que a informação pública pertence ao cidadão e que cabe ao Estado provê-la de forma tempestiva e compreensível e atender eficazmente às demandas da sociedade” (CGU, 2011, p. 13).

Em face do exposto, compreende-se assim que a viabilidade da transparência ativa da lei também pode ser espelhada a partir dos servidores públicos apropriando-se da prática da gestão da informação, provendo uma nova cultura informacional que poderá refletir no ciclo informacional e na prática da transparência ativa nos sites das instituições públicas. Esse servidor que passará pela vicissitude de uma nova cultura que se considera informacional poderá apontar para a aplicação do processo de gestão da informação, em que a instituição far-se-á detentora de informações e conhecimento e a tornará “bem-informada e capaz de percepção e discernimento, exercendo o processo de gestão da informação” (CHOO, 2003, p. 31).

O autor ainda esclarece que, de posse desse processo, as ações das instituições “baseiam-se numa compreensão correta de seu ambiente e de suas necessidades, e são alavancadas pelas fontes de informação disponíveis e pela competência de seus membros” (CHOO, 2003, p. 31).

Historicamente, compreende-se que o funcionamento dos órgãos públicos segue um processo de trabalho burocrático (no aspecto de morosidade, não da prática da máquina pública) em contrapartida à necessidade de gestão da informação que pode tornar ágil e eficaz o atendimento público. Além disso, os servidores que respondem pelas instituições públicas são regulados por Regimentos Jurídicos[6] que estabelecem, em alguns de seus artigos, que estes têm por dever o sigilo[7] de informações e que esses mesmos servidores podem ser exonerados em razão de casos de divulgação da informação[8]. São dimensões que ensejam a insegurança do servidor em sua função dentro do processo da transparência de informações públicas. Observa-se que será necessário "enfrentar as resistências do funcionalismo público, a discricionariedade e a cultura do sigilo – institucionalizada nos diversos estatutos de servidores públicos do Brasil" (ARTICLE 19, 2011, p. 5).

Em uma pesquisa realizada pelo Article 19, analisando os conteúdos dos estatutos dos servidores civis de todos os estados do Brasil além do estatuto dos servidores civis da União (disponíveis no formato de leis, leis complementares ou decretos-leis), perfazendo um total de 27 leis, o resultado apontou o sigilo pautado como dever do servidor público, retratando um obstáculo na implementação da LAI (ARTICLE 19, 2011). A grande maioria dos estatutos pesquisados

> [...] prescrevem o dever do servidor de guardar sigilo sobre o assunto da repartição. Entretanto, nenhum deles informa o que é o assunto da repartição, nem se esse deve ser guardado perante o cidadão, perante outros órgãos ou outros poderes. A prescrição é simples e direta: o servidor deve guardar sigilo (ARTICLE 19, 2011, p. 32).

A pesquisa menciona ainda que,

> [...] se somarmos os dispositivos de deveres e proibições, temos que das vinte e sete leis que regem a atuação dos servidores federais e estaduais, vinte e três delas preveem que entre os deveres do servidor está o de guardar o sigilo da repartição ou a vedação a revelar segredo de que tem ciência em função do cargo. Apesar da instituição dos deveres e das proibições em estatuto, em nenhum local da referida legislação se dispõe sobre o que é o sigilo da repartição, ou informação sigilosa, ou que informação é a que se obtêm em função do cargo (ARTICLE 19, 2011, p. 34).

---

[6] Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

[7] Lei n. 8.112/1990. Art. 116. São deveres do servidor: [...]; VIII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;

[8] Lei n. 8.112/1990. Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos: [...]; IX – revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.

Um processo de gestão da informação implica muitas situações, não somente a mudança de cultura informacional, mas também permeia a responsabilidade dos servidores públicos em face das demandas. Esse servidor terá de compreender a importância da transparência para a sociedade, que é a verdadeira “proprietária” das informações públicas. As instituições são as guardiãs e gestoras dos bens públicos e esses servidores devem conhecer e divulgar a lei e seus mecanismos de acesso. Esse acesso deve ser promovido de forma passiva e ativa, ou seja, as instituições, além de responder às solicitações informacionais, devem se antecipar, por meio de recursos tecnológicos, às perguntas mais prováveis da sociedade.

Aqui surge mais um impacto sobre os servidores públicos de forma bastante considerável: o uso das TIC. Elas podem ser verdadeiras aliadas para propiciar o acesso às informações públicas tratadas e organizadas, considerando um número cada vez mais potencialmente crescente de usuários de informações públicas em meios eletrônicos. Observa-se que a capacitação desse servidor público deve andar paralela à aplicação das TIC nas instituições públicas e, consequentemente, moldar uma nova cultura informacional.

A gestão da informação, conceituada como aplicação de princípios administrativos à aquisição, organização, controle, disseminação e uso da informação para a operacionalização efetiva de organizações de todos os tipos (WILSON, 2002), ou como “o gerenciamento de todo o ambiente informacional de uma organização” (DAVENPORT, 1994, p. 84), esclarece o quanto é necessária a revisão dos processos de trabalho nas instituições públicas, garantindo melhor acompanhamento das demandas do cidadão diante de suas necessidades informacionais.

Em busca de uma melhor compreensão, observa-se que, para o processo de gestão da informação pública, se faz necessária a percepção do fluxo informacional institucional embasado no ciclo da gestão da informação, que poderá agregar valor às informações ofertadas pelos órgãos públicos. Trata-se de uma mudança institucional que deve ser realizada por etapas, uma transição comportamental com sensibilização dos recursos humanos, observando a introdução do conceito de transparência nos órgãos públicos para que os servidores se adaptem à nova cultura informacional, compreendendo que as informações que ele produz no seu dia a dia são de acesso

público da sociedade. Em razão desse pensamento, cabe esclarecer que transparência é

> [...] um território para o qual confluem práticas informacionais da sociedade civil e do Estado. Território “relacional”, por sua vez, construído e demarcado por essas mesmas práticas de gestão e uso social da informação governamental. Território que, por mecanismos diversos, favorece a interação informacional (como prática socialmente emancipatória/transformadora) de duas instâncias: a dos diversos agentes do aparelho de Estado e aquela do cidadão-incluído. Ampliam-se assim, por princípio, as possibilidades de controle democrático da sociedade política pela sociedade civil (JARDIM, 1999, p. 73).

Não se trata somente de atendimento às demandas informacionais ao cidadão, não é apenas divulgar informações pura e simplesmente, mas sim a prática da responsabilidade ativa do poder público junto à sociedade. Esta aplicação propõe o “rompimento com velhas práticas que resultam em um modo de agir pautado na crença de que é propriedade do Estado toda e qualquer informação por ele produzida” (ROCHA, 2012, p. 91). O mesmo autor complementa que

> [...] o dever de transparência relaciona-se, portanto, a ideia de accountability, palavra de origem inglesa e sem tradução para o português, mas comumente associada à obrigação dos governantes de prestar contas de suas ações e de por elas se responsabilizarem, perante a sociedade (ROCHA, 2012, p. 91).

Poderá também orientar a aplicação da gestão da informação no contexto digital na perspectiva da melhor prática de implementação da LAI, considerando a divulgação por meio da transparência ativa, sendo capaz de contribuir para sua efetividade no processo de democratização da informação pública, ademais como ferramenta de *accountability*. Entende-se que realizando o estudo também com um olhar voltado para as questões de natureza denominada “social”, a pesquisa também poderá apresentar alguns resultados das ações de transparência e democracia na esfera municipal diante das políticas públicas sociais, congregando com o exercício da cidadania por intermédio do controle social.

1.3 Objetivo

Esta pesquisa se propôs a alcançar os objetivos descritos a seguir.

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o processo da gestão da informação pública na perspectiva do servidor, com vistas à aplicação da LAI no que se refere à transparência ativa nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

1.3.2 Objetivos Específicos

a) mapear o perfil do servidor público que trabalha na gestão das informações públicas nos municípios da RMBH;

b) levantar a estrutura da informação pública referente à transparência ativa nos municípios da RMBH;

c) identificar o fluxo de informação nos municípios da RMBH.

1.3.3 Estrutura da dissertação

Este trabalho possui uma divisão de conteúdos em capítulos, nos quais são apresentados conteúdos que se pretendem necessários para a compreensão da pesquisa, sua ordem prática, sua aplicação e análise do objeto de estudo, conforme descrito:

Seção 1 – Introdução: contextualiza a pesquisa no cenário a que se propõe realizar, com destaque para motivação, objetivos da pesquisa e qual é a questão central a que se pretende responder.

Seção 2 – Referencial teórico: discorre teoricamente sobre as temáticas relativas à pesquisa, visando compreender a LAI no contexto nacional e internacional, a Gestão da Informação e informação pública, e o servidor público e sua relação no processo de transparência ativa, além de fazer correlações entre as temáticas. Mesmo sabendo que o tema central é muito recente, são apresentadas discussões de pesquisadores e autores que visam ampliar e agregar contribuições.

Seção 3 – Metodologia: descreverá o modus operandi da pesquisa. Convencionará os fundamentos teórico-metodológicos que fundamentarão o desenvolvimento do trabalho, descrevendo o percurso adotado para aplicar os questionários aos

servidores públicos contextualizados na prática da transparência ativa conforme legisla a LAI, problematizando também o perfil do servidor que trabalha na gestão dessa informação. O estudo foi realizado com servidores públicos que trabalham diretamente com informações dos Portais da Transparência dos municípios com mais de 10 mil habitantes[9] (recorte) que compõem a RMBH.

Seção 4 – Apresentação, análise e discussão dos dados: consoante a que se propõe este estudo, o capítulo permitirá conhecer as respostas dos servidores respondentes, analisar estas respostas de forma agregada e, por conseguinte, discutir os dados no contexto da transparência ativa.

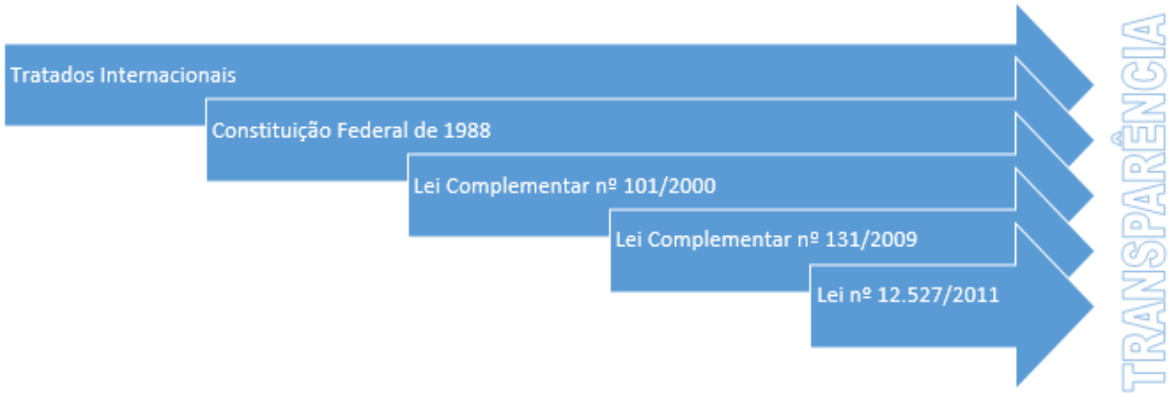
Seção 5 – Considerações finais: o capítulo esclarece todas as análises do Capítulo 4, em consonância com os objetivos a que se propôs o estudo.

[9] § 1º do art. 8º da LAI.

2 INFORMAÇÃO PÚBLICA

Para subsidiar a presente pesquisa, entendeu-se como necessário resgatar o histórico do acesso à informação pública no âmbito internacional, bem como os impactos da evolução e implementação no cenário nacional. Compreende-se sua base partindo dos tratados internacionais no Brasil, desde a Constituição Federal de 1988, passando pelas Leis Complementares n. 101/2000 e n. 131/2009 até a promulgação da lei n. 12.527/2011. Tal embasamento decorre de estruturas legais, conforme Figura 4, que podem oferecer à sociedade uma prática irrefutável de controle social, transparência e democracia.

Figura 4 – Estruturas legais basilares para transparência no Brasil



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

2.1 Origem do acesso à informação pública no Brasil: lei de responsabilidade fiscal

No Brasil as três esferas de governo (União, e Municípios) e os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) seguem regras que limitam claramente a administração das finanças públicas. Este ato é regido pela Lei n. 101/2000, que define condutas para transparência e equilíbrio econômico, estruturando um desenvolvimento sustentável da economia brasileira e, caso não seja seguido, pode gerar penalidades por má gestão fiscal. Foi um dos primeiros avanços na direção do controle das ações dos governantes em relação aos gastos dos recursos da sociedade (BRASIL, 2013). Esta dimensão é caracterizada pelo papel do Estado como interventor da economia em uma dimensão política que aborda tanto os fenômenos históricos quanto os sociais, convergindo com as demandas da sociedade por uma

política de proteção social que consolide processos políticos democráticos diante de uma crise fiscal iminente[10] (RIBEIRO, 2003). A autora esclarece ainda que, historicamente,

> O Estado é pressionado a assumir o papel de promotor da equidade dos direitos e acesso da população. A equidade necessita do fortalecimento institucional do Estado e de repostas eficazes às demandas da população. Para melhor responder às necessidades da população e diante do constrangimento da crise fiscal, foi colocado em pauta o debate sobre a crise do Estado e a reforma administrativa. Esse debate, que também é compreendido como reforma do aparelho do Estado ou ainda como modernização do Estado baseia-se, substancialmente, na superação do modelo burocrático de administração pública e na incorporação das dimensões de governabilidade e de governança (RIBEIRO, 2003, p. 13).

Ribeiro (2003), Resende (2014), Paiva (2014) e Paiva e Arreguy (2015) compartilham da premissa de que a Lei Estadual Complementar (LEC) n. 101 foi o primeiro grande marco para institucionalizar e instituir a transparência fiscal no Brasil, pautado de forma a destacar a ampla divulgação e visibilidade para a população sobre os recursos públicos. Com a promulgação da Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009[11], a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) teve seu texto alterado de forma a preconizar a transparência da gestão fiscal, disponibilizada em tempo real para as três esferas e os três poderes.

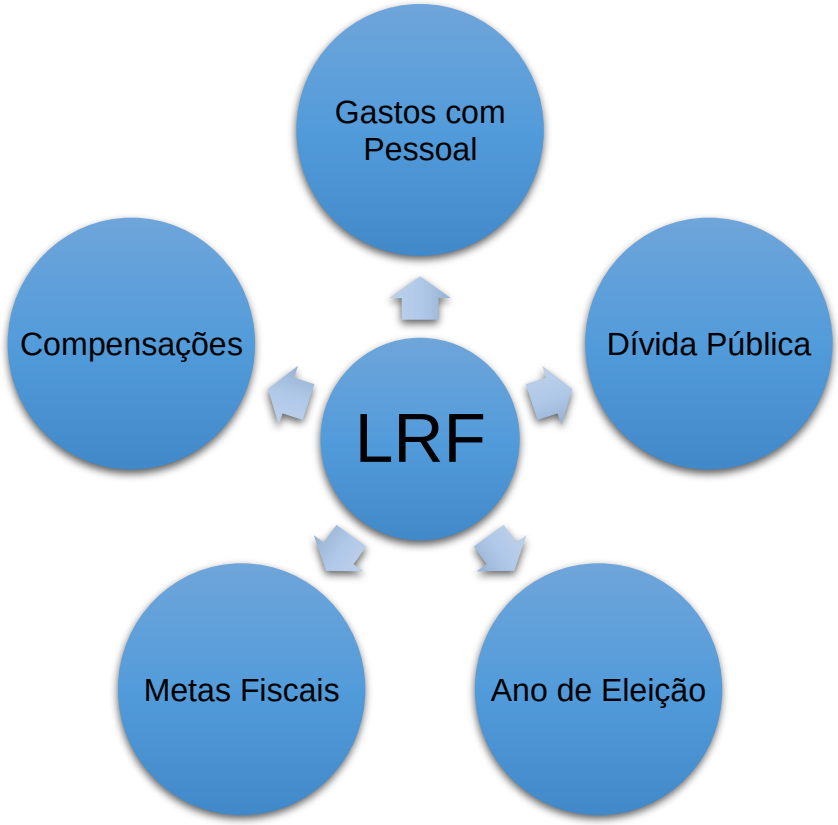
Observa-se então que, anteriormente à LAI, a LRF também era conhecida como lei de transparência, que se configura como uma lei de transparência somente orçamentária. Assim, vale destacar que a prática da transparência ativa não estava fundamentada claramente para ser executada. A LRF dispunha somente da indicação de que as informações fossem disponibilizadas em sítios de internet, sem especificações mínimas para a efetiva publicidade contrariamente ao que preconiza a LAI. Exigiu-se desde então o compromisso dos governantes com orçamento e metas fixando limites para despesas conforme Figura 5.

---

[10] Segundo Ribeiro (2003), após o fim da era do ouro o mundo atravessa uma crise com dimensões econômicas (reestruturação do modelo produtivo e adoção de novas tecnologias), políticas (novas bases de contrato social e intervenção econômica do Estado) e sociais (aumento da população excluída e demandante de políticas de proteção).

[11] Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações por memorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Figura 5 – Controles da Lei de Responsabilidade Fiscal



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A LAI, por sua vez, é uma lei muito mais profusa, por envolver todos os documentos e registros de instituições públicas. A LAI ainda está no fervor de muitas discussões e, na prática, é considerada relativamente nova. Entretanto, como pode-se observar nos próximos tópicos, o contexto nacional embasou-se em uma evolução histórica de âmbito internacional, incluindo ainda a circunscrição também do contexto latino-americano que precedeu a atual LAI em vigor no Brasil.

2.1.1 Contexto internacional: as convenções internacionais

Em 1776 a Suécia desponta no cenário de transparência como o primeiro país a regulamentar o acesso à informação pública, seguida da República de Veneza em 1781 e da França em 1789. A lei de acesso foi implantada na Dinamarca em 1970, Noruega em 1970, Países Baixos em 1978, Austrália em 1982, Canadá em 1982 e na Nova Zelândia em 1982. Com objetivos econômicos a China e o Paquistão decretaram suas leis de acesso à informação, respectivamente, em 2001 e 2004. No contexto das Américas, em 1966 os Estados Unidos criaram o Freedom of Information Act. Na América Latina a pioneira foi a Colômbia em 1888 e a Venezuela é o único país que

não tem uma lei específica (MEDEIROS; MAGALHÃES; PEREIRA, 2014; RAVAZOLO, 2016).

Para grande parte dos países americanos, no entanto, a adoção de leis de acesso coincidiu com o aprofundamento dos processos de redemocratização, após longos e turbulentos anos de ditaduras civis e militares. Nesses países, o direito de acesso apareceu inicialmente como um dos instrumentos imprescindíveis para que a sociedade pudesse saber acerca dos atos perpetrados pelos regimes anteriores, exercendo o que se chama de Direito à Verdade e à Memória (OGU, 2018).

O acesso à informação pública no Brasil teve seu preâmbulo para a consolidação desse dispositivo constitucional, a LAI, após 23 anos em pauta, também a partir de alguns contextos internacionais, com destaque para a consolidação das leis de acesso à informação em países como México (considerado um modelo de excelência – FIGURA 6) e Estados Unidos (considerado um padrão de referência) entre outros 90 países. O Brasil foi o 89º país a adotar a LAI, que é considerada a melhor da América Latina e uma das melhores das Américas.

Figura 6 – Índice global de direito à informação nas Américas



Fonte: OGU (2018, *on-line*).

O reconhecimento desse direito à informação pública pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde a promulgação em 1948 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como da Organização dos Estados Americanos (OEA), impulsiona e orienta a prática ainda não consolidada em outros países. “As discussões sobre o acesso à informação pública também se pautaram pelos compromissos dispostos em diversos tratados e convenções internacionais” (SCOLFORO, 2013, p. 71-72).

Trabalhos publicados por Moura (2014), Resende (2014), Paiva e Arreguy (2015), e Ribeiro (2016), na área de CI sobre a LAI, bem como na área do Direito por Alves

(2012) e Tatemoto (2016), destacam historicamente a fundamentação das leis de acesso à informação em vários países nos artigos das convenções internacionais, tais como:

> **Declaração dos Direitos Humanos** (artigo 19): Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.
> **Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção** (artigos 10 e 13): Cada Estado-parte deverá [...] tomar as medidas necessárias para aumentar a transparência em sua administração [...] procedimentos ou regulamentos que permitam aos membros do público em geral obter [...] informações sobre a organização, funcionamento e processos decisórios de sua administração pública [...].
> **Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão** (item 4): O acesso a informação mantida pelo Estado constitui um direito fundamental de todo indivíduo. Os Estados têm obrigações de garantir o pleno exercício desse direito.
> **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos** (artigo 19): Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza [...] (ESCOLA VIRTUAL CGU, 2011, p. 9).

Bem como na

> **Convenção Interamericana Contra a Corrupção** (artigo III, item 11): [...] os Estados Partes convêm em considerar a aplicabilidade de medidas, em seus próprios sistemas institucionais destinadas a criar, manter e fortalecer: [...] Mecanismos para estimular a participação da sociedade civil e de organizações não-governamentais nos esforços para prevenir a corrupção (BRASIL, 2002, p. 1).

2.1.2 Contexto latino americano: a Rede de Transparência e Acesso a Informação

A Rede de Transparência e Acesso à Informação (RTA) é composta por instituições públicas responsáveis pela supervisão em transparência e direito de acesso à informação pública na América Latina. O Brasil é representado pela Controladoria Geral da União (CGU). Criada em abril de 2011, a RTA é gerida por um Conselho Diretivo, subdividido entre Presidência e Secretaria Executiva, perfazendo um total de 19 membros em 12 países, incluindo órgãos internacionais. O trabalho da Rede é focado em cinco áreas temáticas: Arquivos, Jurisprudência, Indicadores, Capacitação e Difusão e Governo Aberto (RED DE TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN, 2017). “A RTA conduz projetos quem buscam a cooperação entre os organismos a partir do intercâmbio de conhecimento e práticas sobre transparência” (RAVAZOLO, 2016, p. 32).

As reuniões da Rede proporcionam um intercâmbio entre instituições públicas que a compõem. Na reunião realizada em 2017, 16 países ibero-americanos realizaram um

> [...] fórum para o diálogo sobre temas que incluía, entre outros: a importância do direito de acesso à informação em caso de violações graves dos direitos humanos, os limites e o equilíbrio entre o direito de acesso à informação e protecção dos dados pessoais, o risco de não limitadas exceções legais como um obstáculo ao pleno exercício do direito de acesso à informação, jurisprudência comparada na região, o direito de acesso à informação como uma ferramenta para o exercício de outros direitos, bem como novos desafios em matéria de transparência e direito de acesso à informação a nível internacional (SUSTENTIA, 2017, *on-line*).

Na última reunião realizada em janeiro de 2018, em Washington, a rede recomendou, na revisão da lei, o modelo criado pela OEA, conforme a Figura 7. Discutiram-se possíveis melhorias e agendou-se a apresentação do projeto de lei revisado para a reunião marcada para o início do segundo semestre do corrente ano no Brasil (OGU, 2018).

Figura 7 – Lei de acesso *versus* lei modelo nas Américas



Fonte: OGU (2018, *on-line*).

Cabe elucidar que a RTA é composta por diversas instituições e países tal como se apresenta, a seguir:

a) Membros Plenos:
- Ministério da Justiça e Transparência Institucional, Bolívia;
- Controladoria Geral da União, Brasil;
- Conselho para a Transparência, Chile;
- Defensoria do Povo, Equador;
- Instituto Nacional de Acesso à Informação e Proteção de Dados, México;
- Defensoria do Povo, Peru;
- Unidade de Acesso a Informação Pública, Uruguai;
- Instituto Procurador de Direitos Humanos, Guatemala;
- Instituto de Acesso à Informação Pública, Honduras;
- Instituto de Acesso à Informação Pública, El Salvador;

- Ministério da Justiça, Paraguai;
- Conselho de Transparência e Bom Governo, Espanha;
- Vice Ministério de Assuntos Políticos e Cidadãos do Ministério da Presidência, Costa Rica;
- Autoridade Nacional de Transparência e Acesso à Informação (ANTAI), Panamá;
- Direção Geral de Ética e Integridade Governamental, República Dominicana;
- Secretaria de Assuntos Políticos do Ministério do Interior, Governo da Nação da Argentina;

b) Membros Associados:

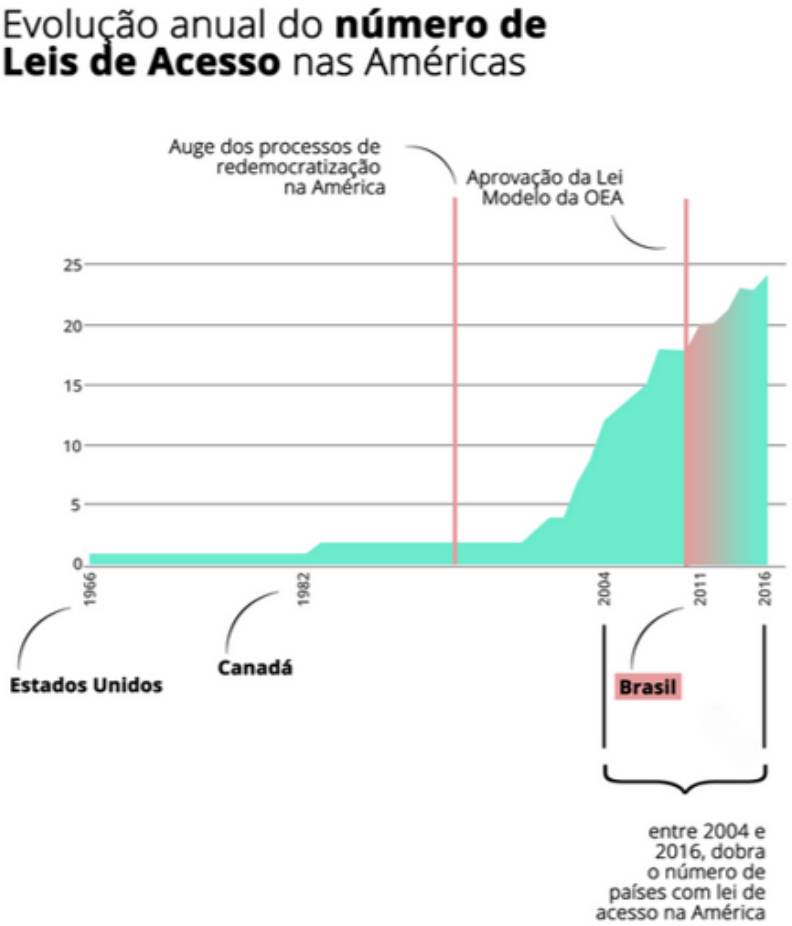
- Governo da Cidade Autônoma de Buenos Aires, representado pela Subsecretaria de Assuntos Públicos, Argentina;
- Direção Provincial de Anticorrupção e Transparência do Setor Público do Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Província de Santa Fe, Argentina;
- Subsecretaria de Transparência e Anticorrupção, El Salvador;
- Comissão Presidencial de Transparência e Governo Eletrônico, Guatemala;
- Comissão de Alto Nível de Anticorrupção da Presidência do Conselho de Ministros, Peru;
- Secretaria Nacional Anticorrupção, Paraguai;

c) Membros Aderentes:

- Secretaria de Transparência da República, Colômbia;
- Procuradoria Geral da Nação, Colômbia;
- Programa de Cooperação Regional EUROsociA;
- Organização dos Estados Americanos, OEA;
- Banco Mundial;
- Rede Federal de Transparência e Acesso à Informação Pública, Argentina (RTA, 2017, *on-line*).

Estes membros da Rede buscam, considerando sua missão, visão, valores e objetivos gerais à cooperação e troca de experiência e conhecimento por meio de diálogo, fortalecendo a administração pública em relação ao direito e acesso a informação. Observa-se a evolução das leis de acesso nas Américas, conforme Figura 8. A RTA preconiza que está comprometida com a democracia interna dos países membros, levando-se em consideração os processos políticos e as diversidades de cada pais, promovendo o desenvolvimento de governos abertos e orientação para políticas públicas de transparência.

Figura 8 – Evolução da LAI nas Américas



Fonte: OGU (2018, *on-line*).

Para fomentar as discussões, a rede em questão desenvolveu um modelo de medição internacional de transparência e acesso à informação, com levantamentos tanto quantitativos quanto qualitativos que, segundo seu portal, vêm sendo aprimorados a cada aplicação para que possa apresentar a realidade de cada país analisado compondo conclusões e desafios a serem tratados e discutidos em rede (SUSTENTIA, 2017).

2.1.3 Contexto nacional: do Ministério da Desburocratização às bases legais

Em território brasileiro, há registros de discussões antecedentes à LAI, ainda em período anterior à redemocratização. Assim, em 1967, o cenário político de regime militar no Brasil passava pela reorganização da Administração Federal e a Reforma Administrativa. Período no qual o então presidente Castello Branco editou o Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, que tinha como objetivo principal impulsionar a desburocratização no país (BRASIL, 1967). A lei se sustentava no pensamento

reformador fundado nos princípios de: 1. Planejamento; 2. Coordenação; 3. Delegação de competência; e 4. Controle, com vistas à organização e ao funcionamento do serviço público federal (DIAS, 1969). O autor esclarece que

> [...] a filosofia básica da reforma é desconcentrar a autoridade executiva, através de uma vigorosa política de DESCENTRALIZAÇÃO, capaz de restituir aos órgãos centrais sua função diretora, orientadora e normativa, e transferir aos órgãos locais – que estão em contacto direto com o público e com os problemas – a autoridade necessária à solução de questões da administração ordinária; A adoção de uma política de DESCENTRALIZAÇÃO implica a decisão de correr conscientemente certos riscos, os quais são incomparavelmente menores do que os da centralização; Considera-se indispensável à ação eficiente e coordenada do Govêrno (DIAS, 1969, p. 12).

No ano da reforma Hélio Beltrão assume o Ministério do Planejamento e depois o Ministério Extraordinário da Desburocratização, que tinha como responsabilidade instituir a reforma administrativa e promover a desburocratização na máquina do Estado. O Decreto n. 83.740, de 18 de julho de 1979, instituiu o Programa Nacional de Desburocratização, pelo então Presidente João Figueiredo, com o propósito de promover e simplificar o funcionamento da Administração Pública Federal (APF) (CARDIM, 2017). O autor explana que

> [...] o Programa tinha, entre outros, o objetivo de “reduzir a interferência do Governo na atividade do cidadão e do empresário e abreviar a solução dos casos em que essa interferência é necessária, mediante a descentralização das decisões, a simplificação do trabalho administrativo e a eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco [...], substituir, sempre que praticável, o controle prévio pelo eficiente acompanhamento da execução e pelo reforço da fiscalização dirigida, para a identificação e correção dos eventuais desvios, fraudes e abusos” e “fortalecer o sistema de livre empresa, favorecendo a empresa pequena e média, que constituem a matriz do sistema, e consolidando a grande empresa privada nacional, para que ela se capacite, quando for o caso, a receber encargos e atribuições que se encontram hoje sob a responsabilidade de empresas do Estado (CARDIM, 2017, *on-line*).

O mesmo autor pontua que este decreto permitiu à esfera federal (direta e indireta) abolir a apresentação de determinados atestados, como os na modalidade de atestado de vida, bons antecedentes, reconhecimento de firma em cartórios, entre outros, criando os Juizados de Pequenas Causas (CARDIM, 2017).

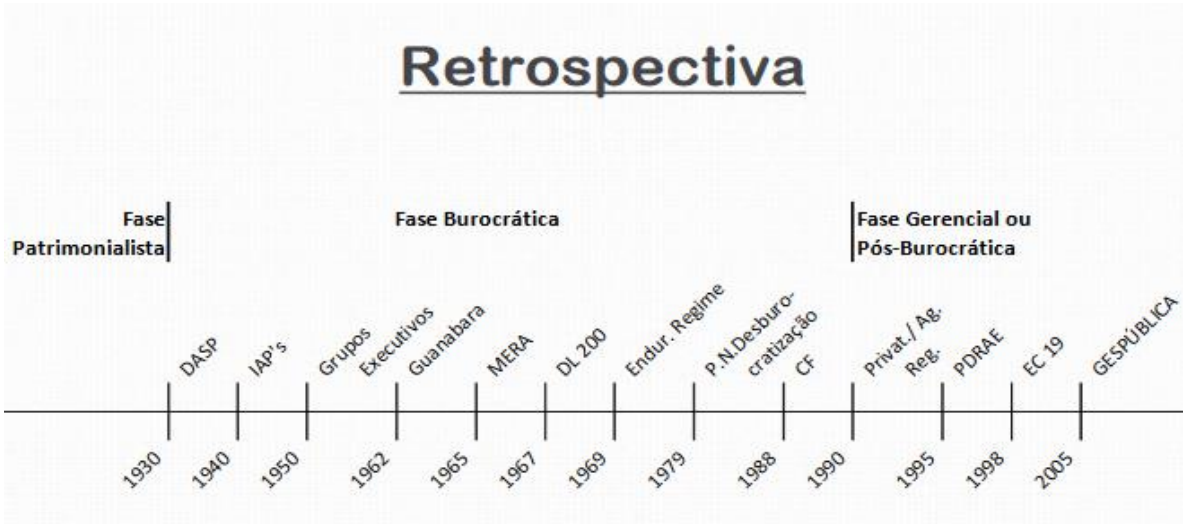
No governo do presidente Fernando Collor de Melo, em 1990, tem início a desestatização de empresas e a privatização de serviços públicos. Essas ações são continuadas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que englobava dimensões institucional-legal, cultural, gerencial e de recursos humanos, com vistas a reduzir os

obstáculos que podiam aumentar a eficiência e combater o patrimonialismo, entre outras ações com dimensão institucional. Coimbra e Xavier (2017) explanam um resumo dos decretos dos presidentes desde 1979 em busca da desburocratização:

a) Michel Temer – decreto n. 9.094 de 17 de julho de 2017 (em vigência);
b) Dilma Rousseff – decreto n. 8.414 de 26 de fevereiro de 2015 (em vigência);
c) Luiz Inácio Lula da Silva – decreto n. 5.378, de 23 de fevereiro de 2005 (já revogado);
d) Fernando Henrique Cardoso – decreto n. 3.335, de 11 de janeiro de 2000 (já revogado);
e) Fernando Collor – decreto n. 99.179, de 15 de março de 1990 (já revogado);
f) José Sarney – decreto n. 92.486, de 21 de março de 1986 (em vigência);
g) João Figueiredo – decreto n. 83.740, de 18 de julho de 1979 (já revogado).

Posteriormente, já em 2005, o presidente Lula instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA)[12] (FIGURA 9), e o Comitê Gestor do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização por meio do Decreto n. 5.378, de 23 de fevereiro de 2005 (CARDIM, 2017).

Figura 9 – Retrospectiva das fases da gestão pública



Fonte: Mariano (2011, *on-line*).

Já em 2017, o presidente Michel Temer editou o Decreto n. 9.094, de 17 de julho, simplificando o atendimento realizado pelos serviços públicos federais restaurando a

[12] Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/assunto/gesp%C3%BAblica>.

expedição de atestados e documentos, porém de forma sistêmica e utilizando-se de recursos tecnológicos, visando simplificar o atendimento ao cidadão e favorecer o compartilhamento das informações (CARDIM, 2017).

Cabe ressaltar que esse último decreto determina que o cidadão solicite mudança que possa qualificar e facilitar o acesso à execução dos serviços por meio do Sistema de Ouvidorias do poder Executivo Federal (e-Ouv), restabelecendo uma comunicação dialógica entre poder público e sociedade. Como avanço dessas implementações foi sancionada a Lei n. 13.460, de 27 de junho de 2017, que, redigida com a contribuição da CGU, dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos. A lei estabelece mecanismos antes inimagináveis partindo da premissa do cidadão protagonista, desburocratizando a relação com os cidadãos e proporcionando a eficiência do Estado (CGU, 2017). A lei

> [...] regulamenta o §3º do artigo 37 da Constituição Federal, e prevê entre os direitos básicos dos usuários: igualdade no tratamento, vedado qualquer tipo de discriminação; atendimento por ordem de chegada, ressalvados casos de urgência e prioridades asseguradas por lei; além da aplicação de soluções tecnológicas para simplificar os processos e procedimentos (CGU, 2017, *on-line*).

Observando o contexto nacional destacam-se a expansão da democracia após o período ditatorial e a demanda da sociedade pela transparência no poder público (BOTTREL; MALIN, 2016).

No Brasil, com o fim da ditadura e a redemocratização do Estado, mais especificamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, verifica-se que no Capítulo I da Constituição o artigo 5º prevê os direitos individuais e coletivos (BRASIL, 1988, *on-line*):

> Art. 5º [...]
> XIV – é assegurado a todos o acesso a informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional;
> [...]
> XXXIII – todos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou do interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressaltadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

No artigo 216, ainda na Constituição, é prevista a responsabilidade sobre a gestão dos documentos públicos (BRASIL, 1988, *on-line*):

> Art. 216 [...]

> § 2º - Cabem a administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

Sabe-se que a partir da Constituição de 1988 entraram em vigor novas leis, prevendo a disponibilização e divulgação de informações e dados orçamentários, financeiros e administrativos, a saber:

a) Em 1997, Lei n. 9.507 – Lei do Habeas Data[13].
b) Em 1991 Lei n. 8.159 – Lei de Arquivos[14].
c) Em 1999 Lei n. 9.784 – Lei do Processo Administrativo[15].
d) Em 2000, Lei Complementar n. 101 – Conhecida como Lei de Transparência[16].
e) Em 2009, Lei Complementar n. 131 – Lei de Responsabilidade Fiscal[17].

Em novembro de 2011, foi sancionada a Lei n. 12.527, também conhecida como Lei de Acesso à Informação, considerada um marco regulatório no Brasil, que passou a vigorar em 16 de maio de 2012, após publicação do Decreto n. 7.724/2012. O processo legislativo berço da lei foi o Projeto de Lei 219/2003, do deputado Reginaldo Lopes, que apresentou a ementa como regulamentação do inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, que dispõe sobre a prestação de informações públicas pelo princípio da publicidade (BRASIL, 2003). Observam-se mais pormenores da legislação a respeito do acesso à informação pública na linha do tempo da Figura 10 a seguir.

---

[13] BRASIL. Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 1997. Seção 1, p. 26025. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9507.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

[14] BRASIL. Lei nº 8.159, de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 1991. Seção 1, p. 455. Retificado em 28 jan. 1991. Seção 1, p. 1921. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

[15] BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1 fev. 1999. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

[16] BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de maio de 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

[17] BRASIL. Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

Figura 10 – Linha do tempo da transparência



Fonte: Ribeiro (2016, p. 73).

Cabe esclarecer que mesmo disposto na Constituição Federal o Direito à Informação, a Lei de Acesso no Brasil também é reflexo de uma condenação ao país pela da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligada à OEA. Também conhecido como caso da Guerrilha do Araguaia[18], refere-se ao Caso Gomes Lund e outros versus República Federativa do Brasil, em que houve condenação por violação do direito à liberdade de pensamento e de expressão reconhecido na Convenção Americana sobre Direitos Humanos. A condenação ocorreu também por desnaturação do direito a buscar e a receber informação, do mesmo modo o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido (OGU, 2018; TATEMOTO, 2016).

O cenário traçado entre o direito à informação disponível e o direito à verdade e à memória contribuiu para o processo de implantação da cultura do acesso e

[18] Em 26 de março de 2009, em conformidade com o disposto nos artigos 51 e 61 da Convenção Americana, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante "Comissão Interamericana" ou "Comissão") submeteu à Corte uma demanda contra a República Federativa do Brasil (doravante "o Estado", "Brasil" ou "a União"), que se originou na petição apresentada, em 07 de agosto de 1995, pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e pela Human Rights Watch/Americas , em nome de pessoas desaparecidas no contexto da Guerrilha do Araguaia (doravante também denominada "Guerrilha") e seus familiares. (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2010).

colaboração à transparência institucionalizada no Brasil. Observa-se que a CGU compreende que cada país deve ser regido por sua lei específica para acesso às informações públicas. Desta forma, cabe enfatizar que

> [...] informação pública é um bem público, tangível ou intangível, com forma de expressão gráfica, que consiste num patrimônio cultural de uso comum da sociedade e de propriedade das entidades/instituições públicas da administração centralizada, das autarquias e das fundações públicas. A informação pública pode ser produzida pela administração pública ou, simplesmente, estar em poder dela, sem o status de sigilo para que esteja disponível ao interesse público/coletivo da sociedade. Quando acessível à sociedade, a informação pública tem o poder de afetar elementos do ambiente, reconfigurando a estrutura social (BATISTA, 2010, p. 40).

Considera-se que recorrer a uma norma interna é mais prático legalmente que a uma convenção internacional, assim como é melhor para o estabelecimento dos procedimentos técnicos, já que os tratados internacionais são normas de princípios gerais. De qualquer forma, a CGU (2013, p.13-14) instituiu os seguintes princípios para a LAI:

a) Princípio da publicidade máxima;
b) Princípio da transparência ativa e da obrigação de publicar;
c) Princípio da abertura de dados;
d) Princípio da promoção de um governo aberto;
e) Princípio da criação de procedimentos que facilitem o acesso.

A LAI outorga à sociedade solicitar informações sem justificar os motivos do requerimento. A lei insere o cidadão brasileiro em um contexto de transparência e controle social pouco visto nos países em desenvolvimento, bem como permite ao cidadão ter acesso à informação pública para usá-la em favor de seus interesses e da sociedade (MOURÃO, 2012). Em consonância com Angélico (2012, p. 17),

> [...] ainda no que diz respeito ao engajamento mais ampliado da sociedade em relação às informações públicas, há que se investigar o papel de “intermediários” – setores da sociedade civil que poderiam “traduzir” as informações detidas ou produzidas pelo Estado.

Essa participação da sociedade poderá se dar por meio da adoção de medidas de gestão da informação e conteúdos públicos, com base nos princípios nacionais e internacionais.

2.2 Informação pública e gestão da informação: teorias e correlações

O Século XXI é marcado pelo processo contínuo e ininterrupto do excesso de dados e informações. E a diversidade de canais que possibilita o acesso e compartilhamento desses recursos demanda a premente necessidade de gerenciamento, ou gestão, dos fluxos de dados e informações de forma eficaz e progressiva, visto que a tendência da produção e compartilhamento de informação é cada vez mais crescente e irrevogável. Estabelecer a prática da democracia por meio do controle social sugere o acesso à informação pública nas suas formas ativas e passivas, estabelecendo um canal de transparência pública.

Dessa maneira, entender o papel da esfera pública e, mais especificamente, o poder público municipal como instituição produtora de informação pública e o impacto na sociedade contemporânea, requer a compreensão acerca dos conceitos de informação e sua gestão à luz de estudos empíricos da CI.

Nesse contexto, a informação é definida “como ações de informação, que remetem seus atores aos contextos onde estas ocorrem” (GONZALES DE GOMÉZ, 2002, p. 61). Para essa autora, a informação entendida como ação manifesta-se pelas modalidades de mediação, formação e relacional.

No tocante à informação em seu sentido etimológico, informare, trata-se de um processo de atribuição de sentido por intermédio da ação de recepção/seleção de informações recebidas (ARAÚJO, 2003). Esse processo se dá pelas ações de codificação, emissão e decodificação/uso da informação.

A informação também é vista como um conhecimento inscrito sob a forma escrita oral ou individual, um elemento de sentido que propõe o fenômeno da não fronteira para deter informação e conduz ao aparecimento de fluxos de informação muito elevados, que permitem conhecer o interesse pelo “conhecimento conforme a demanda, sua prática e o monitoramento de informações” (LE COADIC, 1996, p. 9). Nessa perspectiva,

> [...] entende-se que a compreensão e o estudo dos fluxos de informações como processos que agregam valor à informação podem ser explorados para a promoção da governança do setor público. Um dos exemplos de clareza no tratamento de processos informacionais pode ser visto na página do Governo do Canadá, que apresenta, no seu Portal para a Gestão da Informação, um

> modelo de maturidade[19] de gestão em cinco níveis, sendo que os quatro primeiros estão relacionados às condições dos processos e práticas de gestão da informação (MIRANDA, 2010, p. 97).

A nova dinâmica de produção de informação e os novos cenários informacionais reconfiguram métodos e conceitos de gestão (JARDIM, 2009). Sabe-se do poder transformador da informação, e que ela deve ser gerenciada de forma a facilitar ao ser humano sua transformação em conhecimento e, consequentemente, em ação na sociedade. Para isso, entende-se que devem ser desenvolvidas as competências da gestão da informação nos órgãos públicos.

Paul Otlet, em seu livro Traité de documentation, publicado em 1934, estabelece desde então o marco da origem da gestão da informação. Em 1945 Vanevar Bush e Frederick Hayek também publicaram trabalhos importantes despontando na vanguarda da gestão da informação. O termo gestão da informação integra redes de comunicação estabelecidos entre os mais diversos dispositivos tecnológicos, evidenciando a necessidade de esforços de gerenciamento informacional em diversos contextos, sobretudo nas instituições públicas (BARBOSA, 2008). O mesmo autor acrescenta que a gestão da informação

> [...] tem sua origem na documentação, é uma disciplina mais consolidada do que a gestão do conhecimento, a qual começou a despertar o interesse da comunidade acadêmica e gerencial a partir do final da década de 1980 (BARBOSA, 2008. p. 9).

As gerências de recursos informacionais (GRI), muito aplicada às instituições tanto públicas quanto privadas na atualidade, tem sua origem nos trabalhos de Otlet. O conceito de GRI, “originalmente sugerido por Robert S. Taylor na década de 1960, ganhou notoriedade com a implantação do Paperwork Reduction Act, do Governo Americano, em 1980” (BARBOSA, 2008, p. 7). Em consonância com o autor, a relação entre o processo de comunicação e a evolução das instituições centrado no documento clarifica o interesse por esse fenômeno informação do ponto de vista gerencial (BARBOSA, 2008).

---

[19] O modelo de maturidade de gestão da informação permite avaliar as práticas utilizadas pelas organizações nessa área, indicando o nível de maturidade mediante a comparação com padrões utilizados no mercado e, consequentemente, possibilitando o desenvolvimento de melhorias. Para mais informações do modelo de maturidade de gestão da informação do Governo do Canadá, ver http://www.informationmanagement.gc.ca/ (MIRANDA, 2010, p. 110).

A gestão da informação envolve “o planejamento, instrumentalização, atribuição de recursos e competências, acompanhamento e avaliação das ações de informação e seus desdobramentos em sistemas, serviços e produtos” (GONZALES DE GOMÉZ, 1999, p. 69). Em concordância com a autora, Machiori (2002) entende que a gestão da informação é um conjunto de processos que arrolam atividades de planejamento, organização, direção, distribuição e controle de recursos de qualquer natureza, com vistas a racionalizar e a efetivar determinado sistema, produto ou serviço.

Em conformidade com Davenport (1997), a gestão da informação pode ser entendida como um conjunto de atividades estruturadas refletindo a captura, a distribuição e o uso da informação e do conhecimento de uma instituição. A massa informacional produzida nas instituições públicas sinaliza um patrimônio social que demanda essa prática de estruturação. Nessa mesma direção,

> [...] fazer gestão da informação significa dirigir e dar suporte efetivo e eficiente ao ciclo informacional de uma organização, desde o planejamento e desenvolvimento de sistemas para receber as informações à sua distribuição e uso, bem como sua preservação e segurança. A informação é um recurso estratégico que deve estar alinhado aos requisitos legais e políticos do negócio e, como qualquer recurso, deve ter sua produção e uso gerenciados adequadamente (MIRANDA, 2010, p. 99).

Mediante a implementação de instrumentos de gestão da informação, a informação pública torna-se acessível à sociedade, reforçando o pressuposto de visibilidade social do Estado moderno (JARDIM, 2008). Segundo o mesmo autor,

> [...] a gestão da informação configura-se como um conjunto de práticas caracterizadas pela racionalidade formal e o projeto histórico do Estado contemporâneo. No Brasil e demais países da América Latina, a opacidade informacional do Estado expressa uma situação em que este não dispõe de mecanismos de controle sobre seus estoques informacionais. Por outro lado e, em consequência, a sociedade não controla o Estado. O tema requer a construção de referenciais analíticos, além do confronto das diversas experiências históricas envolvendo as relações entre gestão da informação e a transparência administrativa (JARDIM, 2008, p. 83).

Ressalta-se ainda que a gestão da informação em instituições públicas deve embasar-se conforme

> [...] a visão de futuro; a missão; e os objetivos institucionais; expressos por leis e regulamentos ao qual a instituição deve obedecer. Prover informação de qualidade deve resultar em serviços que: atendam as necessidades dos cidadãos; conquistem a confiança pública e a credibilidade; aumentem a produtividade e reduzam os custos da administração pública (MIRANDA; STREIT, 2007, p. 6).

2.2.1 Informação e desinformação no contexto social

Os estudos sobre informação e sua informatividade são abarcados por inúmeros conceitos que estabelecem o acesso à informação como coisa factível e óbvia. Parte-se do pressuposto de que, de posse de informação, a sociedade encontra-se informada. Em muitos outros estudos observam-se análises sobre qualidade da informação, recuperação e suas correlações, como precisão e revocação. Considerando ainda o ambiente digital, a informação tem diversas conotações que permeiam os conceitos já estudados, todavia estabelece novas perspectivas em relação ao exposto, por exemplo, na internet. No contexto das informações públicas informar está diretamente relacionado aos conceitos de transparência, mas faz-se necessário compreender o quanto de desinformação pode estar ocorrendo.

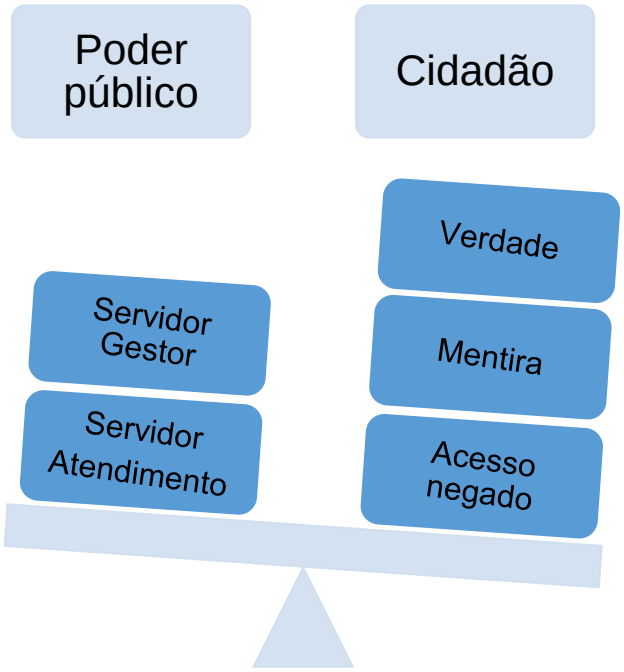
Considerando o histórico do aparato informacional institucionalizado nas nações em que as disputas de poder, as famigeradas guerras, tinham como pano de fundo a informação, a desinformação é um fenômeno não observado, porém explícito principalmente nas redes digitais, a julgar pela explosão da internet após a Segunda Guerra Mundial. No que concerne à sociedade da informação, Brito e Pinheiro (2015, p. 54) esclarecem que

> No tocante ao campo da CI, com o aparecimento do conceito de Sociedade da Informação, muito tem sido pesquisado sobre a qualidade da informação e o atendimento das necessidades informacionais. Temas como revocação e precisão são correntes nas pautas de estudos nacionais sobre as necessidades informacionais dos usuários. Todavia, percebem-se poucos estudos sobre a temática desinformação, em um contexto em que os sistemas de informação passaram a ser abertos, e amplamente disponíveis como é o caso da Internet.

O autor explica que a facilidade de acesso à informação anunciada nos moldes da navegação na internet desqualifica a intermediação de um profissional e o internauta tem ilusão de acesso as suas necessidades informacionais.

A desinformação alia-se ao “emprego da verdade, mentira e negação e acesso” (BRITO; PINHEIRO, 2015, p. 54). Se analisada sob o aspecto funcional nas instituições públicas, pode ser orquestrada sob diversas frentes desde os níveis hierárquicos mais altos, no que tange à tomada de decisão, até os níveis inferiores, como os servidores da ponta, ou seja, os que de fato fazem os atendimentos às demandas dos cidadãos, conforme elucidado na Figura 11.

Figura 11 – A desinformação funcional



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Brito e Pinheiro (2015) exemplificam de forma muito clara e objetiva as implicações da desinformação no processo decisório e seus meios:

> [...] a desinformação é inicialmente fornecida por diversos canais privilegiados. Já outros tantos canais não tão vantajosos, uma vez que possam permitir o acesso à verdade são obliterados, suprimindo os dados relevantes que poderiam ter aparecido. Tratando-se de um adversário relevante é presumível que possa ter acesso a imagens de satélites, espiões próximos ao local, ou contato com fornecedores internacionais de equipamentos para esse tipo de indústria (BRITO; PINHEIRO, 2015, p. 52).

No contexto das instituições públicas, as tratativas adequadas às informações públicas remontam à prática da transparência nos seus aspectos tanto ativos quanto passivos. Em se tratando deste trabalho, se atêm ao aspecto ativo, em que o informar e o desinformar estão em linhas tênues, uma vez que o acesso à informação em portais de transparência dos municípios se realiza de forma direta entre cidadão e página web, sem o intermediador – o profissional da informação. Assim,

> [...] desinformar seria em consequência (através da manipulação de informações de forma voluntária, inequívoca e intencional), o resultado desejado de um processo que emprega truques específicos sejam semânticos, técnicos, psicológicos; para enganar, desinformar, influir, persuadir ou controlar um objeto, geralmente com o fim de obter benefícios próprios ou para outros (RODRÍGUEZ, 2011, p. 4).

Desinformar não se trata de um ato involuntário, nem de um conceito recente. Assim,

> [...] é importante, então, abordar o conceito de desinformação como aquela que abrange não só os atos volitivos e inequívocos da manipulação da mídia e omissão intencional, mas a própria escotomização receptiva, já que estará tão desinformado aquele que receba um conjunto de mensagens alteradas em sua própria natureza, tal como aqueles que pelo próprio efeito da supersaturação de mensagens no ecossistema comunicativo não estão informados ou estão pouco informados (RODRÍGUEZ, 2011, p. 53).

Desse modo, para o propósito do presente estudo toma-se a definição de desinformação como ação intencional de desinformar alguém com vistas a compreender a prática no contexto institucional público.

2.2.2 Informação Pública como fomento à cidadania

Entende-se que o exercício da cidadania no Brasil e no mundo está cada vez mais intrinsecamente ligado ao acesso e à prática informacional. A sociedade pós-moderna, também conhecida como sociedade da informação, tem passado por evidente evolução no que tange às práticas tecnológicas mais recentes. Em pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, 64,7% de toda população brasileira com mais de 10 anos de idade está *on-line*[20]. São 116 milhões de pessoas conectadas, o que retoma o quanto a sociedade está absorvendo o aparato das TIC no seu cotidiano.

Em 2017 o relatório sobre economia digital divulgado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) classificou o Brasil em quarto lugar no ranking mundial de usuários de internet, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (242 milhões), Índia (333 milhões) e China (705 milhões). Depois do Brasil, aparecem Japão (118 milhões), Rússia (104 milhões), Nigéria (87 milhões), Alemanha (72 milhões), México (72 milhões) e Reino Unido (59 milhões) (VALENTE, 2017).

Observando esses números e toda a infinidade informacional disponibilizada não somente nos meios de comunicação de massa, mas também na web e em ambientes digitais, observa-se que

> [...] a informação é um fenômeno social, concebe-se que os processos que a envolvem também requisitam um estatuto que seja permeado por padrões

[20] Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

> éticos, sobretudo quando se discute a democratização e o acesso à informação (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Para Castells (1999) e Jessop (1998), citados por González de Gomez (2002, p. 29),

> [...] As novas tecnologias de comunicação e informação forneceriam os meios para manter ativas as relações entre os agentes e as instituições envolvidos nas novas cadeias decisionais e acionais, com diversas modalidades de complexidade extensão: locais, regionais, transnacionais.

Oliveira (2013) retoma a promulgação da constituição cidadã como um período de ressurgimento de liberdade democrática após o regime militar, destacando o direito de se informar e de ser informado. A informação, segundo Barreto (2002), preconiza o estado de consciência do indivíduo e de seu grupo social, possibilitando ao homem sincronizar sua memória do passado e com as perspectivas de seu futuro. A CI delibera conceitos que repercutem na prática de "descentralização do saber e desterritorialização do conhecimento, a democratização da informação assume, assim, um papel fundamental" (OLIVEIRA, 2013, p. 4).

Valendo-se de que informação também toma corpo nas relações e práticas sociais, sua forma de constituição "como fenômeno ou objeto tem base no entendimento do modo de funcionamento das estruturas e das relações sociais" (MARTELETO, 2002, p.101). Compreende-se que a descentralização, a desterritorialização e a democratização deverão convergir para o compartilhamento e a prática, ou seja, a capacitação desse sujeito usuário dessa informação. No campo da CI existem dois movimentos em torno desse aspecto: o programa sociedade da informação e o movimento de acesso livre à informação. Takahashi (2000) explica que o objetivo do programa sociedade da informação é "integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade" (TAKAHASHI, 2000, p. 10), e o movimento de acesso livre à informação "elucida a necessidade de se dispor de condições materiais efetivas para se ter acesso implicando em aspectos sociais, políticos, econômicos e éticos, etc." (OLIVEIRA, 2013, p. 5).

Aliado a esses programas que buscam fomentar o acesso à informação, o cidadão tem no âmbito público a LAI, que converge com práticas de transparência que facilitam a prática da cidadania. O conceito de cidadania é contemplado até mesmo na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como os conceitos de democracia

e paz. O conceito de cidadania como se compreende hoje é bem diferente do entendimento da Grécia e de Roma da Idade Antiga ou da Europa da Idade Média. CAMARGO (2018, *on-line*) explica que

> O termo cidadania tem origem etimológica no latim civitas, que significa "cidade". Estabelece um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada – um país – e que lhe atribui um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de uma constituição. Ao contrário dos direitos humanos – que tendem à universalidade dos direitos do ser humano na sua dignidade –, a cidadania moderna, embora influenciada por aquelas concepções mais antigas, possui um caráter próprio e possui duas categorias: formal e substantiva.

O autor ainda esclarece que a cidadania formal significa que o cidadão está vinculado ou pertence a um Estado-Nação; no entanto, a cidadania substantiva define-se pelo gozo dos direitos civis, políticos e sociais (CARMARGO, 2018). Adota-se neste trabalho a compreensão de cidadania substantiva em conformidade com a compreensão da permanente construção dos direitos civis quanto à igualdade e às garantias individuais e coletivas. A cidadania deve ser vivenciada no dia a dia do cidadão com vistas à prática da democracia e a uma gestão governamental transparente. Silva, Ottonicar e Yafushi (2017, p. 611) validam que “ser cidadão é ter comprometimento com a comunidade e exercer os direitos e obrigações que regem as pessoas”. O que vem a confirmar a importância de o cidadão “compreender o impacto da vida política no dia a dia e, por isso, está diretamente relacionado com o poder de voto” (SILVA; OTTONICAR; YAFUSHI, 2017, p. 611).

O acesso à informação viabilizado pela LAI é uma iniciativa que pode contribuir para a construção da cidadania e o desenvolvimento da democracia, haja vista que pode tornar os cidadãos mais conscientes e competentes em relação à informação. Considerando que a competência informacional se dá pelo uso da informação contínua durante toda a vida do cidadão, quanto mais desenvolvida em sua capacidade intelectual, melhor serão o acesso, a organização, o tratamento e a análise das informações necessárias para a tomada de decisões (SILVA; OTTONICAR; YAFUSHI, 2017). A cidadania

> [...] qualifica os participantes da vida do Estado, o reconhecimento do indivíduo como pessoa integrada na sociedade estatal (Art. 5º, LXXVII da Constituição Federal), bem como, valida que o uso consciente e de maneira inteligente da informação pública disponível, influencia na participação popular e no processo de democratização da sociedade promovendo o exercício da democracia (SILVA; OTTONICAR; YAFUSHI, 2017).

2.2.3 Controle Social: do e-GOV à governança digital

A sociedade informacional[21], também conhecida como sociedade em rede, vem proporcionando demandas de acordo com as novas questões e direitos antes não observados pela sociedade "pré-tecnológica". Trata-se de novas relações dimensionadas entre o cidadão e entre grupos, organizados ou não (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014). Visto que a participação social e o controle social permitem ao cidadão participar nas políticas públicas atentando para a melhoria nos serviços públicos e a criação de novos serviços, as instituições públicas carecem de práticas de transparência, dando publicidade à aplicação dos recursos públicos, fornecendo informações de forma apropriada para o cidadão fiscalizar as ações do governo (BRASIL, 2016b).

Existem vários instrumentos para fomentar o controle social (QUADRO 1). Segundo Maranhão (2016, p. 71),

> O "controle social" da Administração Pública, isto é, o controle da gestão pública pela sociedade, é visto atualmente nas sociedades ocidentais Como uma ação importante para a consolidação democrática, e deve ser promovida por todos os atores sociais e políticos. Uma vez que os recursos utilizados na gestão pública são providos pela sociedade e o patrimônio público pertence a esta sociedade, o controle popular destes recursos é totalmente legítimo, e deve ser fomentado pelos agentes políticos e praticado pelos cidadãos.

Quadro 1 – Relação de instrumentos para o controle social

INSTRUMENTOS PARA O CONTROLE SOCIAL	
1	Direito ao acesso à informação
2	Direito de participação na Administração Pública
3	Dever de prestar contas
4	Direito ao exame das contas governamentais
5	Direito de denunciar
6	Direito à licitação não sigilosa
7	Direito de acompanhar o desenvolvimento de licitação
8	Direito de requerer os quantitativos e preços unitários
9	Direito de impugnar preço
10	Direito à publicidade de relação de compras
11	Direito à publicidade de edital de licitação
12	Direito de impugnar edital
13	Direito à cópia de processo licitatório e de contrato

[21] Este termo foi inserido por Manuel Castells em seu livro *A Sociedade em Rede* (1999, p. 46).

14	Obrigatoriedade de comunicação da liberação de recursos
15	Direito à cópia de processos
16	Direito a propor ação popular
17	Acesso ao orçamento federal, estadual e municipal
18	Acesso aos montantes de transferências
19	Acesso aos montantes do SUS
20	Acesso a convênios e contratos de repasse
21	Consulta a beneficiários do programa Bolsa Família
22	Consulta à regularidade fiscal
23	Acesso às compras de governo
24	Acesso às contas públicas
25	Consulta de processos contra gestores públicos
26	Acesso a audiências de processos contra gestores públicos
27	Acesso ao cadastro de contas irregulares com débito
28	Orientação para cidadãos fiscalizarem a Administração

Fonte: Maranhão (2016, p. 71).

Em consonância com esta direção de participação social, no Brasil adotou-se, considerando o uso das TIC, o que se convencionou chamar de Governos Eletrônicos, ou e-GOV. Estes operacionalizam e põem em prática as transformações aspiradas pelo novo serviço público; trata-se da modernização da gestão e dos serviços públicos. “O e-GOV é uma oportunidade de maior participação popular, principalmente quando utilizado em sítios e redes sociais de maior alcance popular, como é o caso do Facebook, por exemplo” (OLIVEIRA; RAMINELLI, 2014, p. 160).

Santos, Bernarde e Rover (2012) explanam que o cerne da LAI leva a compreender que

> [...] é entendido por Governo Eletrônico e de que forma esse modelo de “gestão” foi inserido no país. Inicialmente, é importante entender que a Administração Pública passou por dois momentos distintos e importantes. O primeiro foi a “Nova Gestão Pública”, resultado de demandas sociais por governos mais eficazes e enxutos. O segundo foi chamado de “Novo Serviço Público”, e possui o foco justamente em modificações no relacionamento entre cidadão e governo (SANTOS; BERNARDE; ROVER, 2012, p. 22),

O governo adotando o padrão do e-GOV se apresenta aberto ao debate público. Quanto mais se evolui tecnologicamente, mais demandas surgem, tanto por parte do cidadão quanto nos processos da gestão pública; logo, o conceito e-GOV culminou na informatização dos serviços prestados pelo governo para a sociedade, expandiu-se para o conceito de governança digital,

> [...] segundo o qual o cidadão deixa de ser passivo e se torna partícipe da construção de políticas públicas que já nascem em plataformas digitais, abrangendo não só a internet, mas também outros canais como a TV Digital (BRASIL, 2016b, p.10).

A Estratégia de Governança Digital (EGD) – Figura 12, fundamentada no Decreto n. 8.638/2016 (BRASIL, 2016a), que institui a política de governança digital no âmbito dos órgãos e entidades da APF direta, autárquica e funcional, articula-se ainda a outros planos e estratégias governamentais que visam fortalecer e sedimentar as iniciativas nacionais a seguir: Estratégia de Segurança da Informação e Comunicação e de Segurança Cibernética da APF; o Plano de Ação Nacional sobre Governo Aberto, coordenado pela CGU; o Programa Nacional de Banda Larga; e o Programa Nacional de Apoio à Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentro.BR, ambos desenvolvidos sob a coordenação do Ministério das Comunicações (MOURA, 2016).

Figura 12 – Estratégia para Governança Digital



Fonte: Brasil (2016b, p. 16).

Hoje mais comumente chamado de Governo Aberto, de acordo com Santos, Bernarde e Rover (2012, p. 28),

> [...] os postulados do Governo Aberto são de transparência, colaboração e participação, os quais propiciam que o cidadão, munido de informações, deixe de ser um sujeito passivo e torne-se co-autor das políticas públicas e verdadeiro titular do Poder. Assim, tem-se que é possível uma nova forma de relacionamento entre cidadão e governo que fortaleça a democracia, principalmente no que tange ao acesso à informação pública pelo cidadão. Por este motivo a Lei n. 12.527/11 prevê o uso das TICs para auxiliar o acesso e, inclusive, define quais são os requisitos obrigatórios dos sítios oficiais do Governo, a fim de padronizar e facilitar o processo.

Parte-se da premissa de que o governo aberto pode derivar, entre outros fatores, do controle social vinculado ao reaparecimento da sociedade como elemento político. “No século passado, o Estado existia para colocar ordem nas sociedades humanas, tidas como desagregadas, como conjunto de interesses desarmônicos e conflitantes” (BARBOSA, 2001, p. 61). Esse reaparecimento no cenário político, reclamado pela sociedade, foi primordial para estabelecer uma relação de poder substancialmente democrática, considerando-se um protagonismo importante para um novo diálogo político Sociedade-Estado (BARBOSA, 2001).

Considera-se importante refletir sobre o controle social como uma conquista jurídico-institucional apontando estratégias para a democratização da informação no serviço público. Nesse sentido, o controle/participação social é compreendido, segundo Assis e Villa (2003, p. 377),

> [...] como um espaço de representação da sociedade, onde se articulam diferentes sujeitos, com suas diversas representações: movimentos populares, entidades de classe, sindicatos, governo, entidades jurídicas, prestadores de serviço, entre outros, e uma população com suas necessidades e interesses que envolvem o indivíduo, família e grupos da comunidade.

Os autores elucidam ainda que

> [...] o controle social consiste, portanto, em canais institucionais de participação na gestão governamental, com a presença de novos sujeitos coletivos nos processos decisórios, não se confundindo com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado. A participação/controle social não pode ser entendida como uma extensão burocrática e executiva, mas como um processo contínuo de democratização no âmbito local, o que implica o estabelecimento de uma nova sociabilidade política e um novo espaço de cidadania, e, nesse sentido, o sujeito/cidadão deve ser o centro do processo de avaliação das ações (ASSIS; VILLA, 2003, p. 377).

Desse modo, entende-se que o controle social é um processo de descentralização do poder, que perpassa múltiplas possibilidades, estando em evolução, baseada em uma cidadania ativa, que busque garantir o cumprimento de programas do governo,

viabilizando os projetos sociais e de interesse da nação em que a sociedade civil organiza-se de forma autônoma mediante as organizações independentes do Estado, entre elas associações de moradores, conselhos de saúde, associações de docentes, grupos de mulheres, que poderão confluir ou não suas intervenções para uma atuação direta junto aos órgãos de controle previstos em Lei (ASSIS; VILLA, 2003; SILVA, 2002).

2.3 O servidor público e a LAI

Em pesquisa realizada e apresentada no portal da CGU em busca de um diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no poder Executivo federal brasileiro, aplicada aos servidores de diversos órgãos e entidades governamentais, foram observadas as seguintes conclusões sobre três aspectos a seguir:

MUDANÇAS CULTURAIS

- definição clara do que é/não é informação pública, reduzindo drasticamente a margem de arbítrio pessoal para as decisões;
- enfrentamento das atitudes sedimentadas na forma da complexa cultura do papel – da gaveta e do pendrive, o que reflete a difusa sensação de que os funcionários públicos são proprietários da informação, podendo disponibilizá-la ou não ao seu critério;
- incentivo a uma nova cultura de produção e compartilhamento de bancos de dados.

MUDANÇAS ORGANIZACIONAIS

- estruturação e disseminação por toda a administração federal de áreas responsáveis pelo recebimento e acompanhamento de solicitações de informação;
- abertura e manutenção de canais eficientes de comunicação entre os órgãos de Estado/governo e a sociedade como um todo;
- implantação de rotinas informatizadas para o fluxo entre solicitações e respostas, dentro de prazos razoáveis de atendimento;
- implementação de política – a um tempo uniforme e flexível – para arquivos de documentos e também para o arquivamento eletrônico nos órgãos da administração federal;
- desenvolvimento de programas de sensibilização, treinamento e capacitação dos recursos humanos com foco nas transformações exigidas pela futura lei de acesso a informação pública;
- fortalecimento das áreas de tecnologia da informação e dos canais de diálogo e troca de informações ou sugestões entre estas e as demais áreas dos órgãos federais.

MUDANÇAS OPERACIONAIS

- universalização da gestão eletrônica de documentos e de acompanhamento de processos, com interfaces que permitam o acesso direto dos cidadãos interessados;
- estruturação e compatibilização de sistemas das várias repartições e órgãos federais;
- criação, ampliação, consolidação e disponibilização de bancos de dados com um mínimo de obstáculos para o acesso do cidadão, a exemplo de senhas e outras exigências inibidoras de consultas ou solicitações;

> - digitalização dos documentos produzidos por órgãos e entidades da Administração Federal;
> - ampliação da transparência proativa mediante sites bem desenhados e “amistosos” ao cidadão interessado, o que contribuirá para aliviar o excesso de demandas por informações e dados;
> - definição de orçamentos que possibilitem efetivamente o novo ambiente de acesso a informação pública federal acima delineado (VIEIRA, 2011).

Visto que a aplicação da LAI requer atenção aos impactos internos e externos às instituições, no que tange ao servidor público e ponderando as análises da pesquisa apresentada anteriormente, o trato com a informação pública requer, do profissional que lida diretamente com ela, superação da fragilidade “tanto de ordem técnico-procedimental como político-administrativa” (INDOLFO, 2013, p. 21), corroborando a prática natural e em evolução da gestão e uso da informação pública tanto por quem a produz quanto por quem a demanda. O acesso à informação requer “o estabelecimento de ações de gestão informacional e documental nas instituições públicas” (GUEDES, 2014, p. 70), demandando uma nova cultura institucional. Assim,

> O grêmio de profissionais que lida diretamente com a organização da informação possui um acumulado de experiências que os brinda com uma ampla capacidade e qualidade intelectual para emitir prognósticos, normas e diretrizes no que se refere ao tratamento da informação, que devem ser levados em conta (e aplicados) nos programas e legislações concernentes ao acesso à informação pública (GUEDES, 2014, p. 70).

Parte-se do pressuposto de que, no trâmite das informações públicas, o servidor lidará com as atividades de recuperação, recepção, análise, tratamento, organização, disseminação e uso das informações de acordo com um fluxo e gestão documental, facilitando a prática normativa da LAI dirimindo a discrepância entre acesso e uso pelo cidadão. Atingir as conformidades da lei demanda do servidor a apropriação ativa da fundamentação da LAI, bem como da sua implementação, posicionando-se como elemento parte da construção dessa prática, desse direito constitucional e legal. Guedes (2014) também compreende que

> [...] essa atuação não deve se restringir a fases executórias, mas também deve ocorrer no planejamento de políticas públicas de informação, alinhamentos e ajustes da legislação, auditorias e controle, entre outras ações. É certo que essa extensão de competências e responsabilidades exigiria uma constante atualização e capacitação desse núcleo de servidores (GUEDES, 2014, p. 70).

Uma vez que entre a relação cidadão e acesso à informação pública existe o servidor público, produtor e mediador, a lei possibilita maior mobilização por parte dos gestores e servidores para implantar novos procedimentos avançando na implementação da

gestão da informação e nova prática de cultura informacional governamental que refletirá consequentemente na transparência e no fortalecimento da democracia e cidadania. Observa-se que a relação entre cidadão e poder público depende cada vez mais de transparência, que, por sua vez, está diretamente relacionada ao servidor público.

2.3.1 Perspectivas de uma nova cultura informacional

Uma população inserida na cultura do acesso à informação pública demanda sobremaneira que o servidor público esteja inserido no contexto de cultura informacional institucional. Não obstante observa-se que se trata de um círculo vicioso e retroalimentado por ações interligadas e complementares: a conscientização da sociedade do seu direito à informação; a disponibilização de informações por parte poder público; e o comprometimento do servidor público com a disponibilização de informações demandadas pelo cidadão. Promover a cultura informacional aumenta o número de acesso às informações, incluindo as sigilosas, bem como a máxima disponibilização tanto na forma ativa quanto na passiva (BARTMEYER, 2015).

A LAI proporciona acessibilidade, informação, controle social, dados abertos, governo eletrônico, linguagem cidadã, publicidade e transparência como valores que direcionam a cultura do acesso. Alves (2012, p. 123) esclarece que “o novo paradigma de amplo acesso a informações é balizado pelo pensamento problemático, preliminar ao atendimento das demandas sociais por informações”, o que proporciona entendimentos comuns entre os interlocutores conduzindo a verdadeira dialética entre sociedade e poder público. A aplicação da transparência ativa é um passo importante na implementação da cultura de acesso à informação pública que consequentemente demanda uma cultura informacional institucional em que o servidor compreende que a informação é um bem público e um direito garantido na Constituição, reconhecendo seu papel no processo de organização e disponibilização a informação de forma compreensível proporcionando a transparência e o controle social (ALVES, 2012).

Elias (2012, p. 10) elucida que

> Sem a circulação da informação dos atos do Estado a democracia participativa se fragiliza, porque a ausência ou insuficiência da informação ou mesmo a dificuldade em acessá-la inviabiliza que o cidadão se apodere do

> conhecimento necessário para exercer soberanamente e com eficácia o direito de participar da construção das decisões estatais que lhe afetará.

O mesmo autor pontua ainda que

> A capacitação para o exercício da cidadania ativa tem por um de seus pressupostos o acesso à informação, em intensidade e qualidade necessária para que os cidadãos e parceiros do poder público se habilitem a dialogar com a administração pública em condições de igualdade, capazes de avaliar a validade e procedência dos seus argumentos e pretensões, assim como examinar aqueles contrapostos pelo Estado (ELIAS, 2012, p.12).

Cabe aqui esclarecer que precedentemente à cultura informacional existia a cultura do sigilo (QUADRO 2) e, com a promulgação da LAI, houve uma ressignificação do poder público para promover o acesso à informação e a participação social "caminhando em direção à ruptura do paradigma do sigilo" (FONTANELLI; BAUER, 2015, p. 11). A palavra sigilo tem origem no latim *sigillus*, que representava a forma de fechar os documentos para que fosse possível identificar uma provável violação ou abertura (ALVES, 2012).

Quadro 2 – Incidência dos termos sigilo e informação nos códigos de ética

TERMOS PESQUISADOS	PROFISSIONAL				CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL (LEI 1171/94)
	Profissional de Administração	Bibliotecário	Jornalista	Profissional de secretariado	
Sigilo e correlatos	Art. 1º Deveres do Administrador II – manter **sigilo** sobre tudo o que souber em função de sua atividade profissional;	Art. 3º Cumpre ao profissional de biblioteconomia: guardar **sigilo** no desempenho de suas atividades, quando o assunto assim exigir;	Da Conduta Profissional do jornalista: Art. 5º É direito do jornalista resguardar o **sigilo** da fonte.	Capítulo IV -do Sigilo Profissional A Secretária e o Secretário, no exercício de sua profissão, deve guardar absoluto **sigilo** sobre assuntos e documentos que lhe são confiados.	VII -Salvo os casos de segurança nacional [...] a serem preservados em processo [...] declarado **sigiloso**, [...] a publicidade de qualquer ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade, ensejando sua omissão comprometimento ético [...] imputável a quem a negar.
Informação e correlatos	V -**Informar e orientar** o cliente a respeito da situação real da empresa a que serve;	Prestar serviços assumindo responsabilidades pelas **informações** fornecidas, de acordo com os preceitos do Código Civil e do Código do Consumidor vigentes.	Art. 1º O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à **informação**, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação.	Compete ao profissional no pleno exercício de sua atividade (...) Atuar como figura-chave no fluxo de **informações,** desenvolvendo e mantendo de forma dinâmica e contínua os sistemas de comunicação.	É vedado ao servidor público: fazer uso de **informações** privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros;

Fonte: Gomes (2016, p. 14).

Alves (2012, p. 124) ainda esclarece que

> Considera-se cultura do sigilo a forma de manutenção das estruturas sociais pautada no binômio informação-poder por meio de uma relação diretamente proporcional. Assim, compartilhar informações representa renunciar a uma parcela de poder; logo, o sigilo era a estratégia para manter a influência.

Conforme o art. 3º da LAI (BRASIL, 2011), a regra é a publicidade máxima e o sigilo é exceção; desta forma, rompe-se com a cultura do sigilo e tem-se como novo paradigma a cultura do acesso, promovendo a ampla divulgação e novos ciclos de gestão documental em que a informação deve ser naturalmente pública. Espera-se uma nova postura e comportamento institucional tanto dos servidores públicos quanto do cidadão. “A mudança de cultura decorre de uma construção, e não de uma imposição. Sua legitimidade advém do reconhecimento que a sociedade atribui aos ritos por ela observados” (ALVES, 2012, p. 124). A autora ainda complementa que

> [...] a cultura do acesso pressupõe que os pedidos de informação formulados com base na LAI sejam tratados com “boa vontade” e “disposição”, que todas as perguntas sejam respondidas, ainda que com resposta negativa, e justificadas, para evitar a interposição desnecessária de recursos (ALVES, 2012, p. 124).

Para Seabra; Capanema e Figueiredo (2013),

> [...] “institucionalizar cultura de acesso à informação” consiste em instituir uma cultura no serviço público, na qual o acesso à informação passa a ser a regra e o sigilo, a exceção. Essa mudança cultural passa pela conscientização dos servidores e das autoridades públicas de que as informações custodiadas e/ou produzidas por seus órgãos/entidades pertencem aos cidadãos e, portanto, é um direito deles ter acesso a elas, e um dever do Estado providenciar esse acesso.

Bartmeyer (2015, p. 2) complementa que “o primeiro passo para uma cultura de acesso é colocar as informações à disposição, ou seja, pela transparência ativa, através do mais democrático meio de comunicação de uma sociedade”.

2.3.2 LAI – Alguns dilemas da sua implementação

A Organização Não Governamental (ONG) Article 19 (2011) produziu um relatório que apresenta os principais enfrentamentos para a implementação da LAI, também chamado de cinco dilemas, a saber:

a) O Dilema Político: parte do pressuposto do sigilo indevido, uma vez que os gestores e servidores ocultam o uso de recursos públicos e evitam que violações

históricas sejam desenterradas. Desta forma, o sigilo contribui para que os gestores se livrem da culpa por informações que os comprometeriam caso fossem reveladas. O autor apresenta as seguintes estratégias que partem dos servidores para não serem interpelados pela LAI:

- Escondem informações;
- Não atendem às petições ou dizem que as informações não existem;
- Inventam situações para não revelar informações;
- Evitam manter registros ou usam contas de e-mail privadas, em vez de contas para uso oficial;
- Atrasam a liberação até o ponto em que as informações percam a sua importância (ARTICLE 19, 2011, p. 10);

b) O Dilema Administrativo: este diz respeito ao acúmulo de atividades relacionadas ao acesso à informação pública. A abertura por meio das TIC permitiu que a grande quantidade de pedidos de informação se acumulasse revelando atrasos nos atendimentos, demandando otimização e integração dos sistemas e bancos de dados institucionais. Somando-se a isso existem a falta de recursos para capacitação de servidores e a falta de recursos humanos (ARTICLE 19, 2011);

c) O Dilema do Solicitante: trata-se do empoderamento do cidadão em relação às ferramentas de solicitação de forma equivocada, empregando perguntas muito amplas dificultando o atendimento àquela solicitação, bem como a possibilidade de gerar a mesma pergunta em diversas instituições;

d) Os Dilemas dos Órgãos de Supervisão: a supervisão é uma instância necessária para garantir o atendimento; entretanto, os órgãos responsáveis enfrentam problemas de acúmulo, principalmente em países com leis mais novas. As instâncias de supervisão podem ser: Revisão Judicial, Comissão de Informações ou Tribunal de Recursos para fazer recomendações e Comissão de Informações ou ombudsman com poderes para tomar decisões vinculantes;

e) Criar uma Ampla Pauta de Integridade para a Conformidade: está diretamente ligada ao sistema de divulgação, caracterizado por:

> sistemas de integridade funcional, os quais incluem preocupações amplas para salvaguardar e reforçar o Estado de Direito, uma mídia livre e independente e uma competição política robusta as pré-condições das democracias vitais (ARTICLE 19, 2011, p. 20).

Outros autores, como Gomes, Marques e Kerr Pinheiro (2016) destacam ainda como desafios da LAI as questões ligadas à cultura do sigilo, ao segredismo como uma

mudança institucional a ser superada, uma vez que esta cultura está arraigada nos servidores públicos, intensificada no regime militar, promovendo a ideia de apropriação do público como privado ou até mesmo da confusão entre as duas esferas.

Gomes, Marques e Kerr Pinheiro (2016) compartilham da mesma compreensão sobre o servidor público. Autores como Alves (2012) e Lima, Cordeiro e Gomes (2014), consideram que a ruptura da cultura do sigilo exige uma mudança cultural da guarda para o compartilhamento, do privado para o público, do poder em torno da informação para a avaliação do servidor no atendimento às demandas.

> O atendimento à Lei de Acesso à informação traz aos atores envolvidos (governo, agentes públicos e sociedade civil), guardadas as particularidades e características de cada um desses segmentos, novas possibilidades de relacionamento e envolvimento em questões relacionadas à democracia e participação social. Diante dessas novas perspectivas, emerge a importância dos agentes públicos brasileiros no compartilhamento de objetivos comuns à sociedade, como parte integrante desta (GOMES; MARQUES; KERR PINHEIRO, 2016, p. 12).

3 METODOLOGIA

O capítulo apresenta a metodologia empregada neste estudo de forma a alcançar os objetivos propostos. Inicia-se com a caracterização da pesquisa do ponto de vista da abordagem do problema e de seus objetivos. A seguir, contextualiza a RMBH e o recorte da pesquisa, além de descrever os procedimentos adotados para coleta, organização e análise dos dados.

3.1 Tipologia da pesquisa

Estar inquieto e com questões é o que motiva a fazer uma pesquisa; dessa forma, “a pesquisa é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico, cujo objetivo fundamental é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos” (GIL, 2008, p. 26). Não obstante, o estudo tem por objeto o perfil do servidor público da RMBH e para sua realização serão adotados métodos mistos: a abordagem qualitativa, pela singularidade do tema, e a abordagem quantitativa; contudo, a representação a ser descrita na análise deverá valer-se de instrumentos decorrentes da abordagem quantitativa. Para atingir seus objetivos, utilizar-se-á de procedimentos metodológicos descritivos, uma vez que,

> Do ponto de vista científico, descrever é coletar dados (para os pesquisadores quantitativos, medir; para os pesquisadores qualitativos, coletar informações). Isto é, em um estudo descritivo seleciona-se uma série de questões e mede-se ou coleta-se informação sobre cada uma delas, para assim (vale a redundância) descrever o que se pesquisa (SAMPIERRI; COLLADO; LÚCIO, 2006, p. 101).

Fundamentando-se a abordagem da pesquisa qualitativa, “o objetivo da pesquisa está, então, menos em testar aquilo que é conhecido [...] e mais em descobrir o novo e desenvolver teorias empiricamente fundamentadas” (FLICK, 2009, p. 24). Segundo Minayo (2011), uma pesquisa qualitativa estuda fenômenos humanos a partir de uma realidade social partilhada entre semelhantes, não traduzida em números e indicadores, mas parte de um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Uma realidade não visível, que exige interpretação do pesquisador, “produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa” (MINAYO, 2011, p. 22).

De acordo com os objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória de natureza aplicada, na qual se pretende familiarizar-se com o problema compreendendo os vários aspectos relativos ao caso em estudo. Para Moresia (2003, p. 9), “a investigação exploratória é realizada em uma área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Na trajetória de execução dos procedimentos técnicos, inicialmente foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental e, posteriormente, uma pesquisa de campo, com o “propósito de estudar características e aprimorar o conhecimento acerca do universo a que pertencem” (GIL, 2008, p. 139). A coleta de dados foi obtida por técnicas de aplicação de questionário semiestruturado aos servidores dos municípios da RMBH com mais de 10.000 habitantes que trabalham diretamente com a transparência ativa, fazendo a manutenção dos portais de transparência dos municípios.

Para desvendar a resposta ao problema e alcançar o objetivo geral e os objetivos específicos, foi utilizada a técnica de análise temática de conteúdo para os dados qualitativos, que “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema” (RICHARDSON, 2010, p. 243). Simultaneamente, adotou-se uma análise quantitativa com a apresentação dos dados em formato de tabelas, gráficos e quadros, “uma vez que facilita, ao leitor, a compreensão e interpretação rápida da massa dos dados, podendo apenas com uma olhada, apreender importantes detalhes e relações” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 153).

3.2 Contextualização: a região metropolitana de Belo Horizonte

A cidade de Belo Horizonte (BH), capital do estado de Minas Gerais (MG – FIGURA 13), tem aproximadamente 330 km2. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, sua população é de 2.375.444 habitantes (IBGE, 2010). Foi indicada pelo Population Crisis Committee, da Organização das Nações Unidas (ONU), como a metrópole com melhor qualidade de vida na América Latina e a 45ª entre as 100 melhores cidades do mundo (MOURÃO, 2016).

Figura 13 – Mapa de Belo Horizonte



Fonte: IBGE/Prodabel (2017)[22]

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) foi criada pela Lei complementar Federal n. 14, de 1973, e regulamentada pelas Leis Complementares do Estado de Minas Gerais, LEC n. 88/2006 e LEC n. 89/2006. A RMBH (FIGURA 14), também chamada de Grande Belo Horizonte (GBH), se posiciona como o 88º aglomerado urbano do mundo, é o maior do Brasil (fora do eixo Rio-São Paulo), com uma população de 5.873.841 habitantes, segundo estimativa do IBGE em julho de 2016, o que corresponde a 26% da população do estado de Minas Gerais e 24% do eleitorado brasileiro (aproximadamente 3,35 milhões de eleitores). Sua extensão territorial é de 9.460 km2, cerca de 1,6% do território estadual. Mesmo com toda essa dimensão, Belo Horizonte, sede da RMBH, ocupa a 6ª posição em relação aos municípios mais populosos do Brasil (ANDRADE, 2009).

[22] Disponível em: < https://prefeitura.pbh.gov.br/?app=prodabel >.

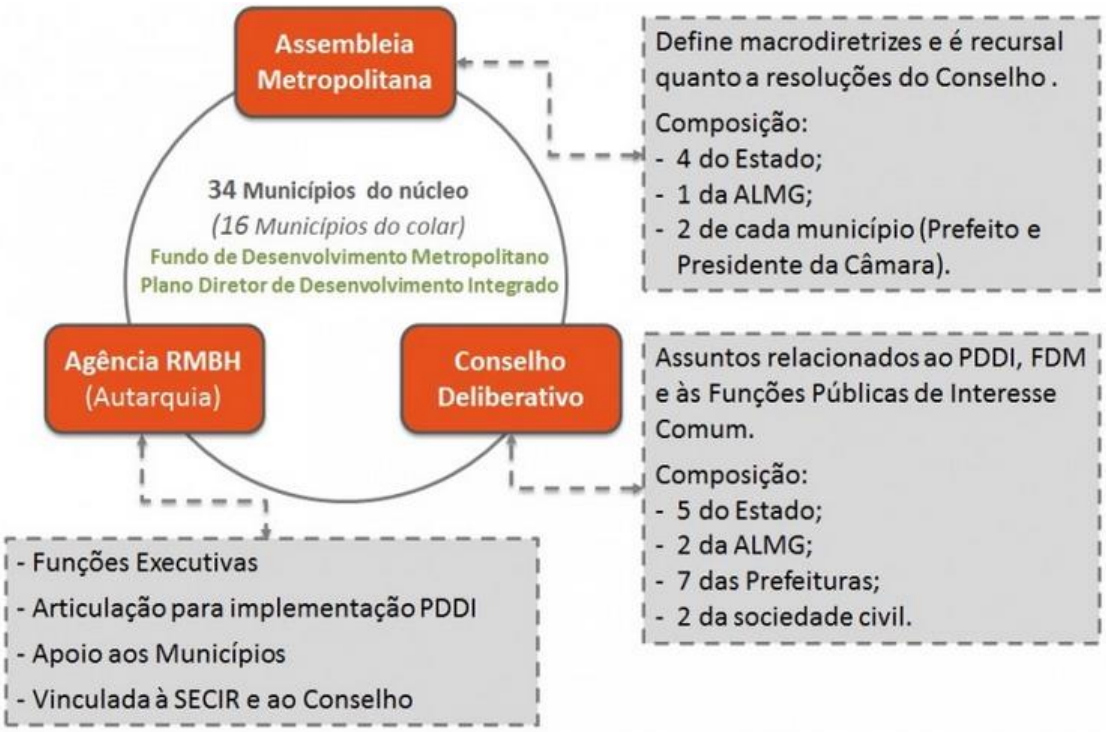
Figura 14 – Municípios da RMBH e Colar Metropolitano



Fonte: Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, (2016, *on-line*).

Considerado o centro político, financeiro, comercial, educacional e cultural de Minas Gerais, a RMBH representa cerca de 40% da economia, com um Produto Interno Bruto (PIB) em torno de R$ 149,4 bilhões, dos quais 40% são correspondentes à capital, Belo Horizonte (ANDRADE, 2009). Dessa forma, observa-se a importância da região, sobretudo por sua expressividade populacional e econômica para o estado de Minas Gerais. Com toda essa prerrogativa, o estado identificou a importância da criação de uma rede de desenvolvimento para essa região com o intuito de trabalhar interesses comuns, promovendo a gestão compartilhada, hoje denominada Agência RMBH. Observa-se na Figura 15 como essa agência se posiciona junto a outros dois órgãos, com arranjos institucionais de suporte técnico e de planejamento.

Figura 15 – Posicionamento organizacional da agência RMBH



Fonte: Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, (2016, *on-line*).

Para melhor entendimento da conformação das cidades que hoje compõem a RMBH, considera-se o contexto histórico, por meio de uma linha do tempo, conforme a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (ANDRADE, 2009).

O início do processo de metropolização da região de Belo Horizonte foi marcado por intervenções públicas como estratégia de expansão da capital. Essa definição foi ocorrendo de acordo com a conjuntura econômica e por fim era mais por critérios políticos do que técnicos (ANDRADE, 2009). Em análises mais atuais, um dos fatores que contribuem para a definição da RMBH é o grau de integração dos municípios ao município-polo, Belo Horizonte. No relatório de 2004, do observatório das metrópoles, foram analisados os seguintes indicadores: evolução demográfica, fluxos de deslocamentos pendulares, densidade e características ocupacionais, estabelecendo os níveis de integração médio, alto e muito alto (QUADRO 3), classificando o município com integração ou não integração à RMBH, com exceção de Sete Lagoas, portanto, os não integrados à RMBH foram considerados Colar Metropolitano (ANDRADE, 2009).

Quadro 3 – Grau de integração à dinâmica Metropolitana dos Municípios da RMBH e Colar Metropolitano

GRAU DE INTEGRAÇÃO	Nº DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DA RMBH	Nº DE MUNICÍPIOS	MUNICÍPIOS DO COLAR METROPOLITANO
Polo	1	Belo Horizonte	-	
Muito alta	5	Contagem Ibirité Ribeirão das Neves Vespasiano Santa Luzia	0	
Alta	6	Sarzedo São José da Lapa Betim Esmeraldas Mário Campos Sabará	0	
Média	11	Caeté Capim Branco Confins Igarapé Juatuba Matozinhos Nova Lima Pedro Leopoldo Raposos Lagoa Santa São Joaquim de Bicas	1	Sete Lagoas
Baixa	5	Rio Acima Mateus Leme Itatiaiuçu Itaguara Brumadinho	7	Santa Bárbara Prudente de Morais Pará de Minas Barão de Cocais Itaúna Itabirito
Muito Baixa	6	Baldim Florestal Jaboticatubas Nova União Rio Manso Taquaraçu de Minas	6	Belo Vale Bonfim Fortuna de Minas Funilândia Inhaúma São José da Varginha
TOTAL	**34**		**14**	

Fonte: Andrade (2009, p. 14).

3.3 Recorte da pesquisa

O objeto de estudo das práticas anteriormente descritas serão os portais da transparência dos municípios da RMBH. Tomando como base os critérios da própria LAI, que determina que, por meio de portais da transparência, todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal) devem obrigatoriamente promover a transparência ativa, com a única exceção possível de não aplicação do cumprimento desta determinação, os municípios com menos de 10.000 habitantes (ESCOLA

VIRTUAL CGU, 2011). Entretanto, como esse grupo da RMBH é composto por 34 municípios (FIGURA 16), far-se-á um recorte para análise desta pesquisa atendo-se aos municípios com mais de 10.000 habitantes, conforme determina a LAI. Dessa forma, dentre os 34 municípios que compõem a RMBH, trabalhar-se-á a pesquisa com 25 municípios que possuem mais de 10.000 habitantes.

Figura 16 – Municípios da Região Metropolitana por população e PIB
(Continua)

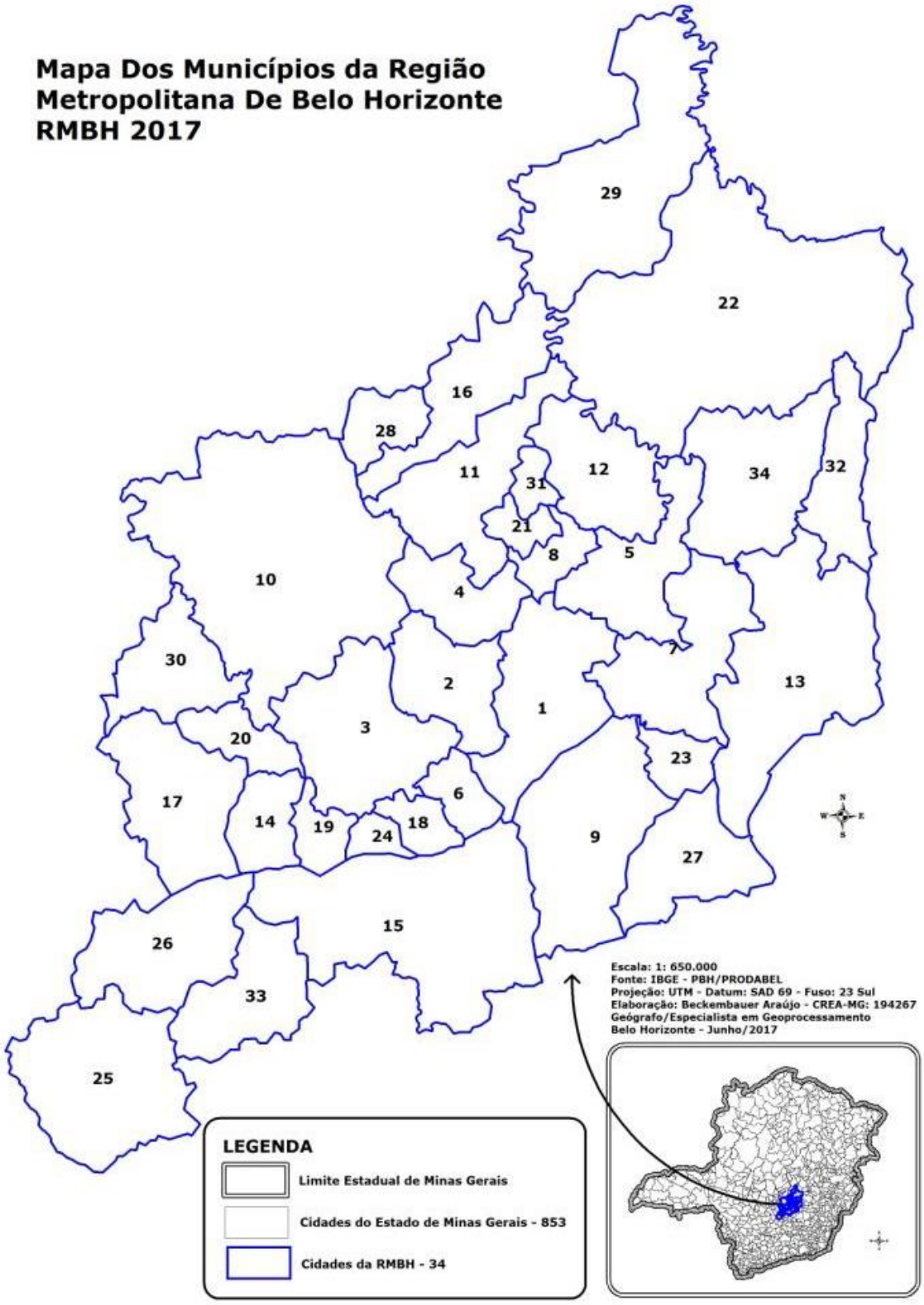


Figura 16 – Municípios da Região Metropolitana por população e PIB
(Conclusão)

RÓTULO NO MAPA	MUNICÍPIO	UF	POPULACAO		PIB
1	Belo Horizonte	MG	2.375.151	R$	35.187,85
2	Contagem	MG	603.442	R$	40.833,12
3	Betim	MG	378.089	R$	53.456,01
4	Ribeirão das Neves	MG	296.317	R$	10.315,41
5	Santa Luzia	MG	202.942	R$	15.105,19
6	Ibirité	MG	158.954	R$	10.719,87
7	Sabará	MG	126.269	R$	15.969,67
8	Vespasiano	MG	104.527	R$	22.631,94
9	Nova Lima	MG	80.998	R$	103.282,14
10	Esmeraldas	MG	60.271	R$	7.926,89
11	Pedro Leopoldo	MG	58.740	R$	25.384,95
12	Lagoa Santa	MG	52.520	R$	28.404,59
13	Caeté	MG	40.750	R$	13.722,64
14	Igarapé	MG	34.851	R$	21.712,32
15	Brumadinho	MG	33.973	R$	79.293,99
16	Matozinhos	MG	33.955	R$	27.051,92
17	Mateus Leme	MG	27.856	R$	18.528,54
18	Sarzedo	MG	25.814	R$	32.142,40
19	São Joaquim de Bicas	MG	25.537	R$	18.610,11
20	Juatuba	MG	22.202	R$	41.354,95
21	São José da Lapa	MG	19.799	R$	21.820,41
22	Jaboticatubas	MG	17.134	R$	9.119,22
23	Raposos	MG	15.342	R$	8.594,49
24	Mário Campos	MG	13.192	R$	9.792,46
25	Itaguara	MG	12.372	R$	15.471,78
26	Itatiaiuçu	MG	9.928	R$	172.473,18
27	Rio Acima	MG	9.090	R$	19.779,80
28	Capim Branco	MG	8.881	R$	8.086,36
29	Baldim	MG	7.913	R$	10.043,68
30	Florestal	MG	6.600	R$	13.172,11
31	Confins	MG	5.936	R$	130.895,73
32	Nova União	MG	5.555	R$	10.803,09
33	Rio Manso	MG	5.276	R$	11.497,92
34	Taquaraçu de Minas	MG	3.794	R$	11.605,64

Fonte: IBGE (2010, *on-line*).

Desse modo, o universo deste estudo, conforme os critérios mencionados, serão compostos pelo perfil dos servidores dos municípios, pautados nas Figuras 17 e 18, a saber:

a) Belo Horizonte;
b) Betim;
c) Brumadinho;
d) Caeté;
e) Contagem;
f) Esmeraldas;
g) Ibirité;
h) Igarapé;
i) Itaguara;
j) Jaboticatubas;
k) Juatuba;
l) Lagoa Santa;
m) Mário Campos;
n) Mateus Leme;
o) Matozinhos;
p) Nova Lima;
q) Pedro Leopoldo;
r) Raposos;
s) Ribeirão da Neves;
t) Sabará;
u) Santa Luzia;
v) São João de Bicas;
w) São José da Lapa;
x) Sarzedo;
y) Vespasiano.

Figura 17 – Municípios da Região Metropolitana com mais de 10 mil habitantes (recorte da pesquisa)

(Continua)

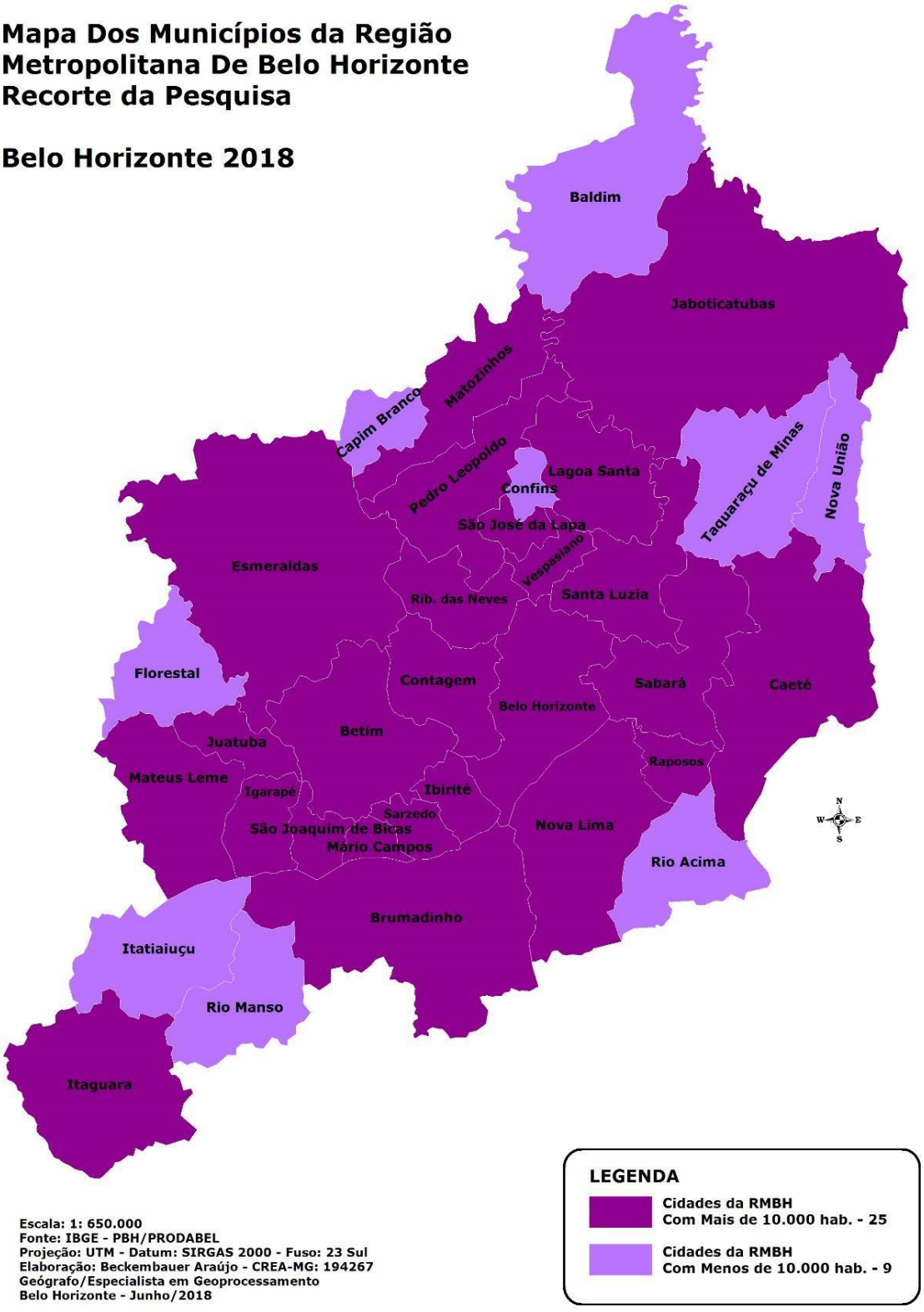


Figura 17 – Municípios da Região Metropolitana com mais de 10 mil habitantes (recorte da pesquisa)

(Conclusão)

MUNICÍPIO	POPULACAO
Belo Horizonte	2.375.151
Betim	378.089
Brumadinho	33.973
Caeté	40.750
Contagem	603.442
Esmeraldas	60.271
Ibirité	158.954
Igarapé	34.851
Itaguara	12.372
Jaboticatubas	17.134
Juatuba	22.202
Lagoa Santa	52.520
Mário Campos	13.192
Mateus Leme	27.856
Matozinhos	33.955
Nova Lima	80.998
Pedro Leopoldo	58.740
Raposos	15.342
Ribeirão das Neves	296.317
Sabará	126.269
Santa Luzia	202.942
São Joaquim de Bicas	25.537
São José da Lapa	19.799
Sarzedo	25.814
Vespasiano	104.527

Nota: Quantitativo populacional dos municípios do recorte da pesquisa.
Fonte: IBGE (2010, *on-line*).

3.4 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados realizar-se-á em quatro etapas a seguir:

a) Etapa 1 – Análise documental via web: sobre quais e quantos são os municípios que compõem a RMBH e, destes, quais entram no escopo da pesquisa

considerando a aplicação da transparência ativa. A análise perpassa também a existência de portais da transparência nos municípios que cumprem os requisitos da LAI;

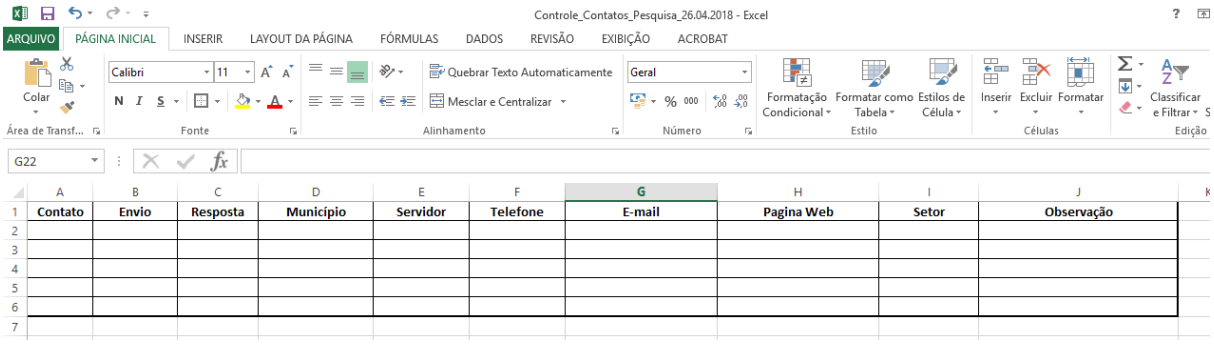
b) Etapa 2 – Contato telefônico: por instrumentos dos portais da transparência dos municípios será realizado um levantamento dos prováveis responsáveis pelas informações dos portais e cada um deles será contatado via telefone, esclarecendo quanto à pesquisa e solicitando colaboração;
c) Etapa 3 – Aplicação de questionário: ponderando que se tratava de 25 municípios, optou-se por aplicar os questionários via formulário Google, uma vez que na Etapa 2 o nome, o telefone e o e-mail do respondente foram recuperados via contato;
d) Etapa 4 – Visita técnica: diante de um percentual não satisfatório nos retornos dos formulários, poderá ser adotada a estratégia de visita técnica in loco junto aos possíveis respondentes, de forma a persuadi-los quanto à necessidade e importância de sua colaboração à pesquisa.

3.5 Organização dos dados

Todos os procedimentos realizados em cada etapa serão registrados em planilhas eletrônicas, utilizando-se o software Microsoft Excel para controle e gestão do processo. Nesta etapa, compreendendo que os formulários Google automaticamente gravam cada registro respondido em um documento de planilha Google no ambiente do Google Drive, será possível a primeira organização dos dados coletados, bem como resumos das respostas com geração de gráficos à medida que o formulário for sendo respondido. Por conseguinte, tudo poderá ser exportado para a planilha Excel.

Em seguida, para melhor compreender os dados e realizar as análises adequadas, os dados serão tabulados e organizados em tabelas e gráficos também se valendo do Excel, permitindo utilizá-los para explanação dos resultados. Para as Etapas 1 e 2 da coleta dos dados será necessário registrar informações das análises documentais (web) e fazer o controle dos contatos (FIGURA 18), como data do contato, data de envio e resposta do formulário, nome do município, servidor contatado, telefone direto com o servidor, e-mail (foi adotado tanto e-mail institucional quanto pessoal, de acordo com o grau de facilidade de acesso), página web da instituição, setor do servidor contatado e observações que se fizeram necessárias.

Figura 18 – Planilha de controle da Etapa 1



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Na Etapa 3, utilizando-se do Formulário Google (FIGURAS 19 e 20), o controle será realizado tanto na planilha quanto no próprio formulário.

Figura 19 – Questionário em Formulário Google



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

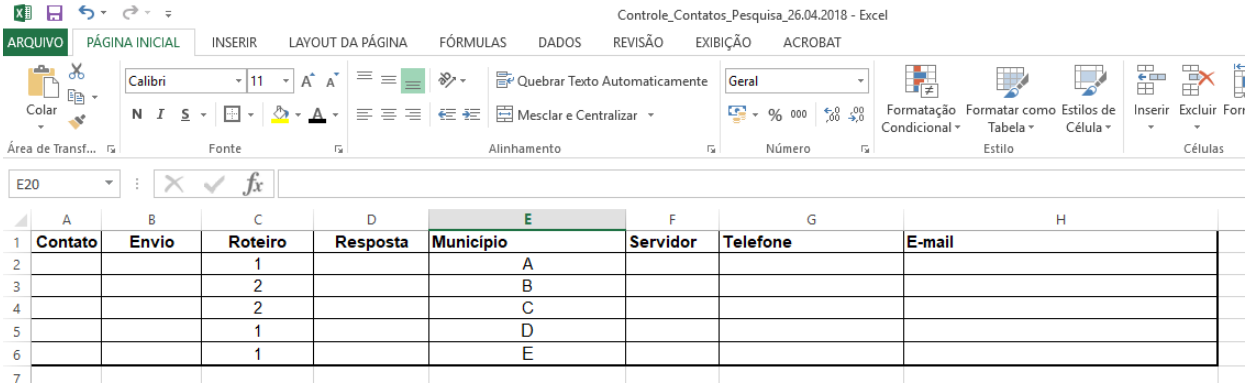
Figura 20 – Respostas e controle via Formulário Google



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Na Etapa 4, o controle será realizado em planilha Excel (FIGURA 21), gerando um roteiro dos municípios a serem visitados em dois dias, e paralelamente o acompanhamento do Formulário Google.

Figura 21 – Controle de visita aos municípios da RMBH



	A	B	C	D	E	F	G	H
1	Contato	Envio	Roteiro	Resposta	Município	Servidor	Telefone	E-mail
2			1		A			
3			2		B			
4			2		C			
5			1		D			
6			1		E			
7								

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

3.6 Limitações da coleta de dados

A pesquisa deparou com limitações de diversas ordens, como informacional, geográfica e instrucional, entre outras detalhadas a seguir.

A análise documental via web forneceria as primeiras informações para contatar os servidores aos quais seriam enviados os questionários. Assim, a navegação começava pela página da prefeitura do município, mas ocorreram casos em que as informações dos sites não estavam atualizadas, como telefone de contato, ou o e-mail era geral para uma gerência, ou até mesmo o servidor não era mais parte daquela gerência indicada pelo site.

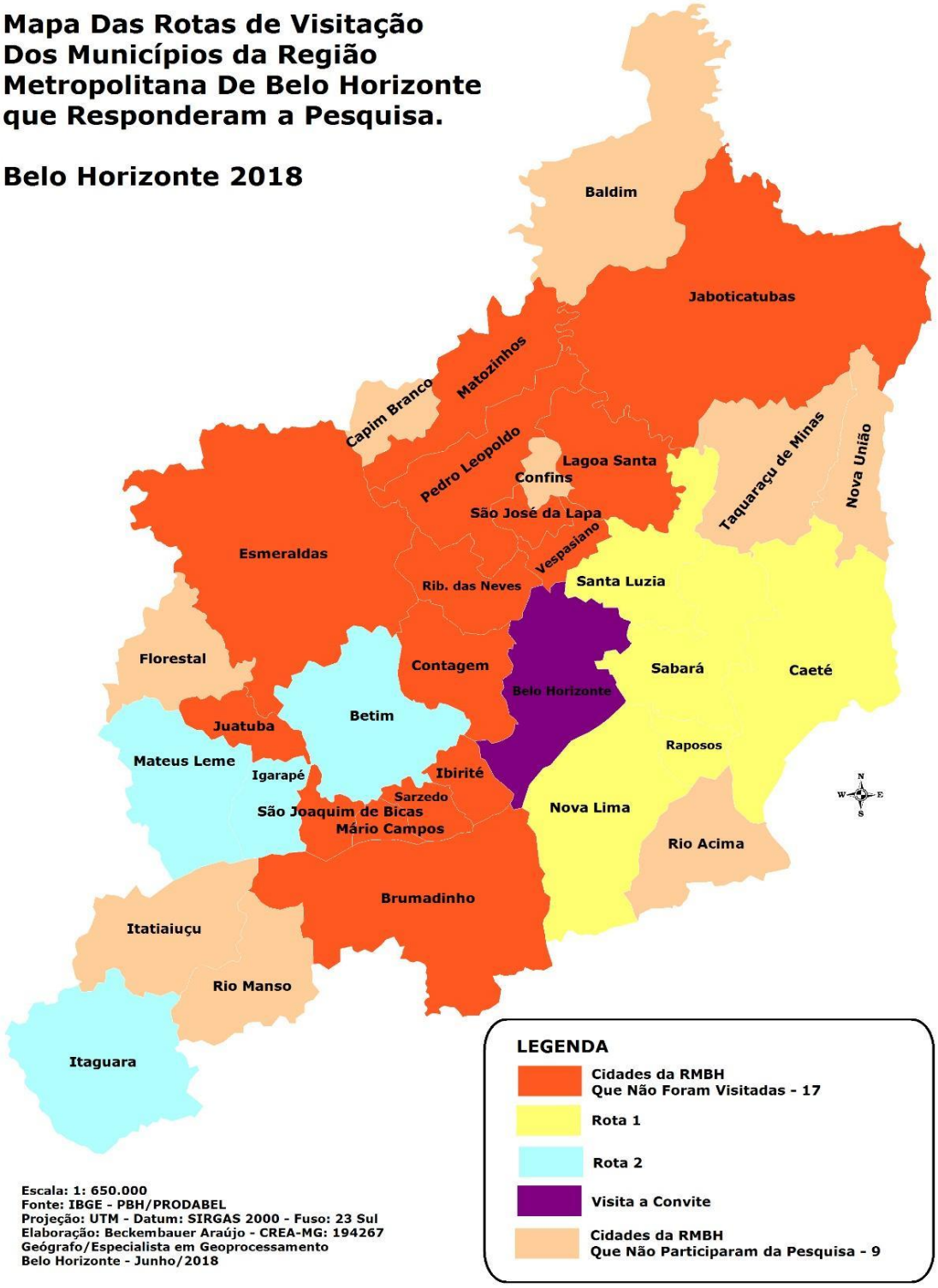
Outra barreira natural é a da cultura do sigilo, ou seja, um servidor indicava outro servidor por não se sentir seguro ou apto a responder ao questionário, considerando que poderia comprometer-se ou comprometer a instituição, mas em alguns casos se tratava de divisão de atividades; as informações sobre pessoal (cargos e salários, por exemplo) eram de responsabilidade da gerência de Recursos Humanos, as informações sobre pregão de eram responsabilidade da Controladoria e assim por conseguinte. Além disso, situações como falta de tempo ou indisponibilidade declarada também ocorreram. Cabe ressaltar casos em que o portal é produzido e atualizado por uma empresa terceirizada e alguns servidores faziam juízo de que era a empresa terceirizada que deveria responder ao questionário, o que não cabia no escopo da pesquisa, uma vez que fugia à metodologia definida.

Foi problematizado pela banca de qualificação que seria muito difícil obter resposta de 25 municípios. De fato, a quantidade era muito grande, ademais considerando que sua localização geográfica não facilitaria contatos pessoais. A decisão pela visita técnica partiu após se obter um percentual não satisfatório (índice de 63% de retorno dos formulários). Então buscou-se mais consistência e maior abrangência da pesquisa optando-se por fazer visitas técnicas, empenhando-se em promover a pesquisa e obter mais adesões de respondentes. As visitas realizadas foram divididas por rotas de viagem, traçadas de acordo com a quilometragem do ponto de partida em relação aos endereços das prefeituras dos municípios analisando o grau de proximidade.

Foram visitados nove municípios em dois dias bem distintos e, mesmo após essas visitas, ainda foram realizadas algumas ligações relembrando o compromisso selado pessoalmente. A rota 1 compreendeu os municípios de Santa Luzia, Sabará, Caeté, Raposos e Nova Lima. A rota 2 foi composta pelos municípios de Betim, Mateus Leme, Igarapé e Itaguara. Foi realizada uma visita em Belo Horizonte, mesmo havendo

respondido ao questionário, a convite da Diretoria de Transparência da PBH (FIGURA 22).

Figura 22 – Rota de visita aos municípios da RMBH



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Cabe apresentar também que ocorreram casos nos primeiros contatos em que foram indicados servidores que não atendiam ao pré-requisito de ser um dos responsáveis pela disponibilização de informações no portal da transparência, perdendo-se tempo aguardando resposta de quem não cabia responder, e a situação só foi identificada após visita técnica. É importante destacar os casos em que, logo após a realização da visita técnica, o questionário foi respondido prontamente.

3.7 Procedimentos de análise de dados

Nesta etapa, considerou-se a organização dos dados brutos, tabulados em planilhas eletrônicas e a seguir transformados em informações significativas e válidas para a pesquisa, possibilitando a análise das respostas e inferindo o perfil do servidor da RMBH. A tabulação permitirá, por meio de gráficos, tabelas e figuras, além do uso de operações estatísticas simples (percentuais), representar dados quantitativos da pesquisa.

Aplicar-se-á a análise de conteúdo, que se resume,

> [...] conforme o terreno, o funcionamento e o objetivo, como: um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 44).

Toda técnica de análise de dados significa uma metodologia de interpretação. Dessa forma, possui distintos procedimentos, envolvendo a preparação dos dados para a análise, uma vez que esse processo “consiste em extrair sentido dos dados de texto e imagem” (CRESWELL, 2007, p. 194).

No que tange à escolha do procedimento de análise de dados:

> A descodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador (CHIZZOTTI, 2006, p. 98).

Mozzatto e Grzybovski (2011) explicam que Shah e Corley (2006), dentre outros pesquisadores, discorrem sobre a importância e a validade da pesquisa qualitativa,

> [...] demonstrando que acreditam no seu crescimento e aceitação. Os autores incentivam a complementaridade dos métodos qualitativos e quantitativos,

> ressaltando que os estudos organizacionais têm muito a ganhar, ao utilizarem concomitantemente os dois métodos. Ainda referem que pontos negativos estão sendo superados em relação à pesquisa qualitativa, além de que a metodologia está cada vez se mostrando mais consistente, o que muito se deve ao rigor científico que tem demonstrado (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 734).

Na análise de conteúdo não há uma convergência entre os autores quanto à terminologia. Portanto, neste estudo aplicaram-se as etapas segundo Bardin (2006), organizadas em três: 1) Pré-análise; 2) Exploração do material; e 3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

A pré-análise organiza o material a ser analisado para torná-lo operacional, de forma que as ideias iniciais sejam sistematizadas (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2011). De acordo com os autores,

> Trata-se da organização propriamente dita por meio de quatro etapas: (a) leitura flutuante, que é o estabelecimento de contato com os documentos da coleta de dados, momento em que se começa a conhecer o texto; (b) escolha dos documentos, que consiste na demarcação do que será analisado; (c) formulação das hipóteses e dos objetivos; (d) referenciação dos índices e elaboração de indicadores, que envolve a determinação de indicadores por meio de recortes de texto nos documentos de análise (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2011, p. 735).

A exploração do material permite definir as categorias (sistemas de codificação) e identificar as unidades de registro (unidade de significação a codificar corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando à categorização e à contagem frequencial), e as unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro). Esta fase possibilita as interpretações e inferências (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2011).

A terceira fase diz respeito ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Esta etapa é destinada ao tratamento dos resultados; correm nela a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (MOZZATTO; GRZYBOVSKI, 2011).

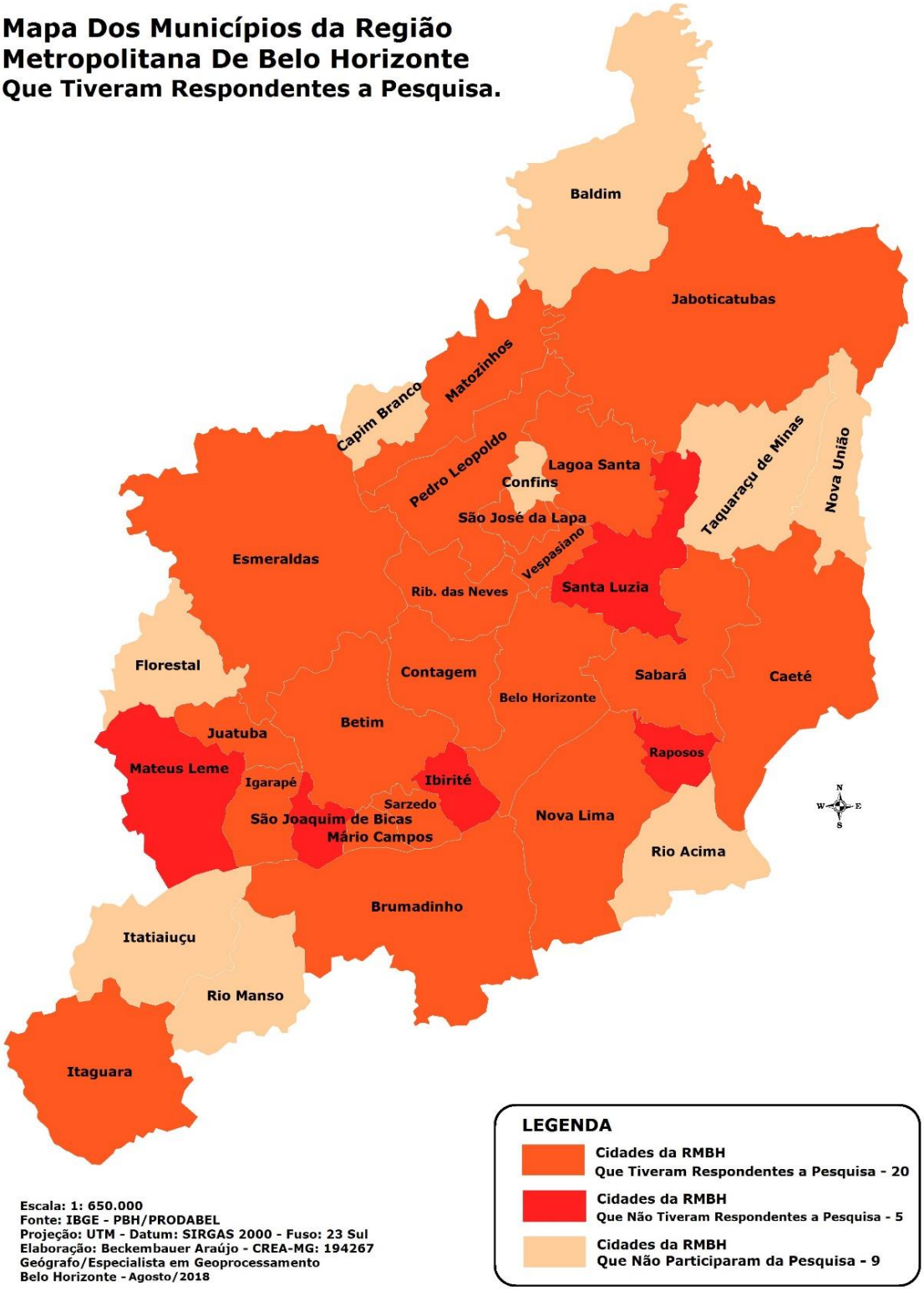
Os mesmos autores destacam as fases da codificação e categorização que possibilitam e facilitam as interpretações e as inferências propostas por Bardin (2006). A codificação “corresponde a uma transformação – efectuada (sic) segundo regras

precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão" (BARDIN, 2006, p. 103). Após a codificação, segue-se para a categorização, que classifica os elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), definindo previamente os critérios. "As categorias, são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos ... sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos" (BARDIN, 2006, p. 117).

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir da aplicação do instrumento de coleta de dados (questionário semiestruturado) e de seu tratamento, análise/interpretação inicial, a pesquisa possibilitou, simultaneamente, fazer algumas inferências sobre o conhecimento que os servidores públicos da RMBH possuem sobre a LAI e esboçar um perfil destes sujeitos. Observando-se os 25 municípios da RMBH que fizeram parte do recorte da pesquisa, 20 representantes responderam ao questionário conforme a Figura 23. Este quantitativo representa 80% de retorno, o que significa uma resposta expressiva diante do total. As análises permitiram traçar outras questões acerca do servidor que trabalha diretamente com a transparência ativa, disponibilizando informações públicas nos portais da transparência dos municípios da RMBH, bem como analisar as questões levantadas no início deste estudo e apresentadas a seguir.

Figura 23 – Municípios que tiveram respondentes à pesquisa

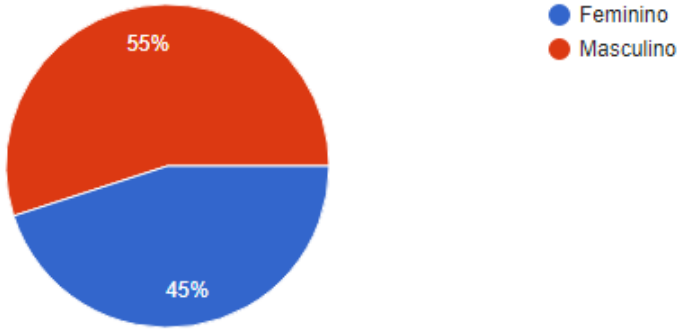


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

4.1 Perfil

Em relação ao sexo dos entrevistados, pode-se observar sua representação no Gráfico 1.

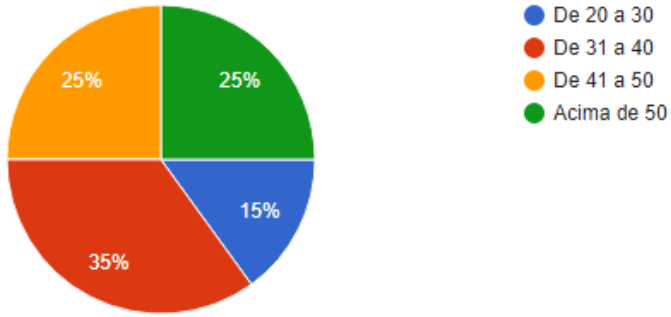
Gráfico 1 – Sexo



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Dos 20 respondentes, responsáveis pela gestão da informação nas instituições pesquisadas, constatou-se que 55% são do gênero masculino. Tal resultado que leva ao entendimento de que talvez tais cargos sejam mais recorrentes, pelas suas características, ao sexo masculino. Este resultado também reflete uma situação nacional de desigualdade; segundo reportagem veiculada em 2017[23], nas empresas as mulheres representam 37% dos cargos de chefia e no setor público elas são apenas 21,7%. A relação entre gênero e ocupação dos cargos caracteriza-se por "quanto mais alto o cargo e a escolaridade, maior a desigualdade de gênero" (PORTAL O GLOBO, 2017).

Gráfico 2 – Idade



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

[23] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>.

Quanto à faixa etária predominam os servidores com idade entre 31 e 40 anos, seguidos por percentuais iguais (25%) do número de servidores nas faixas de 41 a 50 e acima de 50 anos. Tal constatação leva a crer que se trata de um cargo que exige maturidade e até mesmo experiência para ter habilidade com questões acerca de informação pública, uma vez que se trata de temas sensíveis para a instituição e para a sociedade.

Tabela 1 – Escolaridade

ESCOLARIDADE	FREQUÊNCIA	%
Ensino fundamental	0	0
Ensino médio	0	0
Ensino médio técnico	1	5,0
Graduação	8	40,0
Especialização	8	40,0
Mestrado	3	15,0
Doutorado	0	0
Total	**20**	**100,0**

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Conforme a Tabela 1, 80% dos entrevistados possui graduação ou especialização. Apenas um entrevistado possui ensino médio. Observa-se que, de certa forma, trabalhar com a informação pública exige qualificação.

Para os entrevistados de nível médio ou acima foi solicitado que descrevessem o nome do curso e a instituição de ensino na qual estudaram, conforme o Quadro 4.

Quadro 4 – Cursos e Instituição de Ensino

(Continua)

RESPONDENTES	CURSOS (INSTITUIÇÃO)
A	Sistemas para Internet (INED/Pitágoras)
B	Administração (UFV), Especialização em Gestão Pública Municipal (UEMG)
C	Comunicação Social - Jornalismo (Faculdade Pitágoras)
D	Bacharel em Jornalismo (UNIBH), Pós-graduação em Marketing e Comunicação, Comunicação Empresarial, Marketing Político e Marketing para Terceiro Setor (UNIBH)
E	Ciência da Computação
F	Ciências Econômicas (Unifemm)
G	Administração, Estado, Governo e Políticas públicas
H	Relações Públicas
I	Bacharel em Comunicação Social - PUC MG; Pós-Graduação em Marketing - Fundação Pedro Leopoldo
J	Graduação em Ciências Contábeis (Faced Divinópolis); Pós-Graduação em Gestão Pública e controle de resultados (TCEMG)

Quadro 4 – Cursos e Instituição de Ensino

(Conclusão)

RESPONDENTES	CURSOS (INSTITUIÇÃO)
J	Graduação em Ciências Contábeis (Faced Divinópolis); Pós-Graduação em Gestão Pública e controle de resultados (TCEMG)
K	Mestre em Direito Público (Fumec), Direito (Fumec). Pós-graduado em Direito Processual: Grandes Transformações, Direito Processual Civil e Gestão Pública (Fumec). MBA em Engenharia e Inovação (Fumec) - Ver em: http://lattes.cnpq.br/2918870692134550
L	Instituto LACOAN
M	Graduado em História. MBA em Gestão Pública Municipal (Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo). Especialização em Gestão Pública Municipal (Universidade Estadual de Minas Gerais). Pós-graduando em Gestão Pública e Controle com foco em resultados (Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo)
N	Técnico em Mineração (Escola Técnica Vital Brasil), Bacharel em Administração Com Habilitação em Gestão Ambiental e Recursos Hídricos (PROMOVE), Especialista em Sistemas de Informação (UFLA), Analista de Sistemas (UFMG), MBA em Gestão Empresarial (CEFET), MBA Business Intelligence (POSITIVO), Mestrando em Administração (PEDRO LEOPOLDO)
O	Administração (Newton Paiva), MBA Planejamento e Gestão Estratégica (UNINTER)
P	Ciência da Computação
Q	Bacharel em Direito (Puc Minas), Especialista em "Advocacia Pública" e em "Direito Penal e Processo Penal"
R	Bacharel em Ciências Contábeis (UIT-2008) e Bacharel em Direito (UIT-2017)
S	Graduada em Direito com Pós-Graduação em Ciências Penais (PUC Minas)
T	Processamento de Dados (INETEC) - Gestão Financeira (ESULTRA)

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Analisando a trajetória acadêmica dos respondentes, observa-se o quanto a maioria é qualificada majoritariamente na área de TIC, seguida da área de Direito. Mas observam-se formações pertinentes em relação à gestão de informação, como nas áreas de Comunicação e Gestão Pública. O trato com a informação demanda qualificação, tanto que, conforme visto na Tabela 1, os respondentes têm em sua maioria graduação. Mas, de forma bem significativa, a maioria graduada é bem mais qualificada, com especializações e alguns com mestrado, o que leva a inferir que os servidores que ocupam cargos na gestão da informação estão preparados minimamente para a atividade.

4.2 Trajetória profissional

O Quadro 5 apresenta um demonstrativo da trajetória profissional dos respondentes.

Quadro 5 – Local de exercício e Cargo

RESPONDENTES	LOTAÇÃO / LOCAL DE EXERCÍCIO	CARGO
A	Diretoria de Internet e Transparência (Secretaria de Comunicação - Prefeitura de Contagem)	Diretor de Internet e Transparência
B	Secretaria de Governo (Prefeitura Municipal de Jaboticatubas)	Superintendente de Desenvolvimento Econômico e Relações Institucionais
C	Secretaria de Planejamento e Gestão (Prefeitura Municipal de Esmeraldas)	Assistente Administrativo
D	Assessoria de Comunicação (Prefeitura Municipal de Brumadinho)	Assessora de Comunicação
E	Pública (Prefeitura Municipal de Sarzedo)	Analista de Tecnologia da Informação
F	Secretaria de Administração e Planejamento (Prefeitura Municipal de Matozinhos)	Assistente Administrativo
G	Prefeitura Municipal de São José da Lapa	Assessora de Assuntos Parlamentares
H	Assessoria de Imprensa (Prefeitura Municipal de Vespasiano)	Relações Públicas
I	Secretaria Municipal de Governo e relacionamento com o Cidadão (Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves)	Superintendente de Comunicação
J	Secretaria Municipal de Fazenda (Prefeitura Municipal de Juatuba)	Secretária Municipal de Fazenda
K	Diretoria de Transparência (PBH)	Diretor de Transparência
L	Gerência de Tecnologia da Informação (Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo)	Gerente de Tecnologia da Informação
M	Escritório de Projetos - Secretaria de Gestão (Prefeitura de Lagoa Santa)	Assessor Técnico Apostilado
N	Governança (Prefeitura Municipal de Caeté)	Assessoria
O	Prefeitura Municipal de Sabará	Secretário de Administração
P	Superintendência de Tecnologia da Informação (Prefeitura de Betim)	Analista de Sistemas
Q	Prefeitura Municipal de Igarapé	Controlador Geral do Município
R	Secretária de Gestão e Planejamento (Prefeitura Municipal de Itaguara)	Contadora
S	Advocacia Geral (Prefeitura de Mário Campos)	Advogada Geral
T	Secretaria de Administração (Prefeitura de Nova Lima)	Coordenador de Tecnologia da Informação

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Analisando-se a trajetória profissional dos respondentes, foram solicitadas a lotação, o local de exercício dos servidores e o cargo ocupado. Dos cargos relatados somente dois estão diretamente ligados à transparência e dois são ligados à área de comunicação; entretanto, conforme se observa a formação da maioria na área de TIC, quatro dos cargos também estão ligados à mesma área. Observa-se o quanto a gestão da informação demanda conhecimento de tecnologias.

Na Tabela 2 apresenta-se a natureza do vínculo dos respondentes na instituição.

Tabela 2 – Natureza do Vínculo

VÍNCULO	FREQUÊNCIA	%
Efetivo	7	35,0
Efetivo em cargo comissionado	2	10,0
Cargo comissionado/ cargo de confiança	8	40,0
Contrato temporário CLT	1	5,0
Contrato temporário	1	5,0
Agente político	1	5,0
Total	**20**	**100,0**

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

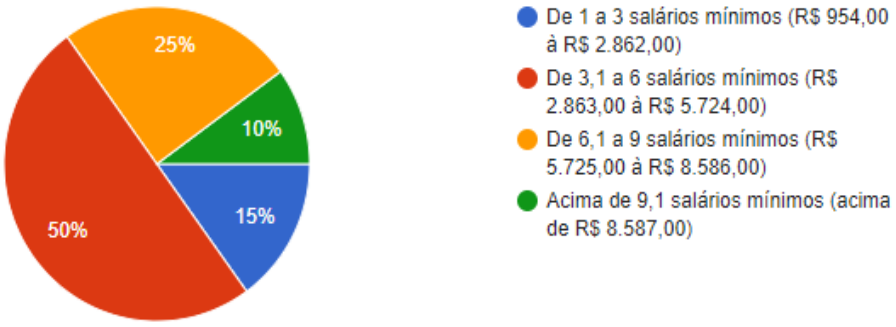
Quanto ao tipo de vínculo dos respondentes, menos da metade dos entrevistados (45,0%) é efetiva no âmbito da gestão municipal. É bastante significativo o percentual dos que se encontram em cargo comissionado (40%), o que pode levar a depreender que é um quadro flutuante e que pode desestabilizar o conhecimento agregado da instituição em uma possível perda de cargo decorrente de mudanças de gestão. Essa perda de conhecimento pode refletir diretamente na qualidade e continuidade do atendimento às demandas de acesso à informação.

Cabe esclarecer sobre os cargos que o cargo efetivo é aquele preenchido com a conjectura de continuidade e permanência do ocupante no desempenho das atribuições, dando sentido ao termo efetividade conforme art. 41 da CF. Já o efetivo em cargo comissionado é um cargo ocupado com atribuições de direção, chefia e assessoramento. O cargo de confiança é o mesmo caso do cargo em atribuição, porém o comissionado pode não ser servidor efetivo e o cargo de confiança tem de ser ocupado por um servidor efetivo. O contrato temporário e o contrato temporário pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passam por um processo seletivo simplificado para atender respectivamente a uma demanda pontual ou a uma área na qual não houve ou não há previsão de concurso específico (BRASIL, 1988). O agente político é o servidor detentor de um cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, que não se sujeita ao processo administrativo disciplinar[24].

O Gráfico 3 apresenta a faixa salarial referente ao cargo.

[24] Disponível em: <https://cfa.org.br/qual-a-diferenca-entre-agente-politico-agente-publico-servidor-publico-empregado-publico/>.

Gráfico 3 – Faixa salarial referente ao cargo



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Metade dos servidores respondentes recebe de R$ 2.863,00 a R$ 5.724,00, o que corresponde à faixa entre 3,1 a 6 salários mínimos. A seguir vêm os que recebem entre 6,1 e 9 salários mínimos. Observa-se que a remuneração não está nos níveis mínimos e pode-se considerar uma remuneração adequada em proporção à remuneração média do brasileiro com carteira assinada, segundo pesquisa do IBGE (SILVEIRA, 2017, *on-line*). Em pesquisa realizada ao longo de 2016 e divulgada em 2017, o IBGE apontou que metade dos trabalhadores tem renda menor que um salário mínimo; em números, 15% menos que o teto do salário mínimo. “Naquele ano, o salário mínimo era de R$ 880. Dos 88,9 milhões de trabalhadores ocupados no ano, 44,4 milhões recebiam, em média, R$ 747 por mês” (SILVEIRA, 2017, *on-line*).

4.3 Informática

No Quadro 6, a seguir, apresenta-se o nível de conhecimento dos servidores em informática, considerando o nível de conhecimento de cada programa de informática por parte dos 20 respondentes.

Quadro 6 – Nível de Conhecimento em Informática

	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO	AVANÇADO	NÃO SEI UTILIZAR
Word	1	5	14	0
Excel	2	7	11	0
Access	8	5	4	3
Power Point	3	9	8	0
Acrobat	3	7	9	1
Winzip	4	9	7	0
Internet	2	3	15	0

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Como esperado para o trabalho na área investigada, de modo geral é elevado o nível de conhecimento acerca da maioria dos programas de computador relacionados. A

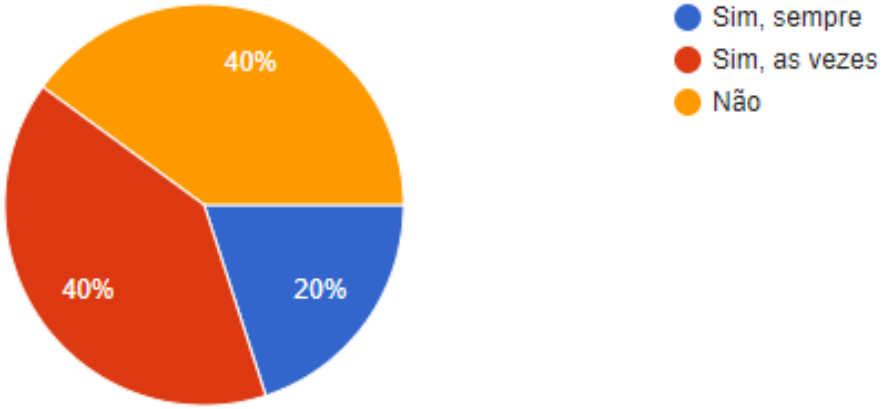
exceção é o Access, que alcançou 55% somando-se as alternativas “básico” e “não sei utilizar”.

A totalidade dos respondentes possui acesso ao microcomputador no local de trabalho, o que caracteriza um atendimento a condições mínimas de infraestrutura, uma vez que se trata de servidores que atualizam ou inserem informações nos portais de transparências de seus municípios. Observa-se, sobretudo, que isso qualifica tanto a instituição quanto o servidor, por possuírem recursos administrativos para a atividade a que se destinam.

4.4 Demandas informacionais

O tempo para estudo no local de trabalho foi analisado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Tempo para Estudo no Local de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Primeiro, perguntou-se aos servidores se teriam tempo disponível para estudar, com os colegas, temas direcionados ao trabalho que desenvolvem. A alternativa “não” alcançou expressivos 40%. E, somando-se aos que às vezes têm tempo disponível, chega-se a 80% das respostas. Para os servidores que não possuem tempo disponível para estudar (12 do total) foi perguntado se gostariam que fosse instituído um tempo no trabalho para estudo em grupo e a totalidade dos 12 servidores respondeu positivamente.

Na Tabela 3 apresentam-se temas nos quais os servidores têm interesse para estudo e trabalho. As respostas podiam ser múltiplas.

Tabela 3 – Temas de Interesse

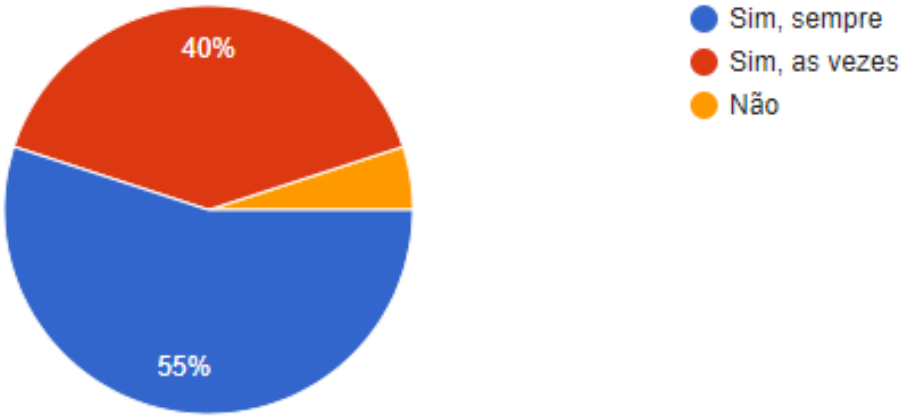
TEMAS DE INTERESSE	FREQUÊNCIA*	%
Gestão/ gestão pública/ gestão de projetos	5	13,5
Direito público administrativo	4	10,8
Informática/ tecnologia/ TI	4	10,8
Contabilidade/ finanças	3	8,1
Comunicação/ publicidade	3	8,1
Administração pública/ teorias da administração/ estudos administrativos	3	8,1
Legislação	2	5,4
Serviço público	1	2,7
Direito tributário	1	2,7
Lei de Acesso à Informação – LAI	1	2,7
Governança	1	2,7
Compliance	1	2,7
Matemática aplicada	1	2,7
Big Data	1	2,7
Transparência	1	2,7
Redes Sociais	1	2,7
Atualização	1	2,7
Ouvidoria	1	2,7
Política	1	2,7
Nada a declarar	1	2,7
Total de respostas	**37**	**100,0**

Nota: múltiplas respostas
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Cabe esclarecer que os temas não foram sugeridos no questionário e que a incidência de temas diretamente ligados à temática da pesquisa e relativamente ligados à atividade exercida no contexto da transparência ativa são TIC (4), Comunicação e publicidade (3), Legislação (2), Lei de Acesso à Informação (1), Transparência (1), Serviço público (1), Ouvidoria (1), Política (1) e Redes Sociais (1).

O Gráfico 5 representa o quanto os servidores têm acesso às informações produzidas pela instituição.

Gráfico 5 – Acesso às Informações produzidas pela instituição

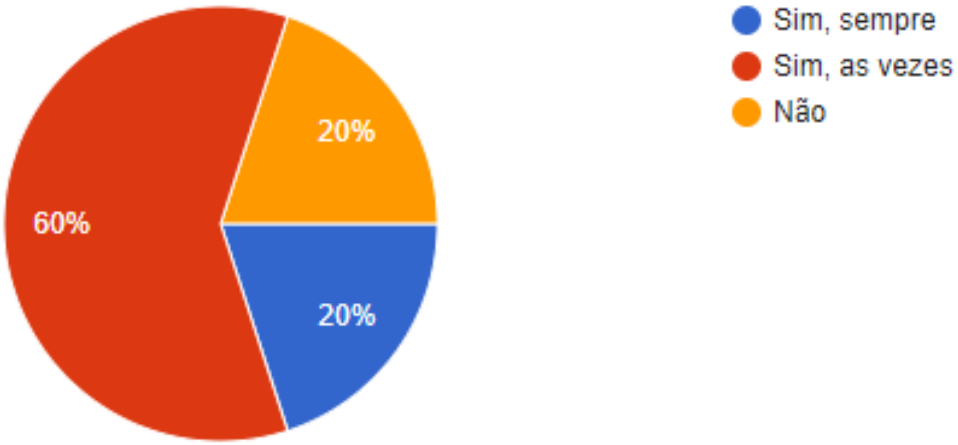


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Mais da metade dos respondentes (55%) sempre tem acesso às informações produzidas pela instituição na qual trabalham, como relatórios, textos produzidos pelos técnicos, documentos, avaliações etc. E, somando-se os que “às vezes” possuem tal acesso, esse índice chega a 95%, contribuindo para a prática da gestão da informação pública citada por Barbosa (2008) e Lima (2016), bem como estabelecendo um ambiente favorável à cultura informacional dentro da perspectiva do compartilhamento.

O Gráfico 6 apresenta o quanto são acessadas as informações produzidas externamente à instituição na qual os servidores trabalham.

Gráfico 6 – Acesso às informações produzidas externamente à instituição



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Em relação às informações produzidas externamente à instituição na qual trabalham, a opção “às vezes” foi a mais citada para 60% dos entrevistados. Tanto os que sempre

têm acesso quanto os que não possuem acesso alcançaram 20%. Isso leva a se considerar que existe uma lacuna a ser abordada, ponderando as necessidades institucionais, que pode proporcionar mais qualidade às informações e demandas informacionais.

Considerando o acesso a fontes de informação, na Tabela 4 são apresentadas as fontes e formas mais consideradas pelos respondentes.

Tabela 4 – Formas para obter informações

Fontes	Formas que gostaria de utilizar – Frequência*	%	Formas que utiliza – Frequência*	%
Documentos oficiais	16	14,8	13	14,1
Livro	6	5,5	5	5,4
Jornal/Periódico (revista)	9	8,3	7	7,6
Vídeo	6	5,5	5	5,4
Pessoas da instituição	9	8,3	12	13,0
Pessoas externas	5	4,6	5	5,4
Biblioteca Interna (Centro de Memória)	5	4,6	1	1,1
Biblioteca externa	3	2,8	0	0
Internet – Base de dados	14	13,0	14	15,2
Internet – Lista de discussão	6	5,5	4	4,3
Internet – Endereços web	11	10,2	11	12,0
Internet – Redes sociais	7	6,5	8	8,7
Intranet	10	9,2	5	5,4
Assessorias	1	0,9	1	1,1
E-mail	0	0	1	1,1
Total	**108**	**100,0**	**92**	**100,0**

Nota: múltiplas respostas.
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

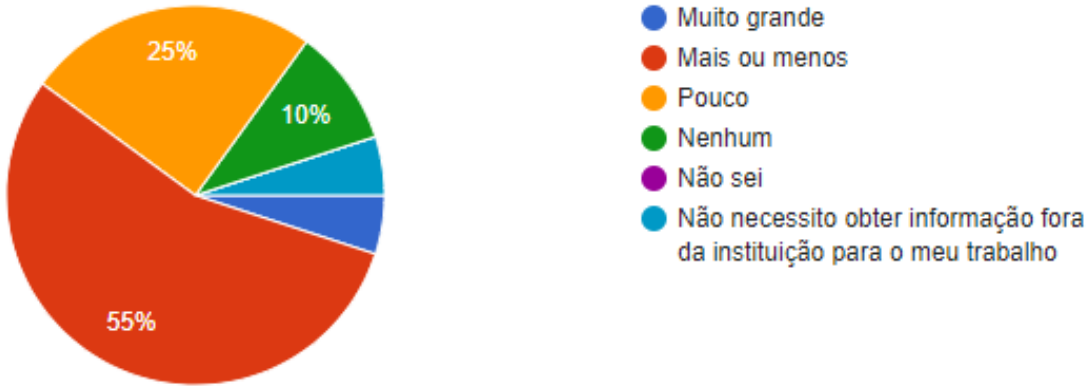
Foi perguntado aos entrevistados quais as formas que gostariam de utilizar para obter informações em relação ao seu trabalho e quais as fontes de informação que efetivamente utilizam. Em relação às fontes que mais gostariam de utilizar, foi respondido, em sua maioria, “documentos oficiais”, seguidos por “base de dados” e “endereços da web”. É pertinente observar o quanto são importantes as fontes oficiais internamente às instituições, o que pode refletir diretamente no comportamento do

cidadão demandante de informação pública a partir do servidor, que também é um cidadão que, fora da sua esfera profissional, é um demandante de informação pública.

Já as formas que utilizam com mais frequência são as “bases de dados”, seguidas por “documentos oficiais” e “pessoas da instituição”. Percebe-se que a busca por informações em um primeiro momento é dada pelas bases de dados, provavelmente pela facilidade de acesso; mais uma reflexão a fazer quanto à demanda do cidadão ser atendida em um primeiro momento nos portais da transparência, uma vez que são meios mais rápidos de acesso à informação pública.

O grau de dificuldade para obter informação fora da instituição é apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Grau de dificuldade para obter informação fora da instituição



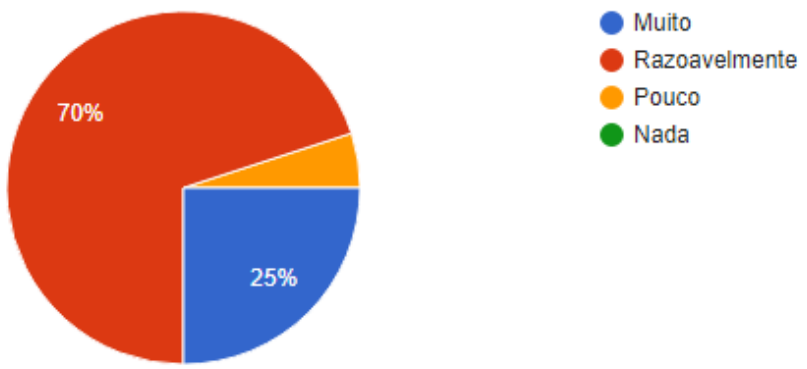
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Aqueles que relatam algum grau de dificuldade para obter informação fora da instituição perfazem 60% dos respondentes. Apenas dois servidores disseram não ter nenhum problema para obter essas informações. O nível de dificuldade nesse grau de porcentagem revela uma complicação que pode ocorrer na fase de recuperação de informação do ciclo informacional, segundo Ponjuán Dante (1998). Dessa maneira, se existe dificuldade de recuperar informação interna ou externa à instituição, todo o restante do ciclo fica comprometido.

4.5 Gestão da informação pública

No Gráfico 8, apresenta-se o grau de conhecimento sobre a LAI.

Gráfico 8 – Grau de conhecimento sobre a Lei de Acesso a Informação (LAI)

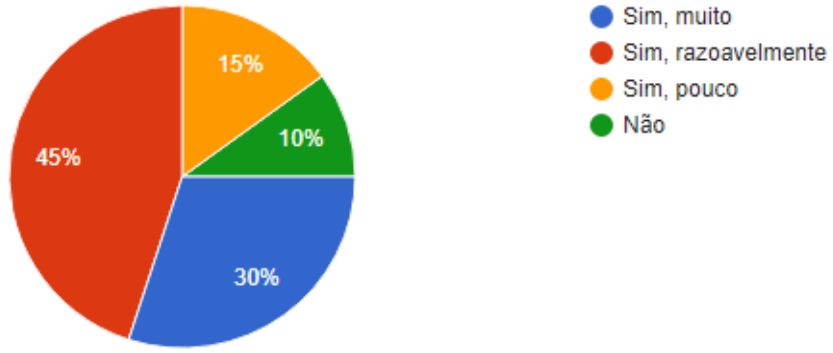


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O expressivo percentual de 70% dos servidores pesquisados disse conhecer razoavelmente a LAI. Somando-se os que conhecem muito a referida lei, esse percentual atinge 95%. Este aspecto retoma um dos dilemas da implementação da LAI, conforme pesquisa da Article 19 (2011) no que tange à capacitação. Em um evento sobre a LAI nas universidades foi observado que para muitos dos servidores que entram em uma instituição pública não é cobrado conhecimento sobre a LAI e nem mesmo recebem treinamento sobre o assunto. Há casos em que a equipe de Serviço de Informação ao Cidadão, bem como as autoridades de monitoramento da LAI nas instituições, eram simplesmente os mesmos responsáveis pela Ouvidoria, que, na verdade, trata-se de uma outra vertente de atendimento. Isso compromete a qualidade da prestação do serviço de atendimento a demandas em qualquer instituição.

No Gráfico 9, é retratado o quanto os servidores têm conhecimento sobre a diferença entre transparência ativa e transparência passiva no contexto da LAI.

Gráfico 9 – Diferença entre transparência ativa e transparência passiva no contexto da LAI

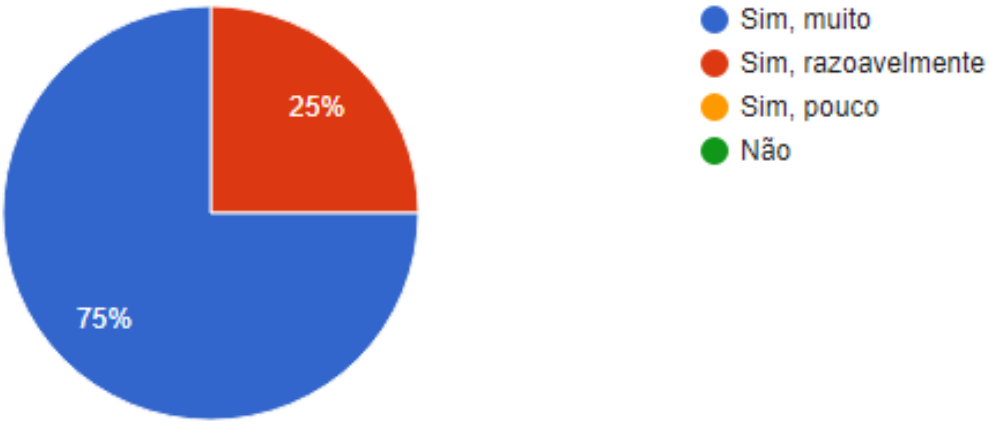


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A diferença entre transparência ativa e passiva é bem conhecida ou razoavelmente conhecida por 75% dos respondentes. Este conhecimento é pertinente para que as demandas sejam bem tratadas dentro dos dois aspectos. O servidor que conhece a lei, seus trâmites e, principalmente, sua forma de atender o cidadão, está muito à frente em relação ao domínio da temática, podendo atender às demandas com muito mais discernimento, prontidão e qualidade. Supostamente, trata-se de uma pessoa mais apta à cultura informacional e à gestão da informação pública.

O conhecimento por parte dos servidores quanto ao objetivo de um portal da transparência é indicado no Gráfico 10.

Gráfico 40 – Objetivo de um portal da transparência



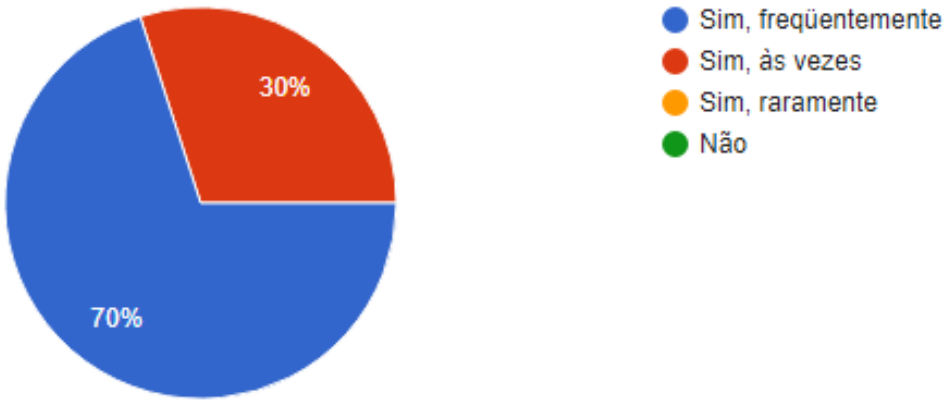
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O objetivo de um portal da transparência é claro para a totalidade dos entrevistados. No contexto de atuação dos servidores é uma evidência muito importante, mas é uma

característica tão intrínseca quanto conhecer muito sobre a diferença entre transparência ativa e passiva.

A utilização de algum portal da transparência por parte dos respondentes é expressada no Gráfico 11.

Gráfico 51 – Utilização de algum portal da transparência

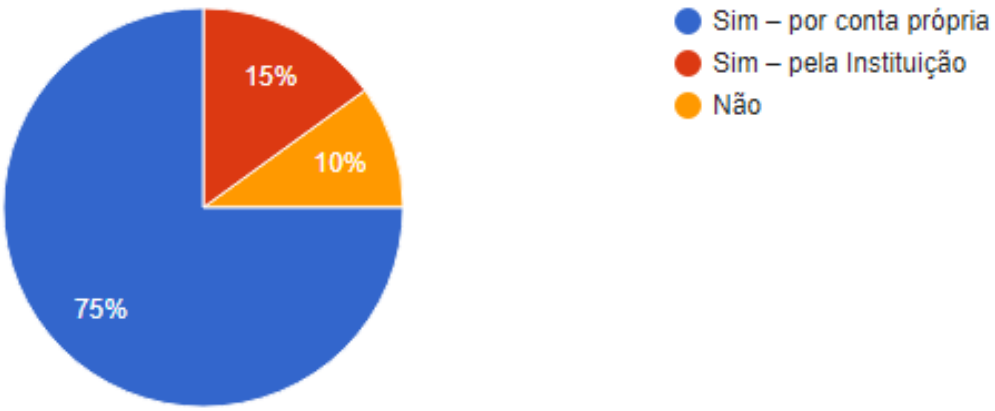


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Quanto à utilização de um portal da transparência por parte dos servidores, cerca de 70% utilizam-no frequentemente e outros 30% “às vezes”. É importante a prática do uso até mesmo para avaliar o portal do seu município ou conhecer outros para implementar boas práticas. Isso faz parte do contexto da capacitação do servidor, mas também da apropriação dessa ferramenta pelo servidor, que também é cidadão.

A seguir, no Gráfico 12, apresenta-se o recebimento de capacitações para exercer as funções que os servidores desempenham.

Gráfico 62 – Recebimento de capacitação para exercer as funções que desempenha



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O investimento das instituições em capacitações para os servidores deixa a desejar, uma vez que cerca de 75% tiveram de fazê-las por conta própria e outros 10% não passaram por nenhum tipo de capacitação. Apenas três dos respondentes tiveram capacitações na área em que trabalham oferecidas pela instituição, correspondendo a 15% do total de servidores. As capacitações refletem diretamente na qualidade da prestação de atendimento ao cidadão, e mesmo que a maioria dos respondentes busque conhecimento por conta própria, as instituições devem ater-se a esta questão e investirem nesta qualificação específica visando cumprir a lei de forma qualificada.

As capacitações realizadas estão discriminadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Capacitações realizadas

RESPONDENTES	CAPACITAÇÕES REALIZADAS
A	Seminários e ensinamentos dos colegas de trabalhos
B	Curso de WEB, Capacitações presenciais Rede Siconv-Governo de Minas, Capacitação AMAV-Caixa Econômica Federal
C	Curso de Administração do programa utilizado, Workshop sobre LAI
D	Workshop sobre LAI
E	Palestras
G	Cursos, pesquisas, pós-graduação
H	Seminário AMM, busca de informações, treinamento com a empresa que desenvolveu o site da prefeitura
J	Cursos Web, seminários do TCEMG, AMM, CRC
K	Ver em http://lattes.cnpq.br/2918870692134550
L	Cursos online de gestão pública etc.
M	Licitações e Contratos - Pregão - Seminários diversos TCE-MG - LAI - Controle Interno - Gestão de Projetos - Arquivos - Gestão do conhecimento - Agente de Desenvolvimento - Cursos diversos sobre a administração pública
O	30 anos de atividades administrativas no governo do estado de Minas Gerais ocupando cargos de chefia
P	Cursos de desenvolvimento de sistemas
Q	Cursos no Tribunal de Contas
R	Cursos do TCEMG
T	Não se aplica (1)
F, I, N, S	Nada a declarar (4)

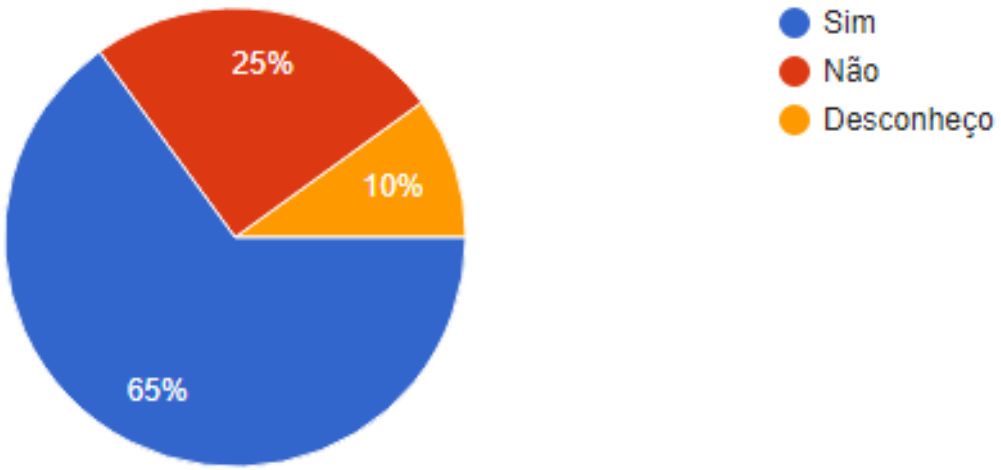
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Percebe-se que, em sua maioria, as capacitações feitas pelos servidores são principalmente na área de TIC, o que se relaciona, de certa forma, diretamente com a

formação dos servidores apresentada anteriormente na área de TIC e sua lotação na instituição. Além disso, o conhecimento em TIC é muito relevante porque são ferramentas-base para implantação e implementação da transparência ativa nos municípios.

A existência de equipe de Serviço de Informação ao Cidadão é apontada no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Existência de equipe de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) na sua instituição

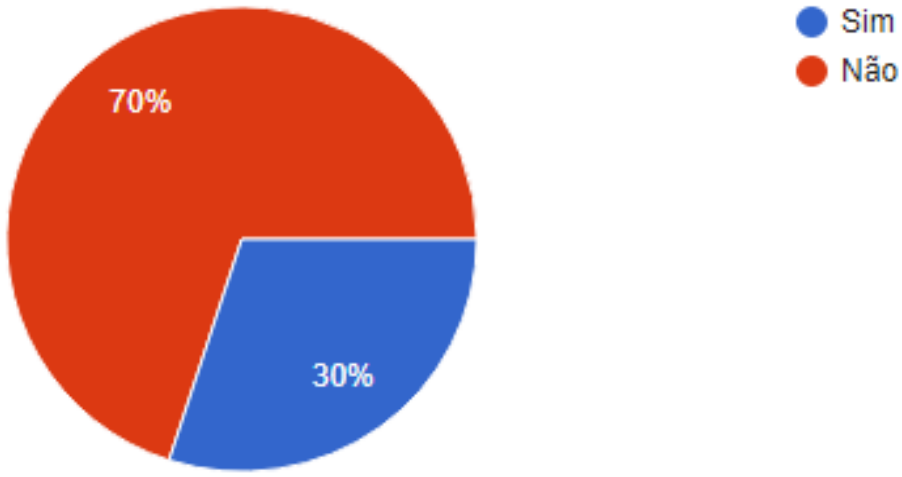


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Na maioria das instituições existe uma equipe específica de Serviço de Informação ao Cidadão, conforme 65% dos respondentes. Na instituição na qual trabalham cinco dos servidores não existe essa equipe e outros dois respondentes desconhecem sua existência. Em se tratando de uma estrutura que visa atender demandas informacionais do cidadão, observa-se que a equipe deveria existir em todas as instituições estudadas, convergindo com os interesses de atendimento da transparência ativa. O fato de dois respondentes nem conhecerem a existência da equipe remete à necessidade de estruturação das ações para atendimento ao cidadão, cumprindo-se a lei em sua forma plena.

No Gráfico 14 apresenta-se a relação dos respondentes com a equipe de SIC.

Gráfico 14 – Membros da equipe do SIC



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Conforme exposto no gráfico, dos 13 respondentes que confirmaram a existência da equipe de SIC em suas instituições, aproximadamente metade (seis servidores) faz parte dessa equipe. Reafirmando o que já foi dito anteriormente quanto à necessidade de relação dessa estrutura institucional com a implementação da transparência ativa, são ações complementares que solidificam a aplicação da lei nas instituições.

A Tabela 5 mostra a frequência de implantação da política de acesso à informação institucional.

Tabela 5 – Política de acesso à informação

POLÍTICA	FREQUÊNCIA	%
Foi implantada e instituída uma política informacional (gestão de informação e gestão de documentos)	14	37,8
Foi feita sensibilização dos servidores do órgão quanto aos seus deveres frente ao direito de acesso à informação do cidadão	12	32,4
Na realização de concurso/processo seletivo o edital previu a cobrança de conhecimentos sobre a LAI	2	5,4
Foi destinado recurso orçamentário para implantação/melhoria da política de acesso à informação	9	24,3
Total de respostas	**37**	**100,0**

Nota: múltiplas respostas.
Fonte: Elaborado pela autora.

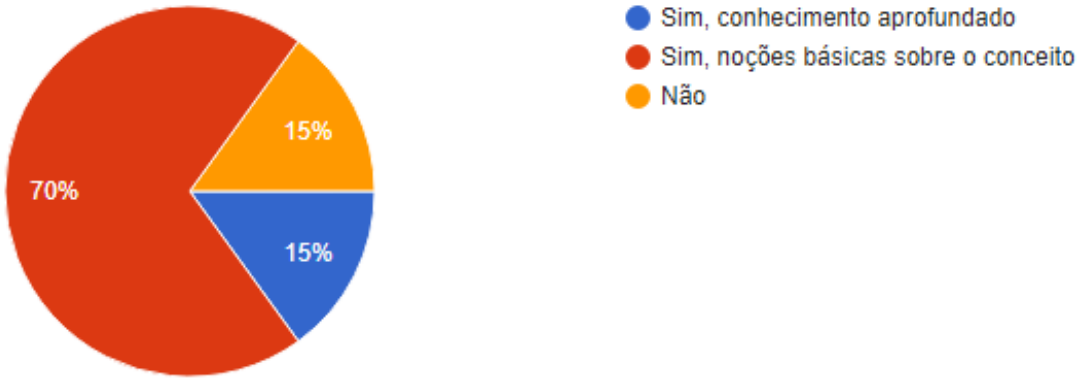
Sobre a política de acesso à informação adotada pela instituição, verifica-se que foi implantada e instituída em 37,8% dos casos e em mais de 30% dos casos foi realizada uma sensibilização aos servidores. A política de informação é mais um dos

importantes aspectos complementares na prática da LAI nas instituições públicas. Uma instituição, conforme foi mencionado anteriormente, tanto produz quanto ela mesma demanda suas informações. No entanto, esse processo deve estar fundamentado tanto para o acesso interno, cumprindo o ciclo informacional, quanto para o acesso externo, considerando as questões de sigilo, mesmo que a regra seja a publicidade máxima.

4.6 Dados abertos

O Gráfico 15 mostra o quanto os servidores conhecem sobre dados abertos.

Gráfico 75 – Conhecimento sobre dados abertos



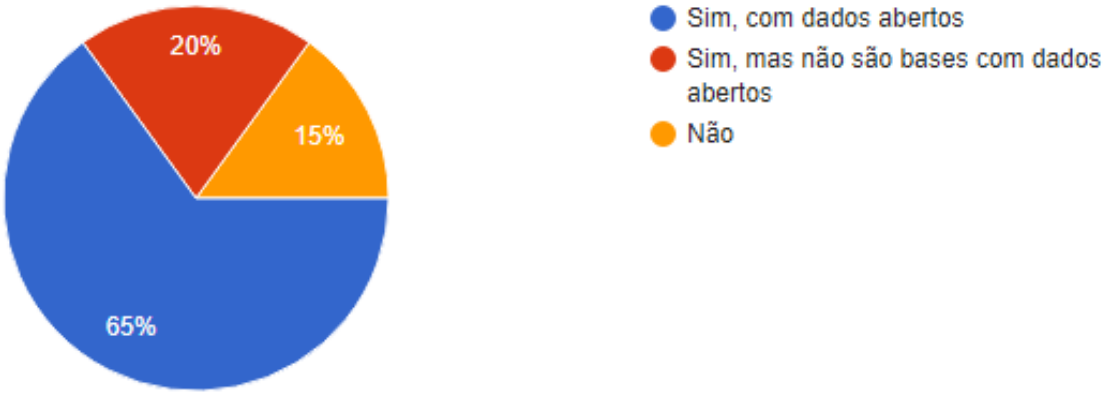
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A maioria dos respondentes disse ter noções básicas sobre dados abertos e apenas 15% um conhecimento aprofundado e, ainda, outros três dos pesquisados não conheciam o conceito. Em se tratando de profissionais responsáveis pela transparência ativa, trata-se de um conceito que deveria estar mais difundido porque é a tendência atual para a disponibilização de informações nos portais da transparência. É mais uma forma de cumprir a LAI, permitindo que o demandante de informação pública tenha acesso a dados públicos de forma que possam ser manipulados de acordo com a necessidade do cidadão. Dessa forma, é importante esclarecer que o fato de um dado estar disponível para *download* na página da instituição na internet não significa necessariamente que ele seja aberto. De acordo com a Fundação do Conhecimento Aberto, os dados governamentais são

considerados abertos quando: (1) são completos; (2) são primários; (3) estão atualizados; (4) são acessíveis; (5) são processáveis por máquina[25].

A publicação de bases de dados em transparência ativa é apresentada no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Publicação de bases de dados em transparência ativa



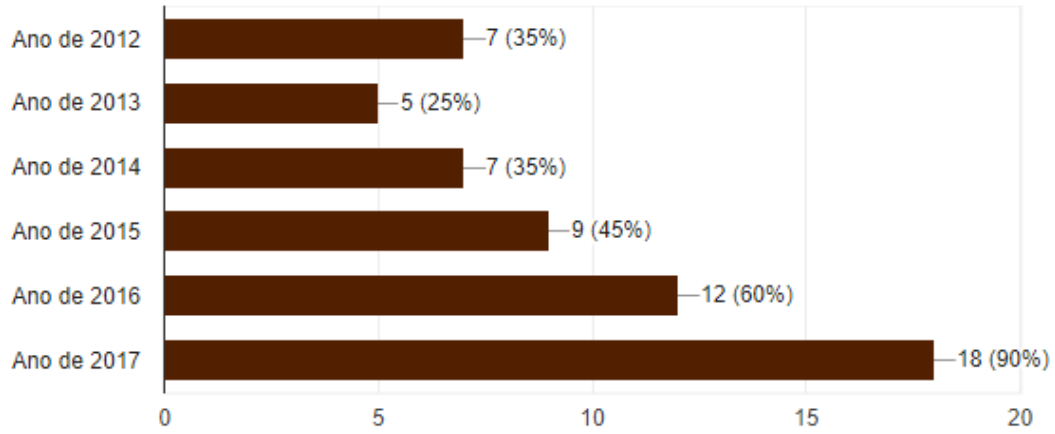
Fonte: elaborado pela autora, 2018.

No caso de 65% dos entrevistados das instituições públicas pesquisadas existem bases de dados em transparência ativa. No caso de quatro delas existe a publicação de informações, mas não com dados abertos, ou seja, não cumpre o disposto na lei. Bases de dados ou bancos de dados são coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo. A disponibilidade de bases de dados é uma característica relevante para a transparência ativa, estabelecendo maior transparência das informações ao cidadão.

O Gráfico 17 expõe os anos em que as instituições têm publicado bases de dados abertas desde a implantação da LAI.

[25] Tribunal de Contas da União. "Cinco motivos para a abertura de dados na Administração Pública". Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/cinco-motivos-para-a-abertura-de-dados-na-administracao-publica.htm. Acesso em: 04 set. 2018>.

Gráfico 17 – Anos em que a instituição publicou base de dados



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

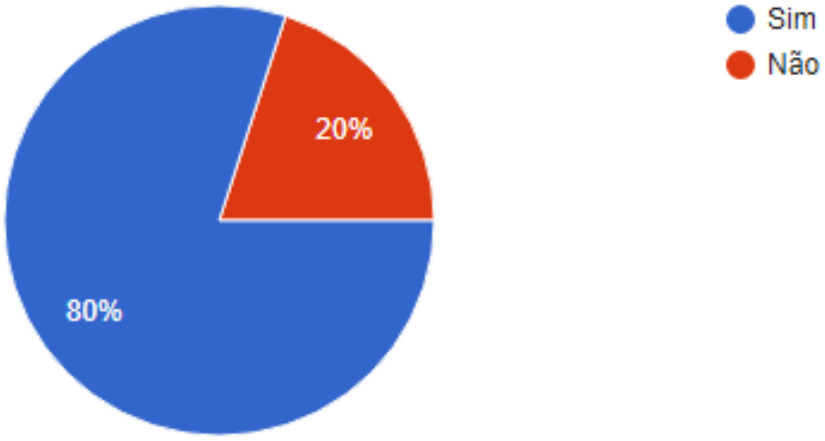
Pode-se verificar que houve um crescimento contínuo nas publicações de bases de dados de 2013 a 2017. Esse crescimento leva a verificar a busca pela prática da LAI no aspecto transparência ativa e o cumprimento de suas diretivas, possibilitando a prática cada vez maior da transparência.

É oportuno esclarecer que 75% das instituições dos respondentes não possuem catálogo de seus dados abertos, o que dificulta não só o acesso da instituição a esses dados, mas também a disponibilização no portal da transparência. O Catálogo de Dados é uma lista das bases de dados que o órgão possui, com informações sobre elas. Sugere-se que sejam apresentadas as seguintes informações, no mínimo: a) nome da base; b) formato dos dados; c) se base é pública ou não; d) se for pública, link para acesso e procedimentos para acesso; e) periodicidade de atualização; e f) série histórica. Diante de um catálogo dos dados abertos é possível verificar tudo o que se tem de dados abertos e o que ainda não se tem, permitindo melhor controle e acesso rápido não só para disponibilização, mas também para gestão das bases.

4.7 Transparência ativa

De acordo com o Gráfico 18, observa-se o quanto a divulgação das informações no site observa o modelo de acessibilidade do Governo Federal.

Gráfico 18 – Divulgação das informações no *site* observa o Modelo de Acessibilidade do Governo Federal



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

O Governo Federal estabelece um modelo de acessibilidade em que a CGU recomenda medidas necessárias que possam garantir o acesso às informações públicas por pessoas com deficiência. Claro que adotar essas medidas é uma relação muito ampla, porém existe um mínimo a ser atendido e o Brasil segue padrões internacionais aplicados no país, chamado de Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico (e-MAG).

Como os critérios não são bem definidos, consideram-se minimamente os recursos de visualização de fontes em vários tamanhos e o recurso de alto contraste, que disponibiliza o conteúdo do portal em um diagrama de cor diferenciado do diagrama normal, exibindo os caracteres totalmente brancos em um fundo totalmente preto ou vice-versa (RESENDE, 2014). De acordo com 80% dos respondentes a divulgação das informações nos portais está de acordo ao modelo de acessibilidade do Governo Federal. Desta forma, dos 20 portais da transparência das instituições que tiveram respondentes, 18 estão de acordo com o e-MAG, o que significa um quantitativo a se considerar pertinente, mas não o ideal. Não se adentra em detalhes quanto ao tipo de recurso que os portais atendem, pois não era o objetivo da pesquisa.

Na Tabela 6 verificam-se quais recomendações quanto à transparência ativa para um portal da transparência são cumpridas, assim como sua frequência.

Tabela 6 – Sítio eletrônico da instituição

SÍTIO POSSUI	FREQUÊNCIA	%
Ferramenta de pesquisa de conteúdo	20	18,5
Possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos	14	13,0
Possibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquinas	9	8,3
Divulgação detalhada dos formatos utilizados para estruturação da informação	12	11,1
Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso	15	13,9
Mecanismo de atualização das informações	14	13,0
Indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade	18	16,7
Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência	6	5,6
Total de respostas	**108**	**100,0**

Nota; múltiplas respostas.
Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Observa-se que, segundo os respondentes, os portais da transparência cumprem o item sobre ferramenta de pesquisa em 18,5% dos casos, indicam local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade em 16,7% dos casos; em 13,9% dos casos os portais possuem garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso e, em 13% dos casos, os portais apresentam possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos, bem como possuem mecanismo de atualização das informações. Os itens apresentados foram os mais representativos nas respostas, mas o objetivo não foi confrontar as respostas com uma análise documental dos sítios. Trata-se da perspectiva do servidor, que se considera, em sua maioria, envolvido nesses processos dos portais.

A frequência da rotina de atualização dos itens de acesso à informação está listada na Tabela 7.

Tabela 7 – Rotina de atualização de itens de acesso à informação

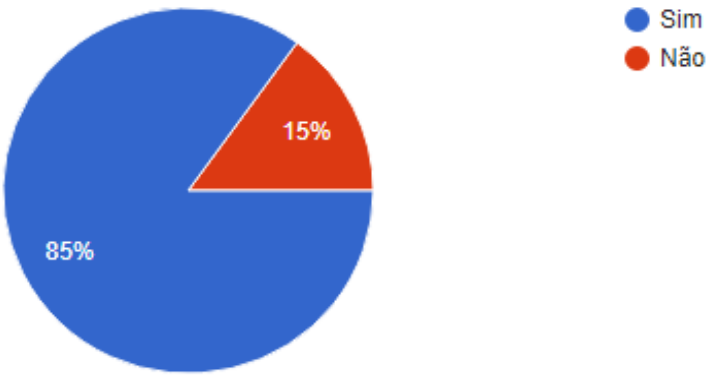
ITENS	FREQUÊNCIA*	%
Institucional	15	14,2
Ações e programas	10	9,4
Participação social	5	4,7
Auditorias	5	4,7
Convênios	14	13,2
Receitas e despesas	16	15,1
Licitações e contratos	15	14,2
Servidores	15	14,2
Informações classificadas	5	4,7
Perguntas Frequentes (item do cabeçalho do sítio eletrônico)	6	5,7
Total	**106**	**100,0**

Nota: múltiplas respostas
Fonte: elaborado pela autora.

A Tabela 7 apresentou a rotina de atualização para determinados itens da seção de acesso à informação. “Receitas e despesas” foi o item mais atualizado, em 15,1% dos casos. Seguem os itens “Institucional”, “Licitações e contratos” e “Servidores”, todos com 14,2%. Observa-se que os gastos públicos são prioridade no aspecto transparência ativa, bem como os itens relativos aos servidores e a questões institucionais. Em uma breve conversa com um servidor foi possível perceber que informações sobre os servidores (salários) e sobre gastos com licitações e contratos são consideradas as mais buscadas pelo cidadão, e talvez por isso sejam as mais frequentemente atualizadas, buscando atender aos requisitos da transparência ativa.

O Gráfico 19 mostra a inclusão de informações em 2017.

Gráfico 19 – Inclusão de informações na Seção de Acesso à Informação do *site* em 2017

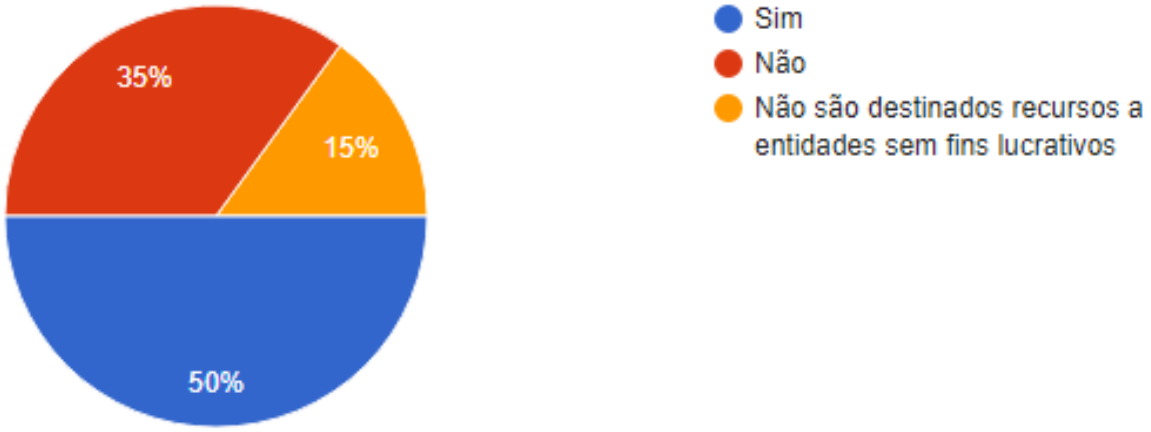


Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Em 2017, 85% dos órgãos públicos investigados incluíram informações na seção de acesso à informação do sítio. Esta seção representa as informações mais solicitadas por meio da transparência passiva. Assim, deve ser realizado um levantamento das questões mais reincidentes e, de forma ativa, disponibilizá-la na seção acesso à informação, minimizando as respostas repetidas no ambiente ativo e agilizando o acesso ao cidadão de questões comuns a muitos. Considera-se que esta seção é um ponto-chave no cumprimento da transparência ativa das instituições.

O Gráfico 20 apresenta a existência de fiscalização da disponibilização de informações pelas instituições que recebem recursos públicos.

Gráfico 20 – A instituição fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos (para as quais repassa recursos públicos) divulgam as informações listadas no art. 63 do Decreto nº 7.724/2012



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Metade das instituições pesquisadas fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos divulgam as informações necessárias, tais como cópia do estatuto social atualizada, relação nominal dos dirigentes, cópia do convênio e relatórios de prestação de contas, conforme gráfico dos respondentes. Em expressivos 35% dos casos não ocorre tal fiscalização e em três órgãos (15%) não ocorre a destinação de recursos a entidades sem fins lucrativos. Essa fiscalização conforme a lei é fundamental para garantir a transparência nas contas públicas, bem como na destinação dos recursos públicos e seu uso, permitindo ao cidadão cobrar das instituições que recebem os recursos a prestação de serviços de forma adequada e a aplicação do recurso a que se destina. São ações de controle social ativo.

A Tabela 8 expõe os principais desafios para a implementação da LAI na perspectiva dos servidores.

Tabela 8 – Principais desafios para implementação da LAI

DESAFIOS	FREQUÊNCIA*	%
Falta de capacitação para os servidores	13	13,0
Problemas de estrutura (falta de computadores, sala, entre outros)	12	12,0
Falta de funcionários no SIC para atender demandas	9	9,0
Falta de sensibilização das áreas técnicas respondentes quanto aos prazos e normas estabelecidos na Lei	12	12,0
Problemas de fluxo interno para tramitação de pedidos de informação	11	11,0
Falta de orçamento para implementação/melhoria da política de acesso à informação	7	7,0
Dificuldades relacionadas à gestão documental (problemas para localizar informações e documentos, inexistência de sistemas, entre outros)	9	9,0
Ausência de definição de procedimentos para tratar informações públicas	8	8,0
Dificuldade para atualização de informações em transparência ativa	5	5,0
Dificuldade de mudança na cultura dentro da instituição em relação ao acesso à informação	13	13,0
Não vê dificuldade	1	1,0
Total	**100**	**100,0**

Fonte: elaborado pela autora.

Os principais desafios/dificuldades enfrentados pelas instituições para implementação da Lei de Acesso à Informação, conforme a Tabela 8, referem-se à “Falta de capacitação dos servidores” e “Dificuldade de mudança na cultura da instituição”, ambos com 13%. Seguem de perto os “Problemas de infraestrutura”, a “Falta de sensibilização das áreas técnicas” e os “Problemas de fluxo interno de pedidos de informação”. Esses desafios são expressivos no contexto da aplicação da lei e do seu efetivo atendimento a que se propõe. O servidor precisa ter condições mínimas para cumprir seu papel na implementação da lei e isso deve partir da instituição com planejamento de recursos financeiros, políticas de cultura e gestão da informação, formação e conscientização da importância da LAI.

O Quadro 8 retrata o que é pertinente para o servidor em considerações finais relativas à pesquisa.

Quadro 8 – Considerações

RESPONDENTES	CONSIDERAÇÕES
B	Enfrentamos muitas dificuldades para conseguir atender a legislação, disponibilizando um site com todas as informações a tempo e no layout ideal. Estamos buscando constantemente nos adequar e inclusive se espelhar em modelos de outros órgãos para cumprir as exigências legais e melhorar a ferramenta atualmente disponível
G	A importância do portal da transparência
I	O município por carecer de recursos financeiros ainda não está preparado tecnologicamente para atender a população como deveria
M	Responsabilização (*Accountability*)
O	A prefeitura está se adequando desde o ano de 2017 para atender a legislação existente. No ano de 2017 já refizemos o nosso site e adequamos as informações do portal da transparência. Ainda estamos trabalhando na melhoria das informações
T	A necessidade de tratar melhor o assunto internamente
A, C, D, E, F, H, J, K, L, N, P, Q, R, S	Nada a declarar (14)

Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Por fim, solicitou-se aos servidores que fizessem considerações pertinentes sobre o que foi tratado nas sessões e não foi contemplado no questionário, uma forma de externar anseios e demandas com a possibilidade de não declarar nada. Os pronunciamentos são relevantes quanto ao interesse em atender à lei e às demandas dos anseios em não ter tecnologia suficiente para atender o cidadão. Muito já foi realizado, os desafios são reconhecidos, mas ainda existe muito a ser feito rumo à transparência ativa

5 CONSIDERAÇOES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo estudar a gestão da informação a partir dos desafios do servidor público na implementação da transparência ativa na RMBH. Assim, a partir da investigação realizada foi possível depreender as considerações que se apresentam na sequência. O estudo recorreu a pesquisas como as do IBGE (2016), que retratou o quanto a população brasileira tem acesso à internet. Com isso, considera-se que a sociedade é potencialmente consumidora de informações públicas, desde que organizadas e acessíveis. Portanto, as instituições públicas podem atender às possíveis demandas de acesso às informações por meio da transparência ativa, como preconiza a LAI.

Dessa maneira, observou-se, com a pesquisa, a necessidade de uma melhor gestão da informação pública, de forma que ela esteja organizada. Não obstante, essa organização demanda a gestão da informação pública considerando seu ciclo informacional e o uso de TIC, assim como o processo de desburocratização que vem sendo implementado pelo Governo Federal contribui para a apropriação por parte do servidor deste dispositivo legal que é a Lei de Acesso à Informação.

Os servidores dos municípios da RMBH, em sua maioria, acessam facilmente as informações internas, refletindo diretamente no que Ponjuán Dante (1998) chama de recuperação/geração de informação no ciclo informacional. Uma vez que a informação pública está acessível para o servidor, este poderá torná-la acessível ao cidadão. A pesquisa apontou que o servidor da RMBH tem um conhecimento considerado razoável sobre a temática, ainda que alguns dos servidores tenham formação na área do Direito. Contudo, este resultado dentro da RMBH não estabelece um bom atendimento às demandas.

A despeito disso, a apropriação sobre a LAI requer mais especialização por parte dos servidores, uma vez que, embora sejam em sua grande maioria especialistas em TIC e em direito, ainda necessitam de qualificação, que pode partir da instituição, a fim de que se cumpra o disposto na lei. Capacitar o servidor para exercer sua função é condição *sine qua non* para que este atenda às demandas tanto da máquina pública – uma vez que as instituições públicas também consomem a informação que

produzem – quanto da sociedade, que se tornou uma “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999) e tem se apropriado de forma crescente da prática da cidadania.

Observou-se que os servidores da RMBH sabem da importância do atendimento à transparência ativa por meio dos portais da transparência, mas necessitam de uma nova cultura institucional em busca da ruptura da cultura do sigilo, enraizada nas instituições públicas, partindo da intencionalidade de ampliar ao máximo o acesso às informações públicas conforme previsto no artigo 8º da LAI.

O estudo apoiou-se também na pesquisa realizada pela organização Article 19 (2011) e por Vieira (2011), que observaram os dilemas que permeiam a implementação da LAI. Esses dilemas foram claramente apresentados pelos servidores da RMBH, sendo os principais a falta de capacitação, a falta de infraestrutura e o quadro reduzido de pessoal.

O perfil do servidor da RMBH caracteriza-se, em sua maioria, pelo gênero masculino, com idade entre 31 e 40 anos, predominantemente com graduação. Entretanto, muitos têm especialização, em maior número ocupando cargos de confiança, com um bom nível de conhecimento em informática e utilizando-se quase sempre de microcomputador para suas atividades. Esse servidor tem interesse em ampliar seus conhecimentos, com direito a tempo de estudo e pesquisa no trabalho com os colegas.

Respondendo ao que este estudo se propôs, foi possível inferir que os servidores da RMBH que responderam ao questionário compreendem que fazem parte do processo de transparência pública dialogando com o cidadão. Porém, não há critérios muito claros estabelecidos para a gestão do ciclo informacional, o que os fazem demandar mais investimento pela instituição em capacitação acerca da LAI, tendo como barreira natural o acesso às fontes externas às instituições e a falta de melhor infraestrutura.

A implementação dos portais da transparência, à luz da LAI, tem ocorrido em todos os municípios da RMBH de forma fragmentada, pelos setores que geram as informações. Em apenas um município existe a figura centralizadora e gestora do portal com sua equipe, planos de ação, gestão da informação pública, prática do fluxo informacional com vistas à aplicação da aprendizagem das demandas. Existem casos em que os portais são implementados por terceiros, o que não desqualifica o atendimento à transparência e possibilita o controle social, mas desagrega o

conhecimento que deve ser parte da instituição. Entende-se que os municípios precisam de planos de gestão ou, conforme Gomes, Marques e Kerr Pinheiro (2016), políticas de informação para a gestão dessa informação pública.

Cabe ressaltar que, em uma análise documental dos portais dos municípios no ano de 2017 e mais uma vez no ano de 2018, identificou-se evolução nos portais quanto à disponibilização de informações públicas em cumprimento à LAI e até casos de trabalho em equipe multidisciplinar em busca da adoção de melhores práticas e ações de qualificação do servidor, sobretudo ações de formação de cidadãos aptos ao controle social. Todavia, há casos de omissão na prática da transparência e do atendimento à LAI, com portais dispondo de informações que atendam minimamente à legislação, o que ocasionou inclusive o não atendimento à aplicação do questionário.

A Rede de Transparência e Acesso à Informação recomenda a promoção do desenvolvimento de governos abertos e orientação para políticas públicas de transparência, e a pesquisa apontou a necessidade desta prática também na esfera municipal. O pressuposto da pesquisa de Vieira (2011), em que se consideram necessárias mudanças organizacionais, operacionais e estruturais, conforme a pesquisa, também é evidentemente aplicável na esfera municipal.

Compete ainda atentar para as questões sobre dados abertos e transparência ativa nos municípios da RMBH. No tocante às temáticas, apesar de os servidores declararem não ter domínio sobre dados abertos, a maioria dos municípios disponibiliza bases de dados abertos em seus portais da transparência. Essas disponibilizações têm crescido a cada ano que passa, considerando a prática a partir de 2012, ano em que a lei foi sancionada, porém sem catálogo para essas bases. Ademais, na maioria dos portais a divulgação das informações no site está de acordo com o e-MAG, o modelo de acessibilidade do Governo Federal.

Entende-se que a lei é um modus operandi da CI e que muitos dos profissionais que hoje atuam na gestão da informação pública ainda se encontram despreparados para atuar; depreende-se, assim, a necessidade e possibilidade de profissionais da informação atuando na área da gestão da informação pública. Espera-se, com este estudo, contribuir para a prática da CI na gestão da informação pública.

5.1 Sugestão para estudos futuros

Foi possível observar o papel importante que o servidor tem na implementação da LAI; entretanto, compreende-se que conhecer mais a fundo suas práticas informacionais na instituição, considerando o fluxo informacional, poderia reconectá-lo com um maior domínio da LAI, bem como suas correlações como transparência e controle social, tornando mais claro o diálogo entre instituição e cidadão, como um mediador mais preparado para sua atribuição de moderador da informação pública.

Também se considera possível aplicar o método da engenharia reversa na manutenção desses portais, em que se teste a participação popular na implementação da transparência ativa, bem como construir um protótipo de gestão da informação pública com técnicas da Arquitetura da Informação, com vistas a modelar e parametrizar um *workflow* das informações públicas, podendo contribuir para a capacitação do servidor no trato com esses dados.

Refletir acerca de políticas de gestão da informação pública realizando um teste de aplicabilidade em uma instituição de cada esfera de governo, mas uma política que abranja principalmente a formação do servidor e até mesmo a formação do cidadão como usuário desta política pública, fortalecendo a cultura do acesso e redesenhando um cenário de cidadania e controle social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE. **Perfil político**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/perfil-politico/>. Acesso em: 1 jun. 2017.

ALMEIDA, C. Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas: no setor público, elas são apenas 21,7%. **O Globo**, [S.l.], 6 mar. 2017. Economia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-estao-em-apenas-37-dos-cargos-de-chefia-nas-empresas-21013908>. Acesso em: 11 dez. 2017.

ALVES, M. S. D. Do sigilo ao acesso: análise tópica da mudança de cultura, 2012. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 1, p. 120-134, 2012. Edição especial.

ANDRADE, L. T. (Org.). **Como anda Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2009. 98 p. (Conjuntura urbana, 10). Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/Vol10_como_anda_belo_horizonte.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ANGÉLICO, F. **Lei de acesso à informação pública e seus possíveis desdobramentos para a *accountability* democrática no Brasil**. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012.

ARAUJO, C. A. V. et al. Serviço Interno de Informação como estratégia de gestão do conhecimento: a experiência da SMAAS. 2007. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2., 2007, Londrina. **Anais**... Londrina: PPGCI-UEL, 2007.

ARAUJO, E. A. Informação pública: paradoxos e desafios. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 1, jan./jun. 2003. Não paginado.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não-governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 28, n. 2, p. 155-167, maio/ago. 1999.

ARTICLE19. **Leis de acesso à informação**: dilemas da implementação. [São Paulo], 2011. (Estudos em liberdade de informação). Disponível em: <http://gregmichener.com/Leis-de-Acesso-a-Informacao-Dilemas-da-Implementacao--Artigo19.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

ASSIS, M. M. A.; VILLA, T. C. S. O controle social e a democratização da informação: um processo em construção. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 3, p. 376-382, jun. 2003.

BARBOSA, R. R. Gestão da informação e do conhecimento: origens, polêmicas e perspectivas. **Informação & informação**, Londrina, v. 3, p. 1-25, 2008. Número especial.

BARBOSA, S. P. Direito à informação e controle social da atividade econômica. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 225, p. 57-73, jul./set. 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2006. 223 p. Obra original publicada em 1977.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2011. 281 p. Obra original publicada em 1977.

BARRETO, A. A. Transferência da Informação para o conhecimento. In: AQUINO, M. A. (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. Org. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002. p. 49-60.

BARTMEYER, S. M. **A importância de uma cultura de acesso à informação**. [Ponta Grossa]: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2015. Não paginado.

BATISTA, C. L. **Informação pública**: entre o acesso e a apropriação social. 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BOTTREL, R. M.; MALIN, A. M. B. Uma análise dos usos da lei de acesso à informação no Brasil de 2013 a 2015. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais eletrônicos**… Salvador: ANCIB, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3309/2016_GT5-CO_04.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 191a, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.lex.com.br/doc_82188_CONSTITUICAO_DA_REPUBLICA_FEDERATIVA_DO_BRASIL_DE_1988.aspx>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4.410, de 7 de outubro de 2002. Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1º, inciso "c". **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 out. 2002. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio 2012. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm>. Acesso em: 08 maio 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016. Institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jan. 2016a. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8638-15-janeiro-2016-782270-publicacaooriginal-149245-pe.html>. Acesso em: 23 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 9.094, de 17 de Julho de 2017. Dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e

institui a Carta de Serviços ao Usuário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jul. 2017. Seção 1, p. 2.

BRASIL. Decreto-lei n° 200, de 25 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 fev. 1967. Seção 1, p. 4. Suplemento.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 de maio de 2009. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Lei complementar nº 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 2009. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm>. Acesso em: 21 abr. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Seção 1, p. 1. Edição Extra. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2014. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm#art32>. Acesso em: 14 jun.2017.

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 1990. Seção 1, p. 23935. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112compilado.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.159, de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jan. 1991. Seção 1, p. 455. Retificado em 28 jan. 1991. Seção 1, p. 1921. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 nov. 1997. Seção 1, p. 26025. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9507.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1

fev. 1999. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Desafios da transparência no sistema de justiça brasileiro**. Brasília, DF: Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Tecnologia da Informação. **Estratégia de Governança Digital da Administração Pública Federal 2016-19**. Brasília, DF: Ministério Público, 2016b. Disponível em: <https://www.governodigital.gov.br/documentos-e-arquivos/Estrategia-de-Governanca-Digital.pdf>. Acesso em: 8 maio 2017.

BRASIL. Projeto de Lei 219, 18 de setembro de 2003. Regulamenta o inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal. [S.l.: s.n], 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_imp;jsessionid=3063F9606A00998B167445C37E57B4F0.node1?idProposicao=467485&ord=1&tp=completa>. Acesso em: 3 jun. 2017.

BRITO, V. P.; PINHEIRO, M. M. K. Poder informacional e desinformação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais**... João Pessoa: ANCIB, 2015.

CAMARGO, O. Conceito de cidadania. **Brasil Escola**. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/sociologia/cidadania-ou-estadania.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CARDIM, P. Desburocratização: de Hélio Beltrão a Michel Temer. **Blog da Reitoria**, n. 306, 31 jul. 2017. Disponível em: <http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/desburocratizacao-de-helio-beltrao-a-michel-temer>. Acesso em: 18 jan. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1. apud GONZALEZ DE GOMES, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 3. ed. São Paulo: Senac, 2003.

COIMBRA, L.; XAVIER, R. M. Temer é o 7º presidente a falar em desburocratizar nos país desde os anos 70. **Poder 360**, [S.l.], 24 jul. 2017. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/temer-e-o-7o-presidente-a-falar-em-desburocratizar-pais-desde-os-anos-70/>. Acesso em: 26 maio 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (Brasil). **Qual a diferença entre agente político, agente público, servidor público, empregado público?** Brasília, DF, 20 abr. 2016. Disponível em: <https://cfa.org.br/qual-a-diferenca-entre-agente-

politico-agente-publico-servidor-publico-empregado-publico/>. Acesso em: 23 nov. 2016.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Acesso à informação pública**: uma introdução à Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2011. Disponível em: <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/cartilhaacessoainformacao.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Governo publica decreto para simplificar atendimento a usuários de serviços públicos**. Brasília, DF, 19 jul. 2017. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/07/governo-publica-decreto-para-simplificar-atendimento-a-usuarios-de-servicos-publicos>. Acesso em: 11 nov. 2017.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Manual da lei de acesso à informação para estados e municípios**. Brasília, DF: Brasil transparente, 2013.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Gomes Lund e outros ("Guerrilha do Araguaia") vs. Brasil. **Observatório da Jurisdição Constitucional**, [S.l.], v. 1, n. 1, 2010.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Tradução de Luciana de Oliveira Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007. Obra original publicada em 2003.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta na era da informação. Tradução de Bernadette Siqueira Abrão. 4. ed. São Paulo: Futura, 1998.

DAVENPORT, T. H. Reengenharia de processos. In: DAVENPORT, T. H; PRUSAK, l. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de processos**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DIAS, J. N. T. A reforma administrativa de 1967. **Cadernos de administração pública**, Rio de Janeiro, n. 73, 1969.

ELIAS, G. T. Da publicidade à transparência: o percurso para a reafirmação da democracia participativa. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 141, nov. 2012. Disponível em: <http://dspace.almg.gov.br/xmlui/bitstream/item/4876/PDIexibepdf.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 jun. 2017.

ESCOLA VIRTUAL CGU. **Módulo II do curso**: rumo a uma cultura de acesso à informação: a Lei 12.527/2011. 2011. Disponível em:

<https://escolavirtual.cgu.gov.br/ead/mod/book/print.php?id=497>. Acesso em: 20 out. 2014.

FLICK, U. **Introdução a pesquisa qualitativa**. Tradução Joyce Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FONTANELLI, S. A.; BAUER; M. **É possível romper a cultura do sigilo?** Desafios do Poder Executivo Federal para efetivar a Lei de Acesso à Informação. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Programa Nacional de Formação em Administração Pública, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, S. R. L.; MARQUES, R. M.; KERR PINHEIRO, M. M. A cultura organizacional e os desafios da Lei de Acesso à Informação nas instituições públicas brasileiras. **Revista Ágora**: políticas públicas, comunicação e governança informacional, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 4-25, jan./jun. 2016.

GONZALES DE GOMÉZ, M. N. Da política de informação ao papel da informação na política contemporânea. **Revista Internacional de Estudos Políticos**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 21-32, 1999.

GONZALEZ DE GOMES, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GUEDES, R. de M. O profissional da informação frente à lei de acesso a informação pública: condutas possíveis. **Biblios**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e de Informação, Rio Grande, v. 28, n. 2, p. 59-72. jul./dez. 2014.

INDOLFO, A. C. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 4-23, jan./jun. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo IBGE 2010. [S.l.: s.n.], 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 mai. 2017.

JARDIM, J. M. A face oculta do leviatã: gestão da informação e transparência administrativa. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 119, n. 1, p. 81-92, jan./mar. 2008.

JARDIM, J. M. et al. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009.

JARDIM, J. M. **Transparência e opacidade do estado no Brasil**: usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999. Disponível em: <http://www.uff.br/ppgci/editais/transparencia.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

JESSOP, B. **The state and the contradictions of the knowledgedriven economy**. Lancaster: Lancaster University, 1998 apud GONZALEZ DE GOMES, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

LE COADIC, Y.-F. **A Ciência da Informação**. Tradução Maria Yêda F. S. de Figueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, G. Â. B. Arquitetura da informação. In: MIRANDA, R. C. R. (Org.). **Arquitetura da informação na Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. cap. 3, p. 47-62. (Série relatos de pesquisa).

LIMA, M. H. T. F.; CORDEIRO, H. C. D.; GOMES, C. A. S. Antecedentes e perspectivas do Direito à Informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação como marco divisor. In: MOURA, M. A. (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. 288 p.

MACHIORI, P. Z. A ciência e a gestão da informação: compatibilidades no espaço profissional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 2, p. 72-79, 2002.

MARANHÃO, P. A. O controle governamental pela sociedade: um caso de exame de obra pública. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, ano 16, n. 189, p. 71-79, nov. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIANO, M. **Desburocratização da administração pública brasileira**. São Paulo, 2011. 46 slides. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/mauricio_seminario_regional_tcc_1318360078.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MARTELETO, R. M. Conhecimento e sociedade: pressupostos da antropologia da informação. In: AQUINO, M. A. (Ed.). **O campo da ciência da informação**: gênese, conexões e especificidade. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002. p. 101-115.

MEDEIROS, S. A.; MAGALHÃES, R.; PEREIRA, J. R. Lei de acesso à informação: em busca da transparência e do combate à corrupção. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 55-75, jan./abr. 2014.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 108 p.

MIRANDA, S. V. A gestão da informação e a modelagem de processos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, DF, v. 61, n. 1, p. 97-112, jan./mar. 2010.

MIRANDA, S. V.; STREIT, R. E. O processo de gestão da informação em organizações públicas. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, 1., 2007, Florianópolis. **Anais**... Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2007. p. 1-17.

MORESIA, E. (Org.). **Metodologia da pesquisa**. Brasília, DF: [s.n], mar. 2003. 108 p. Disponível em: <file:///C:/Users/mayas/Downloads/MetodologiaPesquisa-Moresi2003%20(1).pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MOURA, M. A. (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: conceito, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014. cap. 2, p. 47-70.

MOURA, M. A. Política de Governança Digital Brasileira: em pauta a participação social e a transparência ativa. Maria Aparecida Moura. **Revista Ágora**: políticas públicas, comunicação e governança informacional, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 121-125, jan./jun. 2016.

MOURÃO, L. Transparência e controle social. **Revista do Tribunal de Contas de Minas Gerais**, Belo Horizonte, p. 96-120. 2012. Edição Especial.

MOURÃO, N. M.; OLIVEIRA, A. C. C.; CASTRO, F. N. O. In: COLÓQUIO ÍBERO AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMONIO E PROJETO, 4., 2016, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos**… Belo Horizonte: UFMG, 2016. Não paginado. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br/paisagem2016/artigos/pdf/341.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2017.

MOZATTO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 15, n. 4, jul./ago. 2011.

OLIVEIRA, D. A. As questões éticas da democratização da informação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 1-11, 2013.

OLIVEIRA, R. S.; RAMINELLI, F. P. O direito ao acesso à informação na construção da democracia participativa: uma análise da página do Conselho Nacional de Justiça no Facebook. **Sequência**, Florianópolis, n. 69, p. 159-182, dez. 2014.

OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO. **Lei Modelo de Acesso à Informação**: qual a sua importância e por que está sendo revisada? Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://www.ouvidorias.gov.br/noticias/lei-modelo-de-acesso-a-informacao>. Acesso em: 26 jun. 2018.

PAIVA, M. A. M. Os arquivos e o acesso à informação pública no Brasil: desafios e perspectivas. In: MOURA, M. A. (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p. 127-136.

PAIVA, M. A. M.; ARREGUY, C. A. C. A lei de acesso à informação e a região metropolitana de Belo Horizonte. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 3-24, jan./jun. 2015.

PONJUÁN DANTE, G. **Gestión de información en las organizaciones**: principios, conceptos y aplicaciones. Santiago: CAPI-Universidad de Chile, 1998.

RAVAZOLO, R. F. **Barreiras à implementação da Lei de Acesso a Informação**: estudo de caso nos três poderes do Estado do RS. 2016. 125 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

RED DE TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN. Disponível em: <https://redrta.org/>. Acesso em: 19 out. 2017.

RESENDE, W. C. **A lei de acesso à informação em portais de transparência governamentais brasileiros**. 2014. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

RIBEIRO, A. M. A. **Organização e acesso à informação na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos após promulgação da Lei de Acesso à Informação**. 2016. 282 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016.

RIBEIRO, C. A. **Governança informacional na reforma do Estado**: um estudo exploratório sobre política pública de acesso à informação governamental. 2003. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. Colaboradores José Augusto de Souza Peres (et al.). 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, H. H. N. Transparência e accountability no estado democrático de direito: reflexões à luz da lei de acesso à informação. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, p. 84-94, 2012. Edição especial.

RODRÍGUEZ, L. M. R. **La manipulación informativa y la desinformación**: la anomia de los receptores y el fomento de las víctimaspropiciatórias. 2011. Disertación (Máster en Comunicación Socia) – Facultad de Humanidades, Máster en Comunicación Social, Universidad de Almería, Almería, 2011.

ROTH, A.-N. **Políticas públicas**: formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Aurora, 2002.

SAMPIERRI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia da pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, P. M.; BERNARDES, M. B.; ROVER, A. J. **Teoria e prática de governo aberto**: lei de acesso à informação nos executivos municipais da região sul. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

SCOLFORO, R. F. **Lei de acesso a informação e governança pública no município de Lavras**: fatores favoráveis e limitantes. 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2013.

SEABRA, S. N.; CAPANEMA, R. O.; FIGUEIREDO, R. A. **Lei de Acesso à Informação**: uma análise dos fatores de sucesso da experiência do Poder Executivo Federal. Brasília, DF: Controladoria-Geral da União, 2013. Não paginado. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/ministro/artigos/artigos-de-outros-dirigentes/artigo_201307_seabra-capanema-figueiredo_revistaadministracaomunicipal.pdf/view>. Acesso em: 5 jul. 2018

SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA DE ASSISTENCIA SOCIAL (Belo Horizonte). Usuários de Informação Interna na SMAAS. Apresentação de slides. 2007.

SHAH, S. K.; CORLEY, K. G. Building bett er theory by bridging the quantitative-qualitative divide. **Journal of Management Sudies**, [S.l.], v. 43, n. 8, p. 1821-1835, 2006.

SILVA, F. C. C. Controle social: reformando a administração para a sociedade. **Organizações & Sociedade**, [Salvador], v. 9, n. 24, maio/ago. 2002.

SILVA, R. C.; OTTONICAR, S. L. C.; YAFUSHI, C. A. P. A competência em Informação e midiática voltada à cidadania: o uso da informação governamental para a participação na democracia. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação. Campinas, v. 15, n. 3, p. 604-628, set./dez. 2017.

SILVA, T. E.; EIRÃO, T. G.; CAVALCANTE, R. S. Acesso à informação: notas de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 1-19, maio/jul. 2013.

SILVEIRA, D. Metade dos trabalhadores brasileiros tem renda menor que o salário mínimo, aponta IBGE. **G1**, [S.l.], 29 nov. 2017. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/metade-dos-trabalhadores-brasileiros-tem-renda-menor-que-o-salario-minimo-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SUSTENTIA. 14ª reunião da rede de acesso à informação e transparência (RTA). Disponível em: <http://www.sustentia.com/pt/2017/11/xiv-encuentro-de-la-rta/>. Acesso em: 20 nov. 2017.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 153 p.

TATEMOTO, L. C. B. **Lei de acesso à informação e sua implementação nos executivos estaduais**. 2016. 123 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AEENGG>. Acesso em: 18 jan. 2018.

TOMAÉL, M. I. et al. Critérios de qualidade para avaliar fontes de informação na internet. In: TOMÁEL, M. I.; VALENTIM, M. L. P. (Org.). **Avaliação de fontes de informação na internet**. Londrina: Eduel, 2004. p. 19-40.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **5 motivos para a abertura de dados na Administração Pública**. Brasília, DF, 2015. Não paginado.

VALENTE, J. Relatório aponta Brasil como quarto país em número de usuários de internet. **Agência Brasil**, Brasília, DF, 3 out. 2017. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/relatorio-aponta-brasil-como-quarto-pais-em-numero-de-usuarios-de-internet>. Acesso em: 12 nov. 2017.

VIEIRA, V. **Diagnóstico sobre valores, conhecimento e cultura de acesso à informação pública no Poder Executivo Federal Brasileiro**. Brasília, DF: Publicação da Controladoria Geral da União, 2011. Não paginado. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/noticias/2011/arquivos/apresentacao_pesquisa_cultura_acesso_09-12-11.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2015.

WILSON, T. D. The nonsense of ‘Knowledge Management'. **Information Research**, [S.l.], v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <http://InformationR.net/ir/8-1/paper144.html>. Acesso em: 10 ago. 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO (FORMULÁRIO GOOGLE)

1. Perfil do Servidor Público da RMBH

Tendo em vista a pesquisa intitulada “Gestão da Informação pública: análise dos desafios do servidor público da RMBH na implementação da transparência ativa”, em curso na Escola de Ciência da Informação (UFMG), pela aluna de pós-graduação Celsiane Aline Vieira Araújo, sob orientação da Profa. Dra. Dalgiza Andrade Oliveira, este questionário tem como objetivo de “Analisar o processo da gestão da informação pública na perspectiva do servidor, com vistas à aplicação da Lei de Acesso a Informação - LAI no que se refere à transparência ativa nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH”.

Endereço de e-mail *

a) Nome: *

Descreva seu nome completo

b) Sexo *

- ○ Feminino
- ○ Masculino
- ○ Outro:

c) Qual a sua faixa etária? *

- ○ De 20 a 30
- ○ De 31 a 40
- ○ De 41 a 50
- ○ Acima de 50

d) Marque a sua escolaridade: *

Marque as opções que se aplicam.

- ☐ Ensino fundamental
- ☐ Ensino médio
- ☐ Ensino médio técnico
- ☐ Graduação
- ☐ Especialização
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Outro:

d.1) Se você marcou na questão anterior as opções: ensino médio técnico, graduação, especialização, mestrado e doutorado descreva para cada nível cursado o nome do curso e a instituição de ensino: *

Exemplo: Técnico em Processamento de Dados (FUNEC), Bacharel em Ciência da Informação (PUCMinas), Especialista em Organização da Informação em Contexto Digital (UFMG) ou escreva "nada a declarar"

2. Trajetória Profissional

a) Qual é a sua lotação, onde exerce suas atividades? (Instituição pública e gerência por extenso) *

Exemplo: Gerência de Recursos Informacionais (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte)

b) Qual é o seu cargo? (por extenso) *

Exemplo: Analista de Políticas Públicas - Assistente Social

c) Qual é seu telefone institucional? *

Exemplo: (xx) xxxx-xxxx

d) Qual é a natureza do seu vínculo? *

Efetivo
Estatutário
Contrato temporário CLT
Contrato temporário
Contrato por tempo indeterminado CLT
Cooperado
Outro:

e) Qual é sua faixa salarial individual (renda bruta) referente a seu cargo? *

De 1 a 3 salários mínimos (R$ 954,00 à R$ 2.862,00)
De 3,1 a 6 salários mínimos (R$ 2.863,00 à R$ 5.724,00)
De 6,1 a 9 salários mínimos (R$ 5.725,00 à R$ 8.586,00)
Acima de 9,1 salários mínimos (acima de R$ 8.587,00)

d.1) Se você marcou na questão anterior as opções: ensino médio técnico, graduação, especialização, mestrado e doutorado descreva para cada nível cursado o nome do curso e a instituição de ensino: *

Exemplo: Técnico em Processamento de Dados (FUNEC), Bacharel em Ciência da Informação (PUCMinas), Especialista em Organização da Informação em Contexto Digital (UFMG) ou escreva "nada a declarar"



3. Informática

a) Marque o seu nível de conhecimento acerca dos programas abaixo: *

	Básico	**Intermediário**	**Avançado**	**Não sei utilizar**
Word				
Excel				
Access				
Power Point				
Acrobat				
Winzip				
Internet				
Word				
Excel				
Access				
Power Point				
Acrobat				
Winzip				
Internet				

b) Você tem acesso ao microcomputador no local de trabalho? *

Sim, sempre
Sim, as vezes
Não

4. Demandas Informacionais

a) Em seu ambiente profissional você tem tempo disponível para estudar, juntamente com seus colegas, temas direcionados ao trabalho que estão executando? *

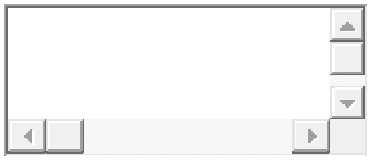
Sim, sempre
Sim, as vezes
Não

a.1) Caso a resposta acima seja "não", ou "às vezes" gostaria que fosse instituído um tempo no trabalho para estudo em grupo? *

Sim
Não
Não se aplica

b) Cite temas de seu interesse para estudo e trabalho: *

Caso não haja nenhum tema escreva "nada a declarar".



c) No seu processo de trabalho, você tem acesso fácil as informações PRODUZIDAS PELA INSTITUIÇÃO? *

Tais como relatórios, textos produzidos pelos técnicos, documentos, avaliações e etc.
Sim, sempre
Sim, as vezes
Não

d) No seu processo de trabalho, você tem acesso fácil as informações PRODUZIDAS EXTERNAMENTE à Instituição? *

Tais como relatórios, textos produzidos pelos técnicos, documentos, avaliações e etc.
Sim, sempre
Sim, as vezes
Não

e) Assinale a(s) forma(s) que você gostaria de utilizar para obter Informações com relação ao seu trabalho? *

Marque as opções que se aplicam.
Documentos oficiais
Livro
Jornal/Periódico (revista)
Vídeo
Pessoas da instituição
Pessoas externas

Biblioteca Interna (Centro de Memória)
Biblioteca Externa
Internet – Base de dados
Internet – Lista de discussão
Internet – Endereços web
Internet – Redes sociais
Intranet
Outro:

f) Assinale as fontes de informação que você utiliza em seu trabalho: *
Marque as opções que se aplicam.
Documentos oficiais
Livro
Jornal/Periódico (revista)
Vídeo
Pessoas da instituição
Pessoas externas
Biblioteca Interna (Centro de Memória)
Biblioteca Externa
Internet – Base de dados
Internet – Lista de discussão
Internet – Endereços web
Internet – Redes sociais
Intranet
Outro:

g) Em geral, qual é o seu grau de dificuldade para obter informação fora da instituição para o seu trabalho? *
Muito grande
Mais ou menos
Pouco
Nenhum
Não sei
Não necessito obter informação fora da instituição para o meu trabalho

5. Gestão da Informação Pública

a) Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre a Lei de Acesso a Informação (LAI). Você a conhece quanto? *
Muito
Razoavelmente
Pouco

Nada

b) Você sabe a diferença entre transparência ativa e transparência passiva no contexto da LAI? *

Sim, muito
Sim, razoavelmente
Sim, pouco
Não

c) Você sabe qual é o objetivo de um portal da transparência? *

Sim, muito
Sim, razoavelmente
Sim, pouco
Não

d) Você já utilizou algum portal da transparência? *

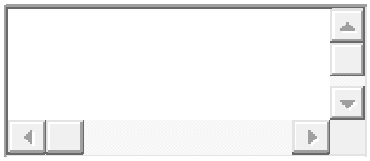
Sim, freqüentemente
Sim, às vezes
Sim, raramente
Não

e) Você recebeu capacitação para exercer as funções que desempenha? *

Ex. cursos, treinamentos e etc.
Sim – por conta própria
Sim – pela Instituição
Não

e.1) Se você respondeu sim a questão anterior, cite quais capacitações realizou: *

Ex: Curso de WEB, Curso de Gestão de Documentos, Workshop sobre LAI, Seminário sobre Informação Pública ou escreva "nada a declarar".



f) Existe uma equipe de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) na sua instituição? *

Sim
Não
Desconheço

f.1) Caso exista equipe de SIC na sua instituição você é membro da equipe? *

Sim
Não

g) Sobre a política de acesso à informação adotada pela instituição é correto afirmar que: *

Marque as opções que se aplicam.

Foi implantada e instituída uma política informacional (gestão de informação e gestão de documentos)

Foi feita sensibilização dos servidores do órgão quanto aos seus deveres frente ao direito de acesso à informação do cidadão

Na realização de concurso/processo seletivo o edital previu a cobrança de conhecimentos sobre a LAI

Foi destinado recurso orçamentário para implantação/melhoria da política de acesso à informação

6.Dados Abertos

a) Você possui conhecimento sobre dados abertos? *

O simples fato de um dado estar disponível para download na página da instituição na internet não significa necessariamente que ele seja aberto. De acordo com a Fundação do Conhecimento Aberto, os dados governamentais são considerados abertos quando: (1) são completos, (2) são primários, (3) estão atualizados, (4) são acessíveis, (5) são processáveis por máquina (Fonte TCU: Manual)"5 motivos para a abertura de dados na Administração Pública". Para mais informações sobre o conceito de dados abertos, acesse: http://dados.gov.br/dados-abertos/

Sim, conhecimento aprofundado

Sim, noções básicas sobre o conceito

Não

b) Foram publicadas bases de dados em transparência ativa? *

Base de dados ou bancos de dados são coleções organizadas de dados que se relacionam de forma a criar algum sentido (Informação) e dar mais eficiência durante uma pesquisa ou estudo.

Sim, com dados abertos

Sim, mas não são bases com dados abertos

Não

c) Caso a instituição tenha publicado base de dados, assinale os anos em que ocorreu: *

Marque as opções que se aplicam.

Ano de 2012

Ano de 2013

Ano de 2014

Ano de 2015

Ano de 2016

Ano de 2017

d) A instituição possui catálogo de seus dados? *

O Catálogo de Dados é uma lista das bases de dados que o órgão possui, com informações sobre elas. Sugere-se que sejam apresentadas as seguintes informações, no mínimo: a) Nome da Base; b) Formato dos dados; c) Se base é pública ou não; d) Se for pública, Link para acesso e procedimentos para acesso; e) Periodicidade de atualização; e f) Série histórica

Sim

Não

7. Transparência Ativa

a) A divulgação das informações no site observa o Modelo de Acessibilidade do Governo Federal? *

O Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação. Para mais informações, acesse http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/e-MAG

Sim

Não

b) O sítio eletrônico da instituição possui: *

Marque as opções que se aplicam.

Ferramenta de pesquisa de conteúdo

Possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e textos

Possibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquinas

Divulgação detalhada dos formatos utilizados para estruturação da informação

Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso

Mecanismo de atualização das informações

Indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade

Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência

Nenhuma das opções

c) A instituição possui rotina de atualização para os itens da seção de Acesso à Informação? *

Marque as opções que se aplicam.

Institucional

Ações e programas

Participação social

Auditorias

Convênios

Receitas e despesas

Licitações e contratos

Servidores
Informações classificadas
Perguntas Frequentes (item do cabeçalho do sítio eletrônico)
Nenhuma das opções

d) Com base nos pedidos mais frequentes, a instituição incluiu, em 2017, informações na Seção de Acesso à Informação do site? *
Sim
Não

e) A instituição fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos (para as quais repassa recursos públicos) divulgam as informações listadas no art. 63 do Decreto nº 7.724/2012? *
Conforme art. 63 do Decreto nº 7.724/2012, as entidades sem fins lucrativos devem divulgar em transparência ativa: cópia do estatuto social atualizado; relação nominal atualizada dos dirigentes; e cópia integral dos convênios, ou instrumentos congêneres, respectivos aditivos, e relatórios finais de prestação de contas.
Sim
Não
Não são destinados recursos a entidades sem fins lucrativos

f) Quais são os principais desafios/dificuldades enfrentados pela instituição para implementação da Lei de Acesso à Informação? *
Marque as opções que se aplicam.
Falta de capacitação para os servidores
Problemas de estrutura (falta de computadores, sala, entre outros)
Falta de funcionários no SIC para atender demandas
Falta de sensibilização das áreas técnicas respondentes quanto aos prazos e normas estabelecidos na Lei
Problemas de fluxo interno para tramitação de pedidos de informação
Falta de orçamento para implementação/melhoria da política de acesso à informação
Dificuldades relacionadas à gestão documental (problemas para localizar informações e documentos, inexistência de sistemas, entre outros)
Ausência de definição de procedimentos para tratar informações públicas
Dificuldade para atualização de informações em transparência ativa
Dificuldade de mudança na cultura dentro da instituição em relação ao acesso à informação
Outro:

g) Descreva algo que considere pertinente sobre o que foi tratado na sessões e não foi contemplado no questionário: *
Caso não tenha algo a dizer escreva "nada a declarar".



Uma cópia das suas respostas será enviada para o endereço de e-mail fornecido.